Trabalhadores de Todo o País na Luta Pela Revisão Salarial

Texto na 2ª página

OS COMUNISTAS E O NÔVO GOVÊRNO

Luiz Carlos Prestes

OS ACONTECIMENTOS das últimas semanas em nosso país, a partir da renúncia do sr. Jânio Quadros, confirmam mais uma vez que vivemos em uma nova época. Mesmo em nosso Continente os imperialistas já não fazem o que querem. Vivemos na época da destruição do sistema colonial do imperialismo, na época em que a fôrça determinante dos acontecimentos mundiais passa cada vez mais para o lado do campo socialista e de todos os que lutam pela paz e pela completa emancipação nacional e social dos povos.

UNTAMENTE com todos os patriotas e democratas e das mais diversas camadas sociais e correntes políticas, nós, comunistas, regozijamo-nos com o desdobrar que tiveram os acontecimentos políticos das últimas semanas em nosso país, sentimos orgulho patriótico pelo vigor com que nosso povo soube enfrentar a brutalidade e a violência dos traidores a serviço dos monopolios norte-americanos e salvaguardar as liberdades democráticas e a legalidade constitucional. Saudamos os trabalhadores que se levantaram contra os generais golpistas, e não vacilaram em ir até à greve política, como aconteceu na Guanabara, no Estado do Rio, na Bahia e noutros Estados, constituindo-se assim em fôrça decisiva, capaz de tornar impotente o braço liberticida daqueles que pretenderam usar contra o povo as armas adquiridas com o dinheiro do próprio povo. Saudamos a atitude desassombrada dos estudantes, que se levantaram em impressionante unidade contra a violência e o arbitrio. Saudamos o bravo povo gaúcho e os dirigentes politicos que souberam colocar-se à altura de suas responsabilidades, ao lado do povo e em defesa intransigente da legalidade constitucional. Merece igualmente o nosso mais vivo aplauso a atitude da maioria das fôrças armadas, que soube salvaguardar as gloriosas tradições democráticas do Exército brasileiro, colocando-se ao lado do povo contra os ministros militares e outros chefes traidores.

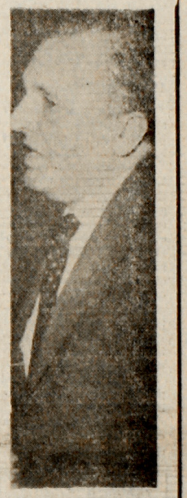
COM A POSSE do sr. João Goulart, na presidencia da República, e do Conselho de Ministros, sob a chefia do sr. Tancredo Neves, inicia-se em nosso país um nôvo govêrno sob a forma parlamentarista. Como a maioria da nação, vemos na posse do sr. João Goulart uma grande vitória de nosso povo. Já a instituição do govêrno sob a forma parlamentarista, adotada pelo Congresso Nacional em situação política anormal e de maneira antidemocrática, foi recebida pelo povo com desconfiança e decepção. O nôvo govêrno, dirigido pelo sr. Tancredo Neves, é evidentemente o fruto de um cambalacho feito às custas do povo.

NÃO POR acaso a renúncia do sr. Jânio Quadros deu-se justamente no momento em que se agrava a situação mundial, quando os círculos belicistas dos Estados Unidos e a camarilha militar do Pentágono vêm exercendo um papel crescente na politica norte-americana, tudo fazendo para tentar desencadear uma nova guerra a pretexto da defesa de Berlim. Particularmente nestas condições, o estabelecimento de relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética constituia um gesto de paz, contrário aos interêsses dos provocadores de guerra norte-americanos. Além disto, tornava-se cada dia mais difícil ao sr. Quadros levar adiante a realização de sua politica financeira segundo o esquema imposto pelo Fundo Monetário Internacional. Já que a classe operária não permite o congelamento de salários e vem lutando com êxito contra a diminuição violenta do salário real. As grandes massas trabalhadoras do campo começam a revelar maior consciência de seus interêsses e intensificam sua organização, trazendo ao cenário politico, com fôrça jamais conhecida, o problema decisivo da reforma agrária. Todos êsses fatos colocavam evidentemente na ordem-do-dia para as fôrças mais reacionárias a necessidade de barrar o processo democrático em desenvolvimento e de implantar no país uma tirania militar capaz de fazer do Brasil um instrumento docil da politica colonialista e de guerra dos círculos belicistas dos Estados Unidos.

FOI O QUE efetivamente tentaram os golpistas que dispunham de fortes posições nas fôrças armadas, consolidadas nos últimos tempos com a vitória eleitoral de Jânio Quadros e a constituição de seu govêrno. Tendo à frente o provocador Lacerda e os ministros das pastas militares, aos quais o sr. Jânio Quadros ao renunciar entregara o poder, pensaram os golpistas utilizar a oportunidade para implantar a tirania militar reclamada pelos círculos mais reacionários do imperialismo ianque. E para alcançar êsses objetivos, como sempre acontece, levantaram mais uma vez a suja bandeira do anticomunismo, na esperança de conseguir em tôrno dela unificar amplas fôrças politicas e derrotar as fôrças patrióticas e democráticas. O povo compreendeu, no entanto, o perigo que o ameaçava. Não aceitou a tutela daqueles que pretendiam colocar-se acima da nação para ditar-lhe normas de conduta, vetar a livre escolha do povo nas urnas e enganá-lo com o falso dilema "entre a democracia e o comunismo", segundo a expressão do sr. Odilo Denis.

EM DEFESA da legalidade constitucional, expressa no momento na luta pela posse de João Goulart na presidência da República, reclamada desde o primeiro momento pelos comunistas, levantou-se a maioria da nação. Ao calor das lutas de massas do proletariado, dos estudantes e do movimento camponês, com a simpatia de todo o povo e de tôdas as correntes de opinião, corporificou-se uma ampla frente única, que incluia desde o proletariado até amplos setores da burguesia, inclusive da ligada aos monopolios imperialistas, mas receosa das consequências de uma tirania que, como mostra o exemplo de Batista em Cuba, poderia precipitar o processo revolucionário no país. A resistência legal de amplos setores das fôrças militares, assim como a posição firme dos governadores do Rio Grande do Sul e de Goiás, que se colocaram à frente da população dos seus Estados, contribuiram também para revelar a fraqueza dos golpistas e a fôrça já invencível do movimento democrático no país. Sentia-se, assim, o Congresso Nacio-

(Continua na 3.ª página)



NOVOS RUMOS

ANO III — Rio de Janeiro, semana de 15 a 21 de setembro de 1961 — Nº 136

CONFERÊNCIA DE JULIÃO: LIGAS CAMPONESAS

Na próxima sexta-feira, dia 15, às 18 horas, no auditório da A.B.I. terá lugar a anunciada conferência do deputado Francisco Julião sôbre o tema "As Ligas Camponesas". A conferência se realiza sob o patrocinio do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo.

Nessa oportunidade serão lançadas as bases de ampla campanha nacional pela reforma agrária, que conta, já com o apoio de várias entidades cívicas, culturais, sindicais e estudantis.

Kubitschek: "Jango, Renuncie" Brizola: "Jango, o Povo te Espera"



HORAS DRAMÁTICAS DE JANGO EM PARIS

O vespertino parisiense «France Soir», através de um seu repórter, presenciou os momentos dramáticos vividos pelo presidente João Goulart em Paris. Descreveu detalhadamente os contatos telefônicos mantidos pelo então vice-presidente com personalidades brasileiras, principalmente com o senador Juscelino Kubitschek e o governador Brizola. Revelam, êsses telefonemas, duas posições: a do senador, espalhando o pânico e tentando levar Jango a romper seus compromissos com o povo; a do governador, exigindo a presença do homem que recebera mais de 4 milhões de votos para cumprir a sua missão.

NOVOS RUMOS, com exclusividade, divulga na 3.ª página desta edição o impressionante relato de «France Soir» sôbre êsse aspecto dramático e revelador da crise que o Brasil viveu.

Campanha de Assinaturas: Registro do PCB

A CAMPANHA pelo registro eleitoral do Partido Comunista Brasileiro, que será em breve requerido à Justiça, deverá ganhar, a partir desta semana, um ritmo mais intenso. As Comissões já formadas ou em formação nos Estados e municípios passarão a uma atividade mais ampla e vigorosa, com a finalidade de recolher, nos prazos previstos, o número de assinaturas que lhes corresponde.

O registro eleitoral e a plena legalidade do Partido Comunista Brasileiro constituem uma exigência de tôdas as fôrças democráticas do país. "Em todos os países onde prevalece o regime democrático — diz o Apêlo lançado por Luiz Carlos Prestes — os partidos comunistas têm existência legal assegurada. A proscrição dos partidos comunistas é uma característica dos sistemas politicos reacionários, que negam os direitos dos cidadãos e as liberdades democráticas".

A campanha de assinaturas pelo registro do Partido Comunista Brasileiro é, hoje, uma forma concreta de luta pelo respeito à Constituição.

Revisão Imediata do Salário Mínimo

OS DIRIGENTES sindicais de todo o país deverão reunir-se nos proximos dias, no Estado da Guanabara, para coordenar as bases da campanha que se iniciará em todo o território nacional, visando a imediata revisão dos atuais níveis de salário mínimo.

A reunião, que estava programada para o dia 9 próximo passado, deixou de se realizar em virtude da tentativa golpista que tumultuou a vida do país, por mais de 10 dias.

Agora, restabelecidas as liberdades sindicais, os trabalhadores reiniciam a batalha dos salários, com muito mais vigor. Dêsse modo, independentemente da reunião nacional que coordenará a luta pela revisão do salário mínimo, os trabalhadores de diversas categorias profissionais, em todo o país, lançam-se decididos à campanha pelo reajustamento dos seus salários, que estão praticamente anulados pela desenfreada elevação do custo da vida.

O nôvo ministro do Trabalho, sr. Franco Montoro, em declarações à imprensa da Guanabara, viu-se obrigado a se declarar abertamente a favor da revisão imediata dos atuais níveis de salário mínimo, dizendo, o seguinte: "Vamos, assim, elevar os níveis de salário mínimo de todo o país, na mesma proporção da alta registrada no custo da vida". Naturalmente que não será o nôvo ministro quem elevará os níveis de salários. Os trabalhadores, com sua ação unida e vigorosa, e que conquistarão um nôvo salário mínimo, do mesmo modo que haverão de conseguir o reajustamento nos salários profissionais, a fim de que não se chegue ao nivelamento dos salários de fome, fato que começa a preocupar as massas trabalhadoras e os líderes sindicais. Contudo, as declarações do ministro do Trabalho valem como um reconhecimento feito pelas próprias autoridades, da necessidade de um reajustamento imediato nos salários e vencimentos de todos os trabalhadores e servidores públicos.

Povo Esmagou o Golpe Contra a Liberdade!

RIO GRANDE DO SUL:
Epopéia Popular Nas Barricadas da Resistência

PERNAMBUCO:
PÔRTO PAROU E POVO FOI ÀS RUAS

SÃO PAULO:
Estudantes na Primeira Fila da Resistência

MARANHÃO:
OPERÁRIOS E ESTUDANTES COMANDARAM A LUTA

BAHIA:
Greve Geral Repudiou Golpe e Traidor Juraci

ESTADO DO RIO:
100 MIL TRABALHADORES NA GREVE DA LIBERDADE

PARÁ:
Batalha Legalista Começou Nos Bairros

COMPLETAS REPORTAGENS NO TEXTO DESTA EDIÇÃO

Povo Exige Impedimento Para Golpista Lacerda

A ASSEMBLEIA Legislativa vêm chegando diàriamente mensagens, manifestos e abaixo-assinados oriundos de associações de classes e organizações populares exortando os parlamentares a prosseguirem no processo de "impeachment" que aquela casa move ao governador Carlos Lacerda. Quer o povo carioca que seja processado criminalmente na Justiça comum o responsável direto pela barbárie policial e pelas prisões ilegais havidas nos dias que precederam a posse do sr. João Goulart e articulador "civil" do golpe. O movimento popular pelo "impeachment" para o algoz da cidade empolga tôda a Guanabara. O movimento sindical já começa a organizar comicios nas portas de fábricas e preparar assembléias em suas sedes para exigir dos deputados a penalidade prevista na Constituição estadual para o chefe de Executivo violador dos seus dispositivos. Os estudantes encontram-se em plena campanha. Na sede da União Nacional dos Estudantes, na praia do Flamengo, e no seu Restaurante Central, na ponta do Calabouço, os estudantes instalaram postos de coleta de assinaturas para um memorial a ser enviado à Assembléia expressando o sentimento do povo de afastar do govêrno o líder lanterneiro. Sòmente no primeiro dia de funcionamento a mesa coletora da praia do Flamengo acolheu mais de duas mil assinaturas. No Conselho Extraordinário da UNE, que se reunirá a partir de amanhã em Pôrto Alegre, os líderes universitários de todo o país discutirão a impossibilidade de o governador da Guanabara continuar a dirigir esta unidade da Federação. Como consideram que os crimes lacerdistas dos dias de transe golpista causaram danos a todo o Brasil, os estudantes estenderão a todo o território nacional a

(Conclui na 3.ª página)

CHOCANTE ATITUDE DE JORGE AMADO

Jornais da Bahia publicaram um telegrama enviado pelo acadêmico Jorge Amado ao governador Juraci Magalhães, fazendo-lhe um apêlo para que não recuse, se feita, a indicação do seu nome para o lugar de primeiro-ministro. Segundo diz o sr. Jorge Amado em seu telegrama à presença do sr. Juraci Magalhães à frente do Conselho de Ministros seria "a garantia do regime democrático e da paz interna".

É profundamente chocante essa iniciativa do acadêmico Jorge Amado, escritor que por tanto tempo se identificou com as lutas do povo brasileiro por um regime verdadeiramente democrático. Por que, a não ser por motivos pessoais, essa exaltação do sr. Juraci Magalhães, político reacionário conhecido precisamente por sua truculência antidemocrática, de que deu mostras, agora mesmo, na Bahia, espancando e prendendo os trabalhadores, estudantes e intelectuais que, num gesto de fidelidade à democracia, saíram às ruas e foram à greve para exigir o respeito à Constituição e a posse do sr. João Goulart, contra as manobras dos golpistas, de que o sr. Juraci se fêz cúmplice? E quem, a não ser o marechal Denys e o espancador Carvalho Pinto, aos quais se associou a voz solitária do acadêmico Jorge Amado, pediu a indicação de Juraci para primeiro-ministro?

É triste êsse episódio: um escritor que exaltava a liberdade passando à sombria louvação de um golpista e espancador do povo.

Professôres Congratulam-se Com NOVOS RUMOS

ASSINADA pelo sr. José de Almeida Barreto, presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, recebemos a seguinte mensagem de congratulações com NR:

«A Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, constituída pelos Sindicatos de Professôres de todos os Estados, com exceção de São Paulo, tem o imenso prazer de congratular-se com êsse prestigioso semanário por motivo de sua desassombrada atitude em defesa da legalidade, durante os últimos acontecimentos politicos que ameaçaram o regime democrático no país. Saudações. (Ass.) José de Almeida Barreto, presidente.»

CONGRESSO NACIONAL DOS JORNALISTAS

O IX Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais será solenemente instalado no dia 21 do corrente na cidade fluminense de Nova Friburgo. O conclave, que reunirá representantes dos profissionais da imprensa de todo o país, se prolongará até o próximo dia 27, ocupando-se do debate dos problemas da categoria, entre os quais o relacionado com a regulamentação da profissão.

Lott: Ardovino é um Patife

VANGLORIANDO-SE de ter sido o autor da idéia de lançar bombas de gás lacrimogêneo contra manifestantes na Cinelândia, o coronel Ardovino Barbosa voltou a exibir-se no seu bom estilo nazista. Suas palavras se assemelham muitíssimo às dos chefes hitleristas ao apogeu do poder e da glória. Diziam êles que a guerra constituia uma necessidade para o gênero humano, uma "medida saneadora". O ridículo Ardovino, nazista semicolonial, declarou ao "Jornal do Brasil" (13.IX) que "não há nenhum mal nisso" — o lançamento das bombas — "pois o gás até desinfeta as narinas infetadas pelo ar viciado da Cidade".

ARDOVINO, contra quem havia sido ordenada prisão, encontrava-se fugido, refugiado num sítio de sua propriedade, em Petrópolis. Reapareceu agora, depois de relaxada a ordem de prisão.

APESAR do seu exibicionismo, muita gente ainda não sabe perfeitamente quem é êsse Ardovino. Vamos dar a palavra ao marechal Henrique Teixeira Lott. O "Marechal da Legalidade", em sua primeira entrevista após sair da prisão, narrou o fato de ter ido à sua casa para prendê-lo o chamado "chefe do policiamento ostensivo". Atendido pelo filho do marechal, pois era madrugada e êste dormia, Ardovino ameaçou arrombar a porta do apartamento de Lott. O marechal acordara e ouvindo o diálogo, disse para seu filho:

— Mande êsse patife embora.

Ardovino desistiu e foi embora mesmo.

E o marechal Lott acrescentou um episódio que retrata bem o serviçal de Lacerda:

— Não gosto de falar sôbre subordinados — disse Lott — mas êste Tenente Ardovino é um homem que já cometeu tantas arbitrariedades que deveria perder a cidadania. Em outro país estou certo de que isso aconteceria. Aliás, êsse mesmo Ardovino foi surrado, certa vez, em Copacabana, e como não se conformasse com o corretivo, provocou séria arruaça, utilizando para isso soldados sob sua responsabilidade. Por aí se vê quem êle é.

Ardovino teve o cinismo de declarar ao "Jornal do Brasil" que vai voltar ao "policiamento ostensivo", que diz ser, aliás, cargo inexistente, segundo o próprio chefe de polícia, mas com podêres, que lhe concede Lacerda, para espancar, prender, lançar bombas de gás e... aumentar suas propriedades em Petrópolis.

Se no govêrno da Guanabara estivesse um representante do povo carioca, os habitantes do Rio poderiam dizer-lhe como disse o marechal Lott:

— Mande êsse patife embora.

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH 1890-1965 — PRONTUÁRIO HISTÓRICO DEL PARTIDO OPERARIO BRASILEIRO

Trabalhadores Reiniciam as Campanhas Salariais

Depois da luta decisiva que travaram para derrotar o grupo reacionário que pretendeu implantar uma ditadura de tipo fascista no País, centenas de milhares de trabalhadores retornam, em todo o território nacional, à campanha pela elevação dos seus salários, que havia sido interrompida.

BANCÁRIOS

Os 30 mil bancários cariocas, que foram impedidos de reunir-se na sede do seu Sindicato para debater e aprovar a tabela de aumento salarial a ser apresentada aos banqueiros, como base para a renovação do acôrdo que se extinguiu no dia 31 do mês passado, reunir-se-ão em assembléia geral na noite do dia 14 do corrente, no Automóvel Clube do Brasil. O nôvo salário dos bancários deverá vigorar desde o dia 1.º do corrente.

Os líderes bancários vinham promovendo intensa campanha de mobilização da classe, objetivando a assinatura de um acôrdo capaz de lhes assegurar um reforço substancial nos seus salários. A Diretoria e o Departamento de Estatística do Sindicato já haviam realizado estudos sôbre os níveis de remuneração dos bancários, sôbre a elevação do custo da vida nestes últimos 11 meses e sôbre os lucros auferidos pelos bancos. Depois dêsses estudos, conciliaram os líderes por apresentar à aprovação da classe um pedido de aumento na seguinte base: 1) aumento de 50% sôbre todos os salários, até a importância de Cr$ 10.000,00: 2) aumento de 25% sôbre a quantia que exceder a importância base de 10 mil cruzeiros: 3) aumento de 200 cruzeiros por ano de serviço.

SAPATEIROS

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados da Guanabara, cujo presidente, sr. João Guilherme, estêve encarcerado, durante o período em que os golpistas tentaram reviver o fascismo, também voltou à atividade normal, convocando os 20 mil sapateiros cariocas para o início da campanha pelo reajustamento salarial.

A assembléia geral da corporação será realizada às 19 horas do dia 14 do corrente, para decidir o quanto de aumento será pleiteado dos empregadores. Embora salientando que cabe exclusivamente à assembléia decidir sôbre a proposta a ser encaminhada aos patrões, o sr. João Guilherme, presidente do Sindicato, assinala que um aumento inferior a 50% não restabelecerá, sequer, o antigo poder de compra dos sapateiros.

MOTORISTAS

Os empregados nas emprêsas de ônibus e lotações da Guanabara foram dos mais sacrificados com a onda de violências que durante mais de 10 dias abalou a Guanabara. O acôrdo salarial firmado com os empregadores, extinto desde o dia 26 de agôsto passado, ainda não foi renovado. As negociações que vinham se fazendo foram suspensas, porque os trabalhadores estavam impedidos de freqüentar a sede do seu Sindicato. Esses trabalhadores já haviam decidido, em assembléia geral, pleitear dos empresários de ônibus e lotações a seguinte tabela de salário: motorista — salário diário de Cr$ 1.000,00; trocadores, despachantes, cobradores, inspetores, lubrificadores e lavadores — aumento salarial de 88%. O Sindicato reiniciou a campanha pela renovação do acôrdo.

ENQUADRAMENTO

Por outro lado, os marítimos, portuários e ferroviários, após lutarem decididamente em defesa da legalidade e pela posse do presidente João Goulart, promovendo greves de grande monta em todo o país, voltam à campanha pelo cumprimento do Plano de Classificação de Cargos e da Lei da Paridade. Uma comissão de representantes das três combativas categorias se prepara para ir a Brasília, apresentar ao presidente João Goulart as reivindicações dos trabalhadores que representam.

EM SÃO PAULO

Logo que foi restabelecido o clima da legalidade em nosso País, os metalúrgicos de São Paulo, que tiveram a sua sede invadida e ocupada pela polícia a serviço do golpe, voltaram à sede da sua entidade, onde realizaram uma assembléia-monstro, dando início à campanha pelo reajustamento salarial. A assembléia, que contou com a presença do vice-governador do Estado, autorizou os líderes da corporação a entrar em entendimentos com os empregadores, tendo em vista a assinatura de um acôrdo que determine a elevação dos salários na base da elevação do custo da vida assinalado pelo Departamento Intersindical de Estatística, e um abono de Natal na base de 240 horas.

Outras categorias profissionais de São Paulo, Guanabara, Minas Gerais, Estado do Rio, etc., reiniciam a campanha pelo reajustamento salarial, que fôra interrompida durante o estado de sítio não declarado, que feriu as liberdades sindicais e democráticas em inúmeras regiões do país.

Ferroviários da Leopoldina Dizem o Que Querem de JG

Os 18 mil ferroviários da Leopoldina, que durante 12 dias sustentaram uma greve heróica em defesa da legalidade democrática, exigindo o respeito à Constituição Federal e o empossamento do presidente João Goulart, enviaram, através do seu Sindicato, um ofício ao nôvo presidente da República, situando a posição da corporação face ao nôvo govêrno.

O DOCUMENTO

O ofício, assinado pelo presidente do Sindicato, o combativo líder Demistóclides Batista, é o seguinte:

"Os ferroviários da E.F. Leopoldina, que se mantiveram durante 12 dias na vigília democrática, em defesa da legalidade e das franquias constitucionais, através do seu Sindicato de classe vêm dizer a V. Excia. o que concretamente esperam de vosso Govêrno, e que fundamentalmente se consubstancia nos seguintes pontos:

1) Continuação da política externa do ex-presidente Jânio Quadros;

2) Manutenção da atual política ferroviária da R.F.F.S.A.;

3) Revisão da política econômico-financeira do ex-presidente Jânio Quadros."

POLITICA EXTERNA

Esclarecendo as razões pelas quais defendem os três pontos acima enunciados, o documento salienta: "A política externa desenvolvida pelo ex-presidente Jânio Quadros veio ao encontro da opinião pública brasileira, que de há muito reclamava a realização de uma política externa soberana e independente, capaz de situar bem o Brasil no conceito internacional. Por essa razão, na opinião dos ferroviários da Leopoldina, se impõe a continuação da política de relações com todos os países, de defesa do princípio da autodeterminação dos povos, e de coexistência pacífica entre as nações."

POLITICA FERROVIÁRIA

"Os ferroviários da Leopoldina — prossegue o documento enviado ao presidente João Goulart — se opuseram, no passado, à criação da Rêde Ferroviária Federal S.A., e tudo fizeram para evitar a sua concretização, por entender que a R.F.F.S.A. seria contrária ao desenvolvimento nacional. No entanto, presentemente, os ferroviários esperam que seja mantida a atual política ferroviária que vem sendo orientada pela Rêde Ferroviária, voltada para os interêsses de nosso país. Tal administração tem possibilitado a plena recuperação das ferrovias nacionais, tornando algumas de deficitárias a auto-suficientes. O pagamento do pessoal vem sendo feito rigorosamente em dia. As dívidas antigas que a emprêsa tinha com o IAPFESP vêm sendo saldadas com regularidade. Dívidas com fornecedores também estão sendo pagas, além de estar a atual administração voltada para o incentivo à indústria ferroviária nacional.

"Os ferroviários da Leopoldina, que em outras administrações da R.F.F.S.A. já foram levados a paralisar mesmo antes de serviços, como única solução para receber os seus vencimentos em atraso — 14 greves no ano de 1960 — não desejam mais recorrer a tal sistema, e por essa razão, e ainda como solução contrária ao empreguismo que já campeou igualmente na R.F.F.S.A., é que solicitam de V. Excia a continuação da atual política administrativa ferroviária."

POLITICA ECONÔMICA

"Entendem os ferroviários da Leopoldina — conclui o documento — que urge uma revisão na política econômica e financeira do Govêrno, com relação às Instruções originárias da SUMOC e com os compromissos assumidos junto ao Fundo Monetário Internacional. Na opinião dos ferroviários, paralelamente à revisão e mudança da atual política econômico-financeira, torna-se necessária a imediata realização da reforma agrária em nosso país, a limitação da remessa de lucros para o exterior, e a aprovação da lei antitruste, fundamentalmente."

Ajuda a NOVOS RUMOS

Recebemos e agradecemos:

"Dois camaradas da Capital" (S. Paulo)	Cr$ 15.000,00
Amigo de Copacabana	Cr$ 500,00

Defende Teu Direito

B. Calheiros Bonfim

CONCORDATA — A partir da Lei 3.726, de 11-2-60, o crédito reconhecido ao empregado pela Justiça do Trabalho pode, perante ela, ser executado, embora a emprêsa seja em concordata. Recentemente, quando do julgamento do agravo número 23.764, o Ministro Hahnemann Guimarães, que anteriormente aquele diploma legal votava em sentido contrário, salientou que a referida Lei 3.726 conferiu aos créditos dos empregados um privilégio quase absoluto, colocando-os à frente dos demais créditos privilegiados, alterando, para êsse efeito, o artigo 102 da Lei de Falências. Ac. STF — Pleno (Confl. jurisd. 2.591), Relator Ministro Victor Nunes, julgado em 19-5-61, "Ementário Trabalhista", setembro — 1961.

CONSÓCIO — O reclamante pediu equiparação de seus salários aos de um colega empregado de outra emprêsa, pertencente ao mesmo grupo comercial. O Tribunal Regional, julgando procedente a reclamação, salientou que as três emprêsas em causa conjugaram os seus serviços passando a explorá-los em comum, sendo inegável a existência de empregadora única. — Recurso de revista a que se nega provimento. As emprêsas que se consorciaram para a exploração em comum de seus negócios, valem para os empregados que nela trabalham como uma só empregadora. Ac. TST, segunda Turma (Proc. 3.740-60), Relator Ministro Délio Maranhão, julgado em 12-1-61.

INSALUBRIDADE — A declaração de insalubridade é atribuição específica da Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho (Decreto 38.712, de 28-1-56). A esta devem os interessados socorrer, e não a médicos particulares. Ac. TST, segunda Turma (Proc. RR 4.864-60), Relator Ministro Délio Monteiro, julgado em 4-5-61.

PRÊMIO PRODUÇÃO — O salário-prêmio pode ter como fundamento razões diferentes. Pode ser uma razão puramente aleatória, por exemplo, os lucros da emprêsa: nesse caso, não se incorpora ao salário. Em outros casos, quando se subordina ao esfôrço do empregado, sem dúvida é salário. Como não existe disposição expressa na Consolidação, a respeito de salário-prêmio, parece de todo razoável considerá-lo incluído entre as comissões, percentagens e gratificações, a que se refere o artigo 457, parágrafo 1º, da Consolidação, que não faz distinções. A jurisprudência tem estendido, reiteradamente, que tais comissões ou percentagens só se incorporam ao salário, quando habituais. Ac. STF, 2ª Turma. (Rec ext. 45002), Relator Ministro Victor Nunes, publicado em audiência de 24-5-61.

TRANSFERÊNCIA — Servente de fábrica de tecidos não pode ser transferido para o cargo de servente de pedreira. Se é certo, que, em tese, pode admitir-se transferência para funções compatíveis com as que vinham sendo realizadas pelo empregado, também parece certo que o caso não é de transferência para funções compatíveis, pois só a designação "servente" irmana o servente de fábrica do servente de pedreira. Trata-se de funções bastantes diversas e que não podem considerar-se compatíveis entre si. O trabalho no interior de uma fábrica de tecidos é completamente diferente do serviço executado em uma pedreira. Ac. TST — Pleno (Proc. 1.335-59), Relator Ministro Aquino Fôrto, julgado em 26-4-61.

SINDICATOS RECOMENDAM: VIGILÂNCIA E LUTA PELAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

"Relações com tôdas as nações, autodeterminação dos povos, reforma agrária, prosseguimento da luta pelas resoluções dos Congressos e Conferência sindicais e respeito total às liberdades democráticas e sindicais", tais são, em síntese, os principais itens do manifesto à Nação divulgado por mais de 40 entidades sindicais da Guanabara, no qual se analisam as conseqüências da crise político-militar que abalou o país nos últimos dias de agôsto e nos primeiros dias do atual mês.

Em sua pronunciamento, os trabalhadores guanabarinos afirmam:

"A crise político-militar que eclodiu com a renúncia do ex-presidente da República, sòmente não teve o país a uma ditadura face à ação corajosa e patriótica da classe operária, da maioria democrática das Fôrças Armadas, da brava juventude estudantil e da imprensa em geral, notadamente da Guanabara, que não se curvou aos métodos fascistas da polícia do sr. Carlos Lacerda.

"O Congresso Nacional interpretando a vontade do povo brasileiro, ao rejeitar o impedimento formulado pelos ministros militares à investidura do sr. João Goulart na presidência da República, deu uma demonstração efetiva de respeito ao mandato que lhe foi outorgado pelo eleitorado.

"Constituiu, esta fase, uma expressiva vitória da grande maioria do povo brasileiro, que derrotou uma minoria reacionária interessada na aplicação de uma política antinacional e de escravização.

"Os trabalhadores estão conscientes de que contribuiram decisivamente, com suas greves e outras formas de luta, para o vitorioso encaminhamento da crise que abalou a Nação, dentro do clima de respeito ao Congresso Nacional e das liberdades democráticas e sindicais."

VIGILÂNCIA E LUTA

Após se referir à necessidade de um pronunciamento do povo brasileiro sôbre o nôvo regime adotado pelo Congresso, o documento assinala a necessidade da vigilância dos trabalhadores contra novas manobras golpistas e da intensificação da luta contra qualquer retrocesso político e social.

Nesse sentido assinala o manifesto:

"Considerando a atual modificação na estrutura política e que a crise ainda não está definitivamente superada, os trabalhadores, depois de examinarem detidamente êsses acontecimentos, resolveram permanecer vigilantes, analisando em suas reuniões os efeitos da atual crise brasileira, no sentido de não permitir nenhum retrocesso político ou social e continuar pugnando por:

1) relações com tôdas as nações;

2) autodeterminação dos povos;

3) reforma agrária;

4) sindicalização para os trabalhadores do campo;

5) desenvolvimento econômico que determine o barateamento do custo de vida;

6) respeito e acatamento aos direitos e conquistas dos trabalhadores;

7) continuar lutando pelas resoluções de nossos Congressos e Conferências Sindicais;

8) liberdade para todos os presos — civis e militares — que lutaram pelo respeito à Constituição;

9) respeito total às liberdades democráticas e sindicais."

GRATIDÃO

"Finalizando, os trabalhadores, ao mesmo tempo em que manifestam sua revolta e repúdio pelas arbitrariedades cometidas pelo govêrno do sr. Carlos Lacerda, são gratos ao Congresso Nacional, aos srs. governadores dos Estados, aos Legislativos Estaduais e Municipais, às Fôrças Armadas que se colocaram ao lado da legalidade democrática, à classe estudantil, à imprensa falada e escrita e a todos aquêles que direta ou indiretamente contribuiram, com sua inequívoca maturidade política para que não fôsse implantada no país uma ditadura.

"Rio de Janeiro, 7 de setembro de 1961. — Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Emprêsas de Crédito — Federações Nacionais de Trabalhadores Ferroviários, de Estivadores, de Portuários, de Gráficos e de Arrumadores — União dos Portuários do Brasil — Federação Interestadual dos Professôres — Federação dos Trabalhadores nas Emprêsas de Crédito dos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo — Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro — Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro — Sindicatos Nacionais de Trabalhadores Aeroviários, Aeronautas, Marinheiros, Tafeiros, Foguistas, Oficiais de Náutica e Motoristas da Marinha Mercante — Sindicatos de Trabalhadores da Guanabara: Metalúrgicos, Têxteis, Alfaiates, Eletricistas, Sapateiros, Curtume, Bancários, Energia Elétrica e Produção do Gás, Bebidas, Marmoristas, Rodoviários, Autônomos, Rodoviários Anexos, Trigo, Estivadores, Conferentes, Estiva, Estiva de Minério, Marceneiros, Refinação e Destilação de Petróleo, Professôres, Músicos, Hoteleiros, Vendedores e Viajantes, Gráficos, Empregados de Edifícios, Pedreiros, Operários Navais e Ferroviários da Leopoldina."

TENÓRIO: «NA FEDERAÇÃO INTERVENTOR NÃO ENTRA»

Agindo à sombra do regime de exceção que se instaurou no país, logo após a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, os pelegos Deocleciano de Holanda Cavalcanti e Ary Campista conseguiram que o ministro provisório do Trabalho, sr. Segadas Viana, anulasse a eleição do líder sindical Luis Tenório de Lima, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação do Estado de São Paulo.

REAÇÃO

Logo que tivemos conhecimento da violação dos direitos sindicais perpetrada pelo sr. Segadas Viana, os líderes sindicais paulistas se reuniram, decidindo protestar veementemente contra o ato ministerial que determinou, no último dia 2, a intervenção na Federação presidida por Tenório de Lima, que é um dos mais queridos dirigentes sindicais de São Paulo. Da Guanabara e de outros Estados surgem protestos, exigindo a anulação do ato arbitrário do ministro golpista.

FORA O INTERVENTOR

Os dirigentes sindicais paulistas decidiram impedir, por todos os meios, até mesmo pela fôrça, a posse do interventor ministerial na Federação de Alimentação. O presidente da entidade, Luis Tenório de Lima, declarou, textualmente: «Na Federação interventor não entra de forma nenhuma. Os dirigentes sindicais e os trabalhadores paulistas saberão repelir os interventores e defender as liberdades sindicais e o direito à livre escolha dos seus dirigentes.»

ANULAÇÃO

Procurado pelos líderes sindicais, o nôvo ministro do Trabalho, sr. Franco Montoro, declarou que a intervenção não se consumará. O sr. João Goulart, presidente da República, também assegurou aos dirigentes sindicais paulistas que a medida determinando a intervenção na Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de São Paulo será sustada. Os dirigentes sindicais, contudo, continuam vigilantes, decididos a uma ação mais enérgica, em defesa dos direitos sindicais.

A LUTA CONTINUA

Roberto Morena

A classe trabalhadora do Brasil, nos dias de tentativa do golpe militar fascista, que se sucedeu à renúncia do ex-presidente Jânio Quadros, deu uma demonstração de séria importância na vida de nossa pátria. Sua ação, ainda que não em tôda a sua amplitude, foi um fator fundamental para a derrota dos golpistas, mesmo êsses dispondo de um dispositivo militar que vinha sendo montado e exercitado há longo tempo. Contavam com uma enorme rêde de propaganda e alguns traidores no movimento sindical. Tudo isso com a assistência e a orientação do pessoal da Embaixada norte-americana, através dos componentes da Comissão Militar Brasil-Estados Unidos, do Ponto IV, dos adidos trabalhistas e membros da CIOSL-ORIT, ligados e dependentes dessa Embaixada.

Foram derrotados, nem puderam consumar o crime que pretendiam contra o povo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Goiás, onde se constituiu o grande centro de resistência e defesa da legalidade constitucional, com as fôrças do III Exército e de fôrças militares estaduais, o povo e a classe trabalhadora, em plena mobilização. Os covardes golpistas, conduzidos pelos ministros militares e o agente norte-americano Carlos Lacerda, lançaram suas fôrças contra a classe trabalhadora, invadindo e interditando sedes de sindicatos, prendendo dirigentes e militantes e pondo em circulação pelegos e alcagüetes, agrupados nas direções restritas de certas confederações, federações e sindicatos.

As greves desencadeadas em várias localidades do país, principalmente, as dos gloriosos ferroviários da E. F. Leopoldina, estivadores e portuários, dirigidas por autênticas organizações sindicais, foram decisivas para a derrota dos golpistas. A posse do presidente João Goulart, como a rejeição pelo Congresso Nacional de seu impedimento, exigido pelos reacionários ex-ministros militares, deveu-se à luta combinada da grande maioria das fôrças armadas, do extraordinário vigor das manifestações dos estudantes e das greves dos trabalhadores e a mobilização dos sindicatos.

Entretanto, a vitória não foi completa, porque os elementos conservadores e reacionários, conseguiram manobrar, apavorados e temerosos das conseqüências do golpe armado que estiveram preparando há muito tempo e desencadeado depois da renúncia de Jânio. Assim, o Congresso Nacional votou a chamada emenda parlamentar, sem nenhuma consulta ao povo brasileiro, que se encontrava em luta contra a odiosa e feroz ameaça de ser massacrado pelos agentes de conhecidos trustes e monopólios norte-americanos, os eternos golpista e libertícidas de nossa nação.

A luta não cessou. Continua viva. O processo de apaziguamento da "família brasileira" não deve enganar a ninguém. A crise econômica e financeira vai se refletir, como já acontecia, nas costas do povo. As emissões estão atingindo cifras incalculáveis. Os gastos com a aventura golpista arrasaram ainda mais o orçamento já inflacionado do país. Os aumentos dos artigos de primeira necessidade são enormes. Os salários e os vencimentos ficaram, assim, ainda mais reduzidos de seu minguado valor.

Ainda mais: os golpistas, os agentes e instrumentos dos imperialistas, continuam em grande parte ocupando os postos, como o criminoso Carlos Lacerda. Militares e baderneiros dispõem de mandos ou ameaçam de forma insolente, como fêz o almirante Silvio Heck em seu discurso do dia 8 do corrente. Os alcagüetes e tiras, disfarçados em "dirigentes" sindicais, ainda estão na direção de certas organizações operárias e o aparelho policial da repressão ainda está nas mãos do Lacerda, Sizeno Sarmento, Ardovino e Borer.

Os trabalhadores, os estudantes, o povo, os nacionalistas e democratas, civis ou militares, não podem ensarilhar as armas. Agora é que a batalha pela democracia e pela independência de nossa pátria deve tomar mais vulto.

As nossas organizações sindicais têm que fazer um exame de sua atuação. As deficiências do movimento sindical, ainda não libertadas de anos e anos da tutela ministerialista e de pelegos e traidores, com uma insuficiente organização de base, isto é, nos locais de trabalho, não permitiram que se conquistasse a vitória completa sôbre os golpistas e imperialistas e se abrisse o caminho para a implantação de um govêrno que libertasse o país, definitivamente, das fôrças dos trustes e monopólios imperialistas, dos inimigos de nossa soberania, independência e progresso e bem-estar de nosso povo.

Não podemos, por isso, parar um só instante. Assembléias e reuniões para esclarecer os trabalhadores. Lutas para a conquista imediata de salários capazes de enfrentar as conseqüências da alta constante do custo de vida. Castigo e punição para os golpistas, sem nenhum perdão, apaziguamento ou anistia aos criminosos de Aragarças e Jacarecanga. Exigência para que o Congresso Nacional vote, com a mesma rapidez com que aprovou a emenda parlamentarista, os projetos de limitação de lucros e da remessa de dinheiro do povo brasileiro para o estrangeiro, lei de greve, revogação dos acôrdos militares que ainda permitindo a existência de centenas de espiões ianques em nosso país. Medidas que façam reverter para nossa pátria as mais importantes indústrias de base. E aprovação das urgentes reformas de que carecemos, como a reforma agrária.

No Estado da Guanabara, que tem sido o centro da conspiração e da reação, impõe-se à luta pela ampla aprovação do impedimento e expulsão do "governador" Lacerda e à liquidação de seu grupo e seu aparelho golpistas.

Tudo isso exige a maior mobilização e unidade da classe trabalhadora e do povo. As lutas que se travaram durante os dias da tentativa golpista provaram que somos fortes e que ainda estão longe de ser mobilizadas tôdas as fôrças e reservas do povo e dos trabalhadores.

Esta é nossa tarefa no momento. Agora é ir para diante. Corrigir nossas debilidades, nossas deficiências, nossa organização, confiando nas fôrças invencíveis do povo.

Aeronautas: Novos Líderes Apresentam Programa Nôvo

A nova diretoria do Sindicato Nacional dos Aeronautas, encabeçada pelo comandante Paulo Santana Machado foi empossada na tarde do dia 9 do corrente, em solenidade que contou com a presença dos mais destacados dirigentes sindicais da Guanabara e do país, dentre os quais os líderes Oswaldo Pacheco, presidente da Federação Nacional dos Estivadores; José Paulo da Silva, presidente da União dos Portuários do Brasil; Roberto Morena, do Sindicato dos Marceneiros; Othon Canedo Lopes, do Sindicato Nacional dos Aeroviários, e outros.

CENTRAL SINDICAL

O nôvo presidente da entidade, depois de salientar a dedicação dos seus antecessores à causa dos aeronautas e dos trabalhadores de todo o país, declarou, textualmente, o seguinte:

— "Continuaremos o caminho aberto por nossos antecessores e, com o apoio indispensável do movimento sindical brasileiro, marcharemos para novas e maiores conquistas. Mas, para converté-las em realidade, torna-se necessário que continuemos a obter o apoio integral dos companheiros aeronautas em particular, e a decisiva solidariedade dos trabalhadores em geral. Na afirmação dêsse nosso princípio baseamo-nos no fato de que está iniciada uma nova fase histórica da trajetória do movimento sindical brasileiro. Os trabalhadores, através de suas entidades sindicais, passarem a ser parte interessada e indestrutível de organismos que haverão de levá-los à sua Central Sindical, como a nossa já hoje vitoriosa Comissão Permanente das Organizações Sindicais da Guanabara."

DEFESA DAS LIBERDADES

O comandante Paulo Santana Machado declarou, em seu discurso que a posição de suas diretorias é de defesa intransigente das conquistas dos trabalhadores brasileiros, de respeito aos direitos constitucionais, o que significa liberdade de reunião, liberdade de associação e o direito constitucional e democrático de greve.

PROGRAMA

Dentre os pontos do programa de reivindicações enumerados pelo nôvo presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, encontram-se os seguintes:

1) aprovação da lei que tramita no Congresso Nacional, e que dispõe sôbre a elevação do seguro de vida do aeronauta e de todos os que se utilizam do transporte aéreo;

2) início imediato de uma vigorosa campanha de aumento salarial, capaz de fazer face à elevação do custo da vida;

3) defesa do direito à estabilidade no emprêgo;

4) defesa do direito de greve e revogação do decreto 9 070;

5) luta contra a monopolização particular da aviação comercial brasileira;

6) defesa intransigente das resoluções dos conclaves dos trabalhadores, notadamente das Conferências e dos Congressos dos aeronautas e dos aeroviários;

7) continuação da campanha pela criação do Ministério dos Transportes, em conformidade com o desenvolvimento econômico do país;

8) luta efetiva para consolidar as conquistas consubstanciadas no decreto 50 660, que regulamentou a profissão de aeronauta;

9) evitar que a Lei de Aposentadoria Especial do Aeronauta seja interpretada contra os interêsses da classe;

10) luta para que seja aprovada pelo Congresso Nacional uma lei especial de amparo à mulher aeronauta;

11) defesa da unidade, liberdade e autonomia sindicais;

12) melhorar o órgão de divulgação da classe, colocando-o a altura do nível político, intelectual e profissional dos aeronautas e aeroviários;

13) criação do Conselho Técnico, composto de representantes das associações já existentes, destinado a assessorar a Diretoria do Sindicato nas questões técnico-profissionais e administrativas.

Uma coletânea das obras de Lênin dedicadas à questão agrária

A ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONESA

"No Brasil, em nossos dias, a questão agrária é tema de debate diário na imprensa, nas ruas e nos lares. Já não se encontra, a bem dizer, quem não seja a favor de uma reforma agrária em nosso país. Mas, se há acôrdo quanto à necessidade de uma reforma, quando se trata de saber qual o tipo de reforma agrária que é preciso pôr em prática, e qual o caminho a seguir para realizá-la, as divergências e interrogações aparecem. Para resolvê-las, não há sem dúvida depoimento mais essencial que o de Lênin."

É êste depoimento que o leitor encontra em

A ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONESA

Brochura c/ 649 páginas — Cr$ 600,00

Peça hoje mesmo pelo REEMBOLSO-POSTAL à

LIVRARIA DAS BANDEIRAS

Rua Riachuelo, 342 — loja 2 — SÃO PAULO

Kubitschek: «Jango, Renuncie!» — Brizola: «Jango, o Povo te Espera!»

AS HORAS DRAMÁTICAS DE JANGO EM PARIS

Paul Grégor,
(France Soir, 2.IX.1961)

Nota de Redação de France Soir: *"Paul Grégor, jornalista e escritor, correspondente na Europa de vários jornais brasileiros, é também genro do senador Barros de Carvalho (dirigente do Partido Trabalhista), que acompanhou o vice-presidente Goulart em sua viagem à Ásia. Viveu êle cada hora da permanência dramática em Paris de João Goulart, permanência durante a qual o vice-presidente da República brasileira decidiu retornar a seu país e enfrentar a violência de certos políticos e de certos chefes militares brasileiros."*

DATA: têrça-feira, 29 de agôsto de 1961, fim da manhã.

A CENA: apartamento numero 308 de um grande hotel parisiense. As janelas estão abertas sôbre as árvores, já tocadas pelo outono, da Avenida George V. Faz muito calor. Nos cinzeiros, pontas de charutos e de inúmeros cigarros queimam ainda.

Três homens, de fisionomia fatigada, olhos fundos pela falta de sono: João Goulart, o senador brasileiro Barros de Carvalho e eu próprio, sentado a um canto, testemunho silencioso de um drama que se desenrola.

Pela décima vez em duas horas o telefone soa: é uma telefonista do serviço internacional:

— Mantenha o fone, ligação com o Brasil...

Jango segura o fone. Barros de Carvalho toma a extensão. Aguço meus ouvidos. Não obstante as interrupções e o "fading" da radiotelefonia, as vozes são nitidas. As telefonistas se comunicam de um a outro lado do Atlântico, numa distância de 20 mil quilômetros. O interlocutor ainda não estava na linha. Quem chamava o vice-presidente do Brasil? De que cidade lhe querem falar? Rio de Janeiro, Brasília? Subitamente uma voz ressoa nos fones. É o governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que é também cunhado de Goulart. Fala da capital do seu Estado, Pôrto Alegre. Revela tensão, pressa, insistência:

— Goulart, diz êle, em tôrno do palácio do govêrno acaba de ser colocada uma bateria de canhões. Estou aqui apenas com alguns funcionários leais e minha família... Minha mulher e meus dois filhos. Os generais ameaçam bombardear o edifício caso eu não renuncie. Êles querem que eu te declare destituído de todos os podêres de vice-presidente.

Goulart inclina a cabeça, busca palavras que não vêm. Seu corpo, baixo e atlético, parece dobrar-se ao pêso do fone. Depois, êle fala com voz entrecortada:

— Não, não, Leonel, não quero... espera.

Leonel Brizzola corta-lhe a palavra:

— Eu não cederei, Goulart, não cederei jamais. Tanto pior para minha família. Mas é necessário que tu regresses, deixes Paris imediatamente. Vemi O povo brasileiro te espera, nós te esperamos. A Constituição fêz de ti o chefe do Estado desde a renúncia de Quadros. Ve...

«GOULART, O POVO ESTÁ CHEGANDO»

Jango ergue a cabeça:

— Eu não quero que os brasileiros se matem mùtuamente, eu quero refletir...

A voz de Brizola faz vibrar os fones:

— Goulart, escuta-me. O povo brasileiro vai levantar-se. Os militares refletirão, êles recuarão se tu vieres. Êles o sabem perfeitamente. Goulart o povo está chegando e começa a encher o palácio do govêrno. A multidão começa a juntar pedras. Vi padres, vi burgueses que gritam: Abaixo a ditadura! Não abandones o povo brasileiro, Goulart; êle te será fiel!

Interrupção brusca. A comunicação se desfaz. A voz próxima da telefonista parisiense pergunta:

— Termino?

Não, não terminou. No quarto de hotel, Goulart cai sôbre uma poltrona. Sente-se que êle luta contra o pânico. Seus olhos negros percorrem sem ver as paredes do quarto. Mas outro ator do drama se levanta. Bate com dois dedos bronzeados as costas de Jango de um homem com aparência de índio de cabeleira branca. Barros de Carvalho, velho político, antigo chefe do Partido Trabalhista, o partido pelo qual Jango foi eleito trava um copo-a-copo, como um boxeur que quer arrancar sua vitória:

— Tens medo da guerra civil, Jango? Teme medo de sangue? Eu não. Conheci prisões e perseguições. Digo-te que nossa causa vale uma guerra civil. Queres que o Brasil se torne uma colônia? Acusam-nos de comunistas, a ti e a mim, porque estivemos na China para vender nosso café e nosso cacau mais caro do que alhures... Responde, a êsses adversários desleais que se recusam a viver no seu tempo...

«GOULART, NÃO TENHAS MÉDO DE PALAVRAS»

Goulart hesita ainda. Carvalho sente que êle esmorece e lhe mostra suas vantagens:

— Não tenhas médo de palavras, Jango. O povo está comigo. Vais ver, êle se levantará...

Faz-se o silêncio. Não se ouve senão o ruido dos veículos que sobem e descem pela Avenida George V. A seguir como a dar razão ao velho senador, as notícias do Brasil começam a afluir, trazidas por jornalistas amigos.

Aqui e ali os sindicatos operários se agitam, associações estudantis se manifestam. Alguns homens pedem a greve geral. Os trabalhadores dos transportes param, paralisa-se o deslocamento de tropas comandadas por militares hostis a Goulart.

Passam-se vinte e quatro horas. Quarta-feira, 30 de agôsto, de manhã cêdo. Não dormimos ainda. O telefone chama novamente: Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, chama Paris, França. É Leonel Brizola outra vez.

«GOULART, EU TE REPITO: VEM»

Êle está bastante animado, sua voz é agressiva como nunca:

— Jango, diz êle, os militares estão atirando contra nós. Diante do entusiasmo popular, o III Exército aderiu à nossa causa. Êle representa 60 por cento dos efetivos de infantaria. Acabo de saber notícias do Rio de Janeiro. O marechal Denys recorreu ao pustch, mas êle, a cada minuto, se encontra mais isolado. Digo-te pela última vez: vem! Os operários te esperam.

— Obrigado, responde Goulart. E desliga.

Êle não se decidiu ainda. Barros de Carvalho silencia. Jango levanta-se e se dirige à janela para isolar-se, para olhar sem ver as fôlhas verdes e amareladas da Avenida George V.

A campanha sobressalta a todos. É a insônia telefonista parisiense:

— Do Rio de Janeiro querem falar com o vice-presidente Goulart.

— Sim, responde êle.

— E' o Kubitschek quem fala.

Pus-me à escuta novamente junto à extensão do telefone, onde se encontra o velho senador Barros de Carvalho. E' mesmo Juscelino Kubitschek, o simpático ex-presidente.

Sua voz é pausada, sonora, quente, inteligente agradável mesmo. E' como se estivesse no quarto vizinho, ouve-se a sua respiração:

— Digo-te, diz êle, pelo amor de Deus, não volte ao Brasil. Isto seria a mais terrível das guerras civis, pior do que na Espanha. Lembre-se de nossas revoluções passadas, 1932, 1935, lembre-se dos prisioneiros degolados às centenas, lembre-se do fogo que devorará a bebida do Rio. Goulart, você deve anunciar, você não pode desejar isso...

Eu escuto e olho Jango. Todo o horror da guerra civil parece refletir-se em seus olhos. Sua fôrça palavras para responder.

Mas um clarão passa diante de mim. E' o braço de Carvalho, do velho boxeur que não abandona a luta até o fim. Êle arranca o telefone da mão de Goulart, põe a mão sôbre o fone e diz à meia voz:

— Jango, meu filho, há momentos em que não se pode recuar diante do sangue. Do contrário, nos iludimos para sempre.

«ATÉ LOGO»

Tira a mão do fone, diz seu nome ao aparelho e fala com Kubitschek:

— Juscelino, o presidente não quer sangue. Se vocês voltarem à lealidade, isto não acontecerá. Mas o sangue correrá e as cidades arderão se tentarem reprimir os operários do Brasil.

A seguir, sem mais uma palavra, entrega o fone a Goulart. Nossa respiração está suspensa. Jango fala:

— Obrigado por seu telefonema, Juscelino — diz êle com voz fria. — Diga a seus amigos que não abdicarei. Quero tomar o primeiro avião para o Brasil. Serei Presidente, Juscelino, ou uma guerra civil. E' meu direito, é meu dever. Até logo...

ORLY: A SORTE ESTÁ LANÇADA

Jango desliga e faz um sinal:

— Reservem-me dois lugares, depressa!

Duas horas mais tarde, Orly. Acabam de chamar os passageiros para N. Iorque. Os quatro reatores do Boeing já funcionam. Goulart envelheceu dez anos em dois dias: não diz uma palavra. Barros de Carvalho parece rejuvenescido. Seu rosto de índio irradia a idéia de que a luta começa.

Trocamos as últimas despedidas, à brasileira, sem falar mais. Os dois homens desaparecem no avião, a porta se fecha, ouve-se o estrondo dos reatores. A sorte está lançada.

Os comunistas e o nôvo Govêrno

(Conclusão da 1.ª Página)

nal, apesar das vacilações de seus setores mais reacionários, em condições de opor-se vitoriosamente às exigências dos ministros das pastas militares, negando-se a aceitar o impedimento do presidente Goulart.

FOI NESTAS condições que fôrças da burguesia, temerosas de um caminho que poderia levar, através da crescente pressão de massas, às reformas radicais reclamadas pelo progresso da nação, preferiram a conciliação com os setores mais reacionários das classes dominantes e com os generais golpistas, já impotentes e virtualmente derrotados. As costas do povo, entenderam-se o sr. João Goulart e os setores mais reacionários do PSD e da UDN, êstes últimos interessados em alcançar maior participação no poder. O mesmo Parlamento, que se reabilitara diante da nação ao opor-se às exigências dos ministros militares, conciliava com os golpistas, temerosos do povo que se levantava para apoiá-lo, ao aceitava a modificação da Constituição que foi a emenda parlamentarista.

AS FÔRÇAS patrióticas e democráticas não puderam impedir a conciliação, nem vencer as vacilações da burguesia. Mas o processo democrático não pôde também ser interrompido no país. Elevou-se com o embate das últimas semanas a consciência política das massas, que adquiriram também riquíssima experiência. O anticomunismo foi batido e perdeu posições importantes. A nação pôde verificar mais uma vez de onde vem o perigo que a ameaça. Da luta em defesa da legalidade participaram ativamente os comunistas, convencidos de que através das fôrças democráticas é possível avançar no sentido da emancipação econômica e social do povo, enquanto de outro lado estava o reacionarismo anticomunista que deseja alcançar seus objetivos rasgando a Constituição e impondo, pela fôrça das armas, o arbítrio e a truculência retrógrada a serviço dos monopólios ianques e de seus agentes em nosso país.

A LUTA em defesa das liberdades democráticas e da legalidade constitucional prossegue e exige uma crescente vigilância, assim como a organização e unidade de todas as fôrças patrióticas e democráticas. O processo democrático não foi barrado, mas as fôrças reacionárias, graças à conciliação alcançada, conservam a maior parte de suas posições, não foram desarmadas e preparam-se ativamente para novas investidas. O nôvo govêrno, presidido pelo sr. Tancredo Neves e que incluí em suas fileiras desde elementos que participam da Frente Parlamentar Nacionalista até conhecidos agentes do imperialismo ianque, como o sr. Moreira Salles, é um govêrno que reflete interêsses contraditórios, embora seja em sua essência a expressão no poder da conciliação com o imperialismo e com as fôrças contrárias à completa emancipação nacional.

NESTAS condições, os comunistas prosseguem sua luta pela formação de um govêrno nacionalista e democrático, único capaz de enfrentar com êxito a solução dos problemas do povo e de imprimir um rumo independente e progressista ao desenvolvimento da nação.

SOMOS favoráveis à realização do plebiscito, reconhecendo a significação democrática de uma consulta que permita ao eleitorado decidir a respeito das modificações introduzidas na Constituição da República pelo Congresso Nacional. Não é essa, porém, a questão decisiva do momento. O principal agora é mobilizar massas para que exijam do nôvo govêrno e do Congresso Nacional o desarmamento dos golpistas, sua destituição de todos os postos de mando e a punição de todos aquêles, como o sr. Lacerda e seus apaniguados, que cometeram violências e crimes contra o povo. Cabe-nos também mobilizar massas para que exijam o imediato estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética e demais países do campo socialista. O combate à carestia de vida ocupa um lugar importante na mobilização de massas, visando a exigir do nôvo govêrno uma política financeira livre das imposições do Fundo Monetário Internacional e que assegure a elevação do salário real dos trabalhadores e o imediato congelamento de preços dos artigos de consumo popular e medidas práticas contra a inflação. Cumpre-nos ainda mobilizar massas para exigir a defesa das emprêsas estatais, a suspensão imediata da remessa de lucros para o Exterior, a liberdade e autonomia sindicais, a reforma agrária e garantias para a livre organização dos trabalhadores do campo.

PARTICIPANDO juntamente com o povo em tôdas as lutas por suas reivindicações, pelo bem-estar, o progresso e a independência da nação, os comunistas continuam batendo-se pela mais ampla solidariedade ao povo cubano e tudo fazem pela salvaguarda da paz mundial. É indispensável igualmente intensificar a coleta de assinaturas tendo em vista solicitar dentro do menor prazo possível, ao Superior Tribunal Eleitoral, o registro do Partido Comunista Brasileiro.

Nota Econômica

O PREÇO DO GOLPE

Josué Almeida

Revelou o sr. Clemente Mariani, ao transmitir o cargo de ministro da Fazenda ao sr. Valter Moreira Salles, que nos 33 dias em que a Nação estêve à mercê da sanha golpista, foram emitidos nada menos de 52 bilhões e 500 milhões de cruzeiros. Para que se tenha uma idéia do que representa essa massa de papel-moeda nôvo, lançado em circulação, diremos que é quase tanto quanto o govêrno inflacionista do sr. Juscelino Kubitschek emitiu em 1960 (ano recorde de emissões) e pouco menos do dôbro emitido pelo govêrno do sr. Jânio Quadros nos meses em que existiu. Computadas as emissões feitas desde fevereiro, teremos que o papel-moeda em circulação cresceu de mais de 80 bilhões de cruzeiros, sendo que só a partir de 25 de agôsto tal aumento foi da ordem de mais de 20%.

Por fôrça do hábito, da experiência na própria carne, sabem todos o que significará o impacto dessa emissão maciça sôbre a economia nacional e, em particular, sôbre o custo de vida. Todavia, a simples referência às emissões está longe de dar uma visão completa do quadro, ou de exprimir o preço que o país vai pagar pela desvairada tentativa de alguns chefes militares reacionários de "salvar a pátria do perigo comunista". As emissões devem-se acrescentar outros fatores negativos, como a queda nas arrecadações de impostos (federais, estaduais e municipais), a diminuição na produção (sobretudo industrial), a redução que fatalmente sofreu o comércio exterior, inclusive pela paralisação dos portos e de tôda a nossa marinha mercante, a sustação de negócios em face da total insegurança no futuro que caracterizou aquêles dias, etc. Ainda que não seja possível, senão depois de passados alguns meses, avaliar-se o montante dos prejuízos sofridos pela economia nacional, não será exagerado desde já estimar-se tais perdas em dezenas de bilhões de cruzeiros. Com o grau de relativo desenvolvimento já alcançado pela economia do país, qualquer abalo da profundidade dêste por que ele passou só pode refletir-se em cifras muito elevadas.

Numa primeira aproximação, o aspecto que mais salta à vista é o da elevação do custo de vida, que deverá acentuar-se sobremaneira nos próximos dias e meses. Há quem afirme que as emissões feitas entre 25 de agôsto e 7 de setembro serão reabsorvidas pela Caixa de Amortização, isto é, retornarão às fontes de onde saíram. De tal maneira, seu efeito inflacionário seria mínimo. Entretanto, cumpre não perder de vista uma série de aspectos, que os defensores dessa idéia simplista omitem, por motivos óbvios, e entre êles: 1) uma grande parte daquele dinheiro foi realmente gasta em fins totalmente improdutivos, como o deslocamento de tropas, belonaves de elevado custo de operação, etc., o que, evidentemente, não estando previsto no orçamento, só pode ter sido pago com créditos (ilegais) suplementares; 2) uma grande parte dos bilhões de cruzeiros entesourados por particulares só retornará aos bancos, onde estavam depositados, depois de certo tempo, que será maior ou menor conforme o grau de segurança e estabilidade do nôvo govêrno e a confiança que êle desperte no público; 3) ainda em relação a êsses bilhões entesourados, uma parte, definitivamente, não voltará aos bancos, pois é característica de períodos críticos como aquêle em que vive o país que as coletividades aumentam suas despesas de consumo — ainda que deformado, mais de certos artigos do que de outros —, de tal modo que a poupança se reduz; 4) a experiência brasileira desautoriza qualquer previsão otimista em relação ao retôrno do papel-moeda emitido, inclusive porque, dispondo de mais numerário em mãos, os bancos podem — e geralmente o fazem — ampliar sua faixa de empréstimos; 5) é geralmente no fim do segundo semestre de cada ano que maior se torna a demanda de dinheiro, seja por motivos de ordem natural (safras de café e outras), seja pelo próprio movimento da economia (campanhas salariais, compromissos, públicos e particulares, etc.).

De tal maneira, o mais certo é que as autoridades consigam retirar de circulação, fazendo retornar ao Banco do Brasil, apenas uma parte, dificilmente estimável do total lançado nos dias do golpe, mas relativamente pequena.

Por fim, convém assinalar que esta é, apenas uma faceta do problema, cuja gravidade e complexidade só pode acentuar-se com a anunciada manutenção da política econômico-financeira. E, como quer que venha a ser contada depois a história, não resta dúvida que precisamente tal política é uma das principais componentes da situação por que passou o país.

Povo exige impedimento para...

(Conclusão da 1ª Página)

sua luta pelo "impeachment" do líder terrorista.

A Frente de Resistência Democrática, constituída pelas entidades estudantis, organizações sindicais, políticas e outras associações patrióticas vai promover domingo próximo, às 19 horas, um grande comício pelo impedimento de Lacerda. Na ocasião falarão ao povo proceres de diversos partidos políticos, deputados estaduais, dirigentes operários e estudantis e oradores populares. Em princípio a concentração está programada para o Largo do Machado.

Derrota do Anticomunismo

Almir Matos

Apesar da contemporização imposta pelos grupos políticos dominantes, rou bando ao povo brasileiro uma vitoria democrática mais profunda e radical, a verdade é que muitos resultados positivos, a curto e a longo prazo, emergem da crise política iniciada com a renuncia do sr. Jânio Quadros.

Um dêsses resultados é o que se refere ao completo fracasso do anticomunismo. Não há necessidade de lembrar que, afinal de contas, tôda a tenebrosa maquinação golpista se fêz em nome do anticomunismo. Foi êsse, exatamente êsse, o grande argumento invocado pelos ministros militares no primeiro manifesto em que "vetavam" a posse do sr. João Goulart, caricatamente apresentado como um "agente do comunismo internacional". Assim como foi êsse, sem nenhuma alteração, o pretexto alegado para os preparativos da guerra civil por parte dos chefes do golpe: Denys, Heck, Moss, Cordeiro de Farias. Com essa esfarrapada e suja bandeira pretendiam encobrir o crime contra a Constituição e contra o povo.

O fracasso, porém, foi total. As provocações anticomunistas caíram no vazio, sendo repelidas praticamente por tôda a nação. Êste fato, de profunda significação política, encerra experiências e conclusões do mais alto interêsse para a luta do nosso povo por sua libertação.

Um aspecto a salientar é que o malôgro do anticomunismo é a falência da tática a que recorrem as fôrças mais reacionárias tôda vez que, para servir aos imperialistas ou suprimir as liberdades democráticas, articulam as quarteladas ou os golpes reacionários. A fabricação prévia de um "perigo comunista" e os ataques sistemáticos a vanguarda do proletariado têm um objetivo: cindir as fôrças que podem e devem opor-se aos golpes reacionários e antinacionais, criando um ambiente de desconfiança e discriminação contra a mais lúcida e combativa dessas fôrças até o ponto de desfigurar o caráter da luta aos olhos de uma boa parte da população e, assim, fazer de um suposto perigo a justificativa para a consumação do perigo e do crime efetivos. Tal é qual se verificou agora no Brasil. O perigo que todos viam era a implantação de uma ditadura militar ultra-reacionária, que começava por "vetar" a posse do presidente da República nos têrmos de uma Constituição que nada tem de revolucionária e menos ainda de comunista. Safadamente, no entanto, os arautos dessa frustrada ditadura logo agitaram o espantalho do "perigo comunista". Pretendiam, como conseguiram fazer de outras vêzes, intimidar as camadas populares mais esclarecidas e os grupos representativos da burguesia, desviando através dessa manobra o curso natural da luta — ampla e unitária por seu caráter democrático e patriótico. Mas o ardil fracassou, e com êle a grosseira tática do anticomunismo como elemento da divisão das diferentes fôrças de classe que podem e devem unir-se na mais vasta frente para a defesa de objetivos democráticos do seu interêsse comum. O anticomunismo e a reação, de modo geral, sofreram com essa derrota um rude golpe. Milhões de brasileiros, nas fábricas, nas escolas e nos quarteis, puderam convencer-se, graças à riquíssima experiência política dêsses dias, de que o anticomunismo não passa mesmo de uma chantagem e uma vil manobra dos piores inimigos do povo.

Mas há ainda, ligado a êsse, um outro aspecto a ressaltar: é que enquanto os golpistas amargavam a derrota do anticomunismo e se cobriam de vergonha e opróbrio, os comunistas se impunham ao reconhecimento e ao respeito de tôdas as demais fôrças verdadeiramente nacionais e democráticas, participando firmemente da luta contra o golpe. Foram os comunistas, em verdade, quando os partidos e a opinião pública se achavam ainda perplexos, os primeiros a indicar que a única solução possível para a crise era o cumprimento da Constituição, ordenando-se na Presidência da República o sr. João Goulart. A essa clarividente atitude, que exigia o respeito à Constituição, o "Estado de São Paulo" chamou de "habilíssima manobra" e a ela procurou o êxito do movimento com a posse de Jango. Foram os comunistas, também, os primeiros a denunciar o jôgo das fôrças conciliadoras que, para impedir uma vitória democrática de mais largo alcance, tramaram as escondidas do povo a emenda parlamentarista. Assim, mesmo quando comunistas a fôrça que não vacilou um só instante em lançar todo o pêso de sua influência no seio do movimento operário e estudantil, da atualidade e das organizações populares, no sentido de barrar o golpe e esmagar os golpistas. Na atuação dos comunistas ressaltou, bem nítido e marcante, o sentido de unidade — marchando ao lado das demais fôrças antigolpistas, porém sem deixar de apontar e combater as vacilações e a capitulação dos grupos políticos que tendiam ao compromisso e enfim o impuseram, através da reforma constitucional. Por tudo isso, deram os comunistas uma importante contribuição à frente democrática e patriótica que se formou no país, oferecendo um magnífico exemplo de lucidez política e de fidelidade aos interêsses do povo e da pátria.

Se a solução para a crise não foi a que mais convinha ao Brasil e ao povo, não há dúvida, entretanto, de que se verificou — mais em têrmos permanentes do que imediatos — um sensível avanço do movimento nacional e da luta democráticas. Fixamos aqui, resumidamente, apenas alguns aspectos da derrota do anticomunismo e o crescimento da autoridade e do prestígio dos comunistas. São aspectos que se ligam inseparàvelmente, mostrando com tôda a clareza como são favoráveis, em nosso país, as condições para a unidade e a ação das amplas fôrças que aspiram à liberdade, à efetiva independência nacional e às transformações sociais progressivas exigidas pela esmagadora maioria do povo brasileiro.

AMEAÇAS DE HECK PROVAM: GOLPISTAS TÊM QUE SER PUNIDOS

O discurso pronunciado pelo almirante Silvio Heck, ao deixar o Ministério da Marinha, após o fracasso do golpe, não é sòmente um desafio. E' muito mais do que isso: é uma plataforma das fôrças que não conseguiram implantar, agora, a ditadura militar reacionária, mas ameaçam voltar à carga.

O ex-ministro Heck, já depois de empossados o presidente da República e o Conselho de Ministros, tem a audácia de justificar a conduta golpista de seus ministros militares, que se atreveram a rasgar a Constituição, "vetando" a posse do sr. João Goulart, impondo o estado de sítio de fato e ameaçando arrastar o país a uma guerra civil. E isso é feito com o maior cinismo, chegando o sr. Heck ao ponto de dizer que a tríplice golpista se achava no "desempenho de uma de suas mais altas missões constitucionais". Como se vê, ou o sr. Heck não sabe o que é missão constitucional, ou pensa — êle e os que escreveram o seu discurso — que o povo brasileiro pode ser ludibriado com artifícios de semântica tão grosseiros e pueris.

O mais grave no discurso não é, entretanto, o cinismo. E' a facilidade com que o sr. Heck ameaça e se declara disposto, em nome não se sabe de quem, a readitar a sua fracassada quartelada contra a Constituição e o povo. "Deixo, porém, o cargo, sem abandonar a luta (...) na expectativa do que está por vir" — diz o ex-ministro da Marinha. E mais: "Eu, por mim, apenas transfiro o campo da luta".

Que é que "está por vir"? Um nôvo golpe contra a Constituição, uma nova tentativa de quartelada para depor o presidente da República, cuja posse foi "contestada" por Heck, Denys, Moss, Cordeiro e Lacerda?

E qual é o "campo de luta" para onde se transfere o sr. Heck? A sua luta — de um almirante que não deixou um só momento de pisar a terra firme — foi contra a legalidade constitucional, contra uma legítima exigência de tôda a nação. Essa, naturalmente, é a luta que êle ameaça continuar em "outro campo".

Disse, o sr. Heck que leva para essa "luta" a bandeira por êle mantida à frente do Ministério da Marinha. O que vale é que êle só leva mesmo a "bandeira", porque de prestígio, autoridade e fôrça, que êle já tinha muito pouco, não leva coisa alguma.

Nessa altura, o mais sensato para o sr. Heck seria que êle acabasse com os sonhos de "campo de luta" e, sendo realista, compreendesse que o melhor, para terminar os seus anos de vida, seria os dos restos de sua esfarrapada "bandeira" um confortável pijama de almirante de reserva.

Mas o pior em tôda essa história é que o sr. Heck não passa de um porta-voz, falando em nome de um grupo de impenitentes golpistas, inconformados, inclusive, com a conciliação representada pelo parlamentarismo. E é esse grupo, mais talvez do que o próprio sr. Heck, que tem de ser punido, tem de ser expulso dos postos de comando em que continuam, como criminosos a serviço de interêsse dos grupos econômicos contrários ao Brasil e ao nosso povo.

Não pode haver contemplação com êsse grupelho reacionário e anti-nacional, que varias vêzes já conspirou contra o povo brasileiro, e, agora, através do sr. Heck, ameaça aberta e insolentemente voltar à carga. Esse é o sentido do discurso de Heck ao falar em "expectativa do que está por vir" e em "transferência do campo de luta".

A consolidação e o avanço da democracia em nosso país exigem como objetivo indeclinável e imediato, a exemplar punição dos bandidos golpistas, que ousem utilizar criminosamente as armas da nação para as suas aventuras contra o povo.

Fora de Rumo

Paulo Motta Lin

Utilizando, com insofismável finalidade golpista, a influência dos postos de mando de que dispunham, alguns dos eternos inimigos do desenvolvimento de nosso sistema democrático levaram o Brasil, friamente, à fronteira da guerra civil.

X X X

O ultimatum, de sabor fascista, mandado ao Congresso, em forma de veto à investidura do sr. João Goulart na Presidência da República, constituiu o primeiro passo para o estabelecimento de uma ditadura de direita. Os responsáveis pela tremenda aventura lançaram as cartas na mesa. Logo depois desse gesto de aventurismo verificou-se porém, que o golpismo se arricava a perder a parada, o que afinal se confirmou.

X X X

Sem dúvida, destacaram-se na resistência ao golpe algumas fôrças representativas de nossa consciência democrática: os militares, homens da estatura moral de Lott e Machado, que, cumprindo-se na Presidência da República o sr. João Goulart. A essa clarividente atitude, que exigia o respeito à Constituição, o "Estado de São Paulo" chamou de "habilíssima manobra" e a ela procurou o êxito do movimento com a posse de Jango. Foram os comunistas, também, os primeiros a denunciar o jôgo das fôrças conciliadoras que, para impedir uma vitória democrática de mais largo alcance, tramaram as escondidas do povo a emenda parlamentarista. Assim, mesmo quando comunistas a fôrça que não vacilou um só instante em lançar todo o pêso de sua influência no seio do movimento operário e estudantil, da atualidade e das organizações populares, no sentido de barrar o golpe e esmagar os golpistas. Na atuação dos comunistas ressaltou, bem nítido e marcante, o sentido de unidade — marchando ao lado das demais fôrças antigolpistas, porém sem deixar de apontar e combater as vacilações e a capitulação dos grupos políticos que tendiam ao compromisso e enfim o impuseram, através da reforma constitucional. Por tudo isso, deram os comunistas uma importante contribuição à frente democrática e patriótica que se formou no país, oferecendo um magnífico exemplo de lucidez política e de fidelidade aos interêsses do povo e da pátria.

Em defesa da legalidade democrática: governadores como Brizola e Mauro Teixeira; os bravos ferroviários da Leopoldina e os representantes de outros setores da classe operária que desfraldaram a bandeira da greve política; os homens do Rio e dos mais expressivos centros políticos do país, que responderam com presteza e combatividade ao aventurismo golpista; os estudantes e outros setores do povo que no Rio e noutras cidades saíram à rua para combater o golpismo, em qualquer terreno.

X X X

Como resultado da fragorosa derrota dos golpistas aí temos rumos diferentes, traçados ao exercício da democracia e ao funcionamento de nossas instituições políticas. Resta portanto que o impulso da grande vitória não sofra amortecimento. A fim de que o Brasil consiga construir, em benefício de seu desenvolvimento democrático, alguma coisa de sólido e de duradouro, é preciso que comecem a trabalhar em tôrno de um programa patriótico, as diversas correntes e instituições interessadas em nossa completa libertação econômica, em nosso progresso social e político, na sustentação das liberdades democráticas e na luta por melhores condições de vida do povo. Nesse sentido, abrem-se à vida política brasileira perspectivas amplas.

Brasília Durante a Crise

A Dança do Parlamento Entre o Golpe e a Defesa da Constituição

BRASILIA — (do Correspondente) — Vinte e quatro horas depois da decisão de Jânio de renunciar, o ambiente aqui era de caos político e, naquela hora, nem o mais exaltado otimista seria capaz de afirmar que a crise do govêrno iria ter um desfecho tranqüilo. No saguão da Câmara fervviam os boatos de fechamento do Congresso, desde que os ministros militares já haviam comunicado a vários deputados de que não concordavam com a posse de João Goulart. Atemorizados, diversos deputados do PSD começavam a cabala pela decretação do "impeachement", pois que, afirmavam, era preferível "salvar alguma coisa do regime"...

Naquele ambiente quase de terror, é convocada uma sessão noturna na Câmara dos Deputados, sabendo-se, com antecedência, que iria falar em nome do PTB o seu líder, o deputado Almino Afonso, num longo discurso, o parlamentar amazonense marca o início da contra-ofensiva em defesa do mandato de Jango, chamando a Câmara a uma posição binária de defesa das instituições e contra a farsa que se articulava nos bastidores. Com grande habilidade o parlamentar do Amazonas foi provocando deputados de diversos partidos a pronunciamentos antigolpe, relembrando a ajuda do PTB à posse de Juscelino, e lembrando a preparação legalista da UDN. Mas, não obstante a interpelação direta, muitos se conservaram os líderes mais categorizados do PSD, como o maqiavélico Alkmin, e seu correspondente na UDN, o deputado Pedro Aleixo. De qualquer forma, no entanto, ficou levantada a resistência na Câmara a qualquer proposição pelo impedimento do vice-presidente eleito.

MENSAGEM DE LOTT

A sessão noturna la marchando para o seu término quando o deputado Bocaiuva Cunha pede a palavra para uma comunicação urgente. Lê, então, diante do plenário mais do que atento, a famosa mensagem de Lott ao povo brasileiro, em que conclama a repúdio às manobras ditatoriais de Denys e seus parceiros. As palavras do antigo candidato à Presidência da República indicaram aos parlamentares que a opinião pública não aceitaria uma capitulação e que o Exército não estava coêso atrás de ministro da Guerra. Lá pelas duas horas da manhã quando abandonavam o Palácio do Congresso, os parlamentares afirmavam com segurança: "Se não fecharem o Congresso nessa madrugada, não o conseguirão mais"...

UM DOMINGO CINZENTO

Apesar da extrema gravidade da situação, não funcionou a Câmara naquele domingo cheio de terríveis indagações. E foram os próprios deputados do PTB que fizeram com que se desconvocasse a sessão já marcada. Ela a razão de tão estranha decisão: evitar a queda de Sérgio Magalhães da presidência da Câmara, tramada pela liderança do PSD e com anuência da UDN. Como se sabe, na véspera o deputado trabalhista carioca havia divulgado uma vigorosa nota de protesto contra a trama golpista, em que afirmava preferir a guerra civil a uma capitulação, e que aquivalaria qualquer proposição de emenda à Constituição. Pegaram os rábulas do PSD e da UDN nessa parte final das declarações do presidente em exercício da Câmara, mostrando como um atentado ao regimento interno. Diante da borrasca que iria cair no plenário, tornando difícil a posição de Sérgio Magalhães, suspendeu-se a convocação da sessão, para deixar à Mesa a descoberta de uma solução de contôrno da crise. Afinal, tudo serenou com uma Nota assinada pelos membros da Mesa que proclamavam, ao mesmo tempo, a firme posição assumida na legalidade e o respeito rigoroso às normas regimentais. Venceu-se, assim, mais uma sórdida manobra dos líderes de Alkmin que buscavam, a todo transe, uma solução que deixasse o poder com o PSD.

COM QUEM ESTÁ MACHADO LOPES?

A partir de domingo a Câmara, como o resto do país, passou a ser sacudida pelas boas novas do Rio Grande do Sul. A "Cadeia da Legalidade", de cada instante, transmitia as informações sôbre a resistência gaúcha e a disposição do governador Brizola de não capitular ante o grupelho golpista. Nas sala da bancada do PTB, foi colocado um potente aparelho de recepção e o deputado José Silveira organizou um serviço de divulgação das informações que irradiadas do Palácio Piratini, distribuindo cópias datilografadas com o resumo das notícias mais importantes.

Na segunda-feira, travase, então, uma discussão acessa em tôrno da seguinte questão: de que lado está o III Exército? Através de vários porta-vozes, e especialmente, do renitente golpista Mendes de Morais, o marechal Denys procura quebrar o ânimo de resistência dos parlamentares, dizendo que Machado Lopes estava com êle e que as informações de Brizola eram falsas. Uma Comissão de Deputados vai ao Ministério da Guerra para apurar o assunto, pedindo provas para a alegação da "fidelidade" de Machado Lopes ao dispositivo golpista. No final de tudo, só uma coisa aparece — a seguinte declaração de Denys: "Dou-lhes minha palavra de honra de marechal do Exército que o general Machado Lopes está com o govêrno". Menos de 48 horas depois o "Diário Oficial" já dava o decreto de nomeação de Cordeiro de Farias para o comando do Terceiro Exército.

A DERRUBADA DO "IMPEACHEMENT"

A posição firme assumida por alguns deputados do PSD e outros da UDN imobilizou as lideranças dêsses partidos para qualquer manobra aberta de declaração do impedimento a Jango. No PSD é lançado um manifesto pela posse de Jango com quarenta assinaturas, ou seja, mais ou menos um têrço da bancada. Deve-se aos seguintes parlamentares tão importante pronunciamento: José Jófily, Valdir Pires, Armando Carneiro, Ultimo de Carvalho, Hunaldo Lima, Cid Carvalho, Armando Storni, Vasconcelos Tôrres e Andrade Lima Filho. Já na UDN, destacam-se na oposição ao golpe: Gabriel Passos, Adaucto Cardoso, José Sarney, Seixas Doria e Ferro Costa.

O "bilhetinho" dos ministros militares de veto a Jango e que o "untoso" Mazilli encaminha ao Congresso chega num momento em que o Parlamento já vê a possibilidade de impedir e de derrotar os «três mosqueteiros" do golpe. Se houvesse sido remetido 48 horas antes, certamente, teria trazido pânico e tensão. Naquele instante foi recebido com chacotas, pois o III Exército havia dado sua palavra. No entanto, o «bilhetinho» dos ministros militares iria transformar-se o ponto de partida para o golpe que o PSD e a UDN tramavam na sombra, com a assistência do teórico da direita do PTB — Santiago Dantas.

Instalado o Congresso Nacional para apreciar a Mensagem do presidente provisório, Ranieri Mazilli, propõe Moura Andrade a constituição de uma Comissão Especial de senadores e deputados para estuda-la e oferecer ao plenário qualquer sugestão. Viu-se logo que o "impeachement" estava liquidado, mas que iriam trazer a Emenda Parlamentarista como a grande solução mágica para a crise. Os chamados juristas do PSD, que nada mais são do que os especialistas em dar tintas jurídicas às manobras mais sujas do partido majoritário, elaboram um tortuoso parecer, recusando a declaração do impedimento de Jango, mas apontando o caminho do golpe branco da reforma constitucional, assim como os meios para obtê-la em menos de 48 horas.

O líder do PTB na Câmara, desejoso de um pronunciamento do Parlamento pela posse de Janfo, realiza então um jôgo complicado apresentando uma emenda ao relatório, na qual se declarava, taxativamente, o direito liquido e certo do sr. João Goulart de assumir a Presidência e com os "poderes que o povo lhe havia outorgado». Os próceres do PSD, sob a direção de Amaral Peixoto, não recusam a emenda, depois de longas conversações, mas arrecentam-lhe um período em que se previa a adoção do parlamentarismo. Vota o Congresso o relatório, em que trazia implícita o repúdio às manobras dos golpistas militares, mas que continha a «sugestão» do parlamentarismo.

O EIXO PSD — UDN

No dia seguinte, o rôlo compressor do bloco parlamentar PSD-UDN, que se formou naturalmente para impedir a vitória completa do PTB, desde a hora da renúncia de Jânio, faz passar uma drastica reforma no regimento interno da Câmara, a fim de que o PTB não pudesse lançar mão do legítimo recurso da obstrução. Apesar da luta inspirada de Aurélio Viana, Lycio Hauer, Salvador Fiosecco, Hélio Ramos, completa-se, depois de umas oito horas de sessão a manobra da "Operação Rolha", que iria abrir caminho para a Reforma da Constituição.

Chega-se ao dia primeiro de setembro e a Câmara é convocada para votar uma reforma parlamentarista, cujos retoques finais eram dados pela triste figura do deputado Nélson Carneiro, que prestou-se ao papel de "patrocinador" da indecorosa manobra articulada pelo triunvirato Alkimin - Pedro Aleixo e Santiago Dantas. Protesta o PTB com veemência e Aurélio Viana levanta sucessivas questões de ordem sem obter resultado. A maioria deseja, a todo custo, votar em poucas horas a emenda parlamentarista e não obstante não estar ela ainda sequer pronta e ser impossível a qualquer deputado um exame sereno do que ia se votar. Aviões da FAB são despachados para o Rio e São Paulo a fim de trazer parlamentares do PSD e da UDN, alguns, como o magnata Ediberto Ribeiro de Castro, que só havia pisado em Brasília rarissimas vêzes, chegam eufóricos para votar o parlamentarismo. Um observador mais atento, lrônicamente observa: veja como os mais ferrenhos presidencialistas e capitães da indústria como Lafer, Olavo Fontoura, Bagueira Leal, Mauricio Andrade viraram "parlamentaristas". A palavra-de-ordem do PSD dada pelo Amaral Peixoto é clara: o parlamentar do PSD ou vota pela emenda ou perde a legenda! Na UDN as pruridos da legalidade são vencidos com a observação: a reforma da constituição ou a guerra civil.

Nada disto bastava. Era preciso "furar" o PTB. Osvaldo Lima é então lançado para fazer abrir uma grande dissidência nas fileiras trabalhistas. Para isso tudo vale. Como Nélson Omegna, especula-se com as suas divergências com Jango. Com outros, é o mesmo fantasma da guerra civil ou do fechamento do Congresso. Para outros, é a defesa das excelências teóricas do parlamentarismo.

A CONSUMAÇÃO DO GOLPE

A batalha no plenário é ardorosa e emocianante. O PTB e Aurélio Viana levam o debate para o terreno concreto da absurda e ilegal tramitação de uma reforma constitucional em 24 horas. A obstrução é difícil, pois estava em vigor o regime da "rôlha" e o presidente Sérgio Magalhães não aceita várias questões de ordem. Quando é iniciada a votação, descobre Hélio Ramos que ia ser votada uma emenda diferente da que tinha sido pôsto em discussão. Era o escândalo completo. Pressionado pelo depoimento de Breno da Silveira, que havia eventualmente ocupado a Presidência no início da discussão, e que insistia em que outra era a emenda, Sérgio Magalhães determina o reinicio da discussão, provocando protestos da maioria e aplausos dos opositores ao golpe branco. Posteriormente, soube-se que o causador da existência de uma segunda emenda parlamentarista foi o governador de Minas, que havia chegado à Capital da República naquela manhã. O senhor Magalhães Pinto ao tomar conhecimento de que a reforma constitucional estabelecia a adoção do parlamentarismo automàticamente nos Estados, pôs a bôca no mundo, conseguindo um veto da UDN. Assustados, os comandantes do PSD conseguiram que o deputado Nelson Carneiro redigisse-se outra proposição, contendo as exigências do governante das alterosas. Mas, como não queriam atrasar a votação, e como as coisas estavam no ponto base do vale-tudo, idealizaram a suja manobra de, na confusão, fazer passar gato por lebre.

NECESSÁRIOS 218 VOTOS

A aprovação da emenda exigia que votassem *sim* 218 deputados. Tal "quorum" era apertado, mas como o PSD e a UDN davam tudo, poucas eram as esperanças de que êle não seria alcançado. Como a obstrução continuava, determinaram os líderes dos dois partidos que seus liderados não se afastassem, sob nenhum pretexto do Palácio do Congresso. Via-se, assim, pelas cômodas poltronas dezenas de pessedistas e udenistas dormindo a sono sôlto, esperando a chamada das campainhas que anunciariam a votação. Esta só teve início lá pelas três horas da madrugada, pondo um ponto final na batalha parlamentar. Resultado: 334 votos pela emenda e 54 contra. Entre êsses encontravam-se cinco pessedistas: José Joffily, Armando Carneiro, Vasconcelos Tôrres, Andrade Lima Filho e Vilmar Dias. Do PSP sete rebelaram-se contra o golpe branco: Veiga Moreira, Abrahão Moura, Sousa Leão, Lourival Batista, Adão Pereira Nunes, Silvio Braga e Amaral Gurgel. Entre os udenistas não houve um só voto contra. Mas José Sarney e Seixas Dória abstiveram-se, fazendo declarações de voto e Gabriel Passos afirmou que votava pela emenda, tendo em vista a anuência do sr. João Goulart. Dentro da bancada trabalhista votaram pelo *sim*, entre outros: Batista Ramos, Nélson Omegna, Pedro Nobre, Gabriel Goncalves, Osvaldo Lima Filho. O deputado Lycio Hauer, apesar de ter participado de vários aspectos da obstrução, não aparece para votar, pois se encontrava gravemente enfêrmo.

FORMAÇÃO DO MINISTÉRIO

Com a votação da emenda parlamentarista, as atenções de todos voltaram-se para a chegada de Jango a Brasília e para a composição do novo govêrno. No sábado à noite, no dia 2, no mesmo momento em que era promulgado solenemente o Ato Adicional, começaram a ser divulgadas notícias de que Jango havia se empossado em Pôrto Alegre e que não aceitava o parlamentarismo. Este foi o último momento de abalo da Câmara. Lá pelas quatro horas da madrugada, Doutel de Andrade conseguiu falar pelo telefone com Jango, que desmentiu as informações da Rádio Guaíba. Sentiu-se então, que a grande batalha democrática chegava ao fim e que restava tão-sòmente resolver a ingloria divisão do espólio governamental entre as várias facções políticas.

Pouco a pouco ficou evidente que o critério predominante seria o da formação de um gabinete de «coalizão nacional", dando-se a cada partido uma fatia do bôlo, a fim de evitar grandes protestos. Sucedem-se os espetáculos ridículos. Um parlamentar convida os amigos para tomar uisque em casa do seu colega Antônio Carlos Magalhães, que aniversariava no dia. Uns vinte caem na esparrela e à certa hora entra o ex-presidente Kubitschek. Várias declarações são formuladas no sentido de que todos os presentes estavam imanados no propósito de fazer de fulano de tal ministro de Estado... Foi um corre-corre, pois a metade dos presentes de nada sabia, enquanto a outra metade era composta de uns 10 quase-ministros.

Na sala do café da Câmara formavam-se os clubes dos "32,7". Nos clubes localizeram do raciocinio simplista de um dos «neoparlamentaristas". Dizia êle: "ora, se estamos no parlamentarismo e se somos 327 deputados, cada grupo de 32,7 deputado dá um ministro. Eis aí o parlamentarismo conseguente".

O GOLPE DO TANCREDO

Naquela situação ambigua e em que todos esperavam uma palavra do Jango, viu-se que era imprescindivel conhecer-se a opinião do maior interessado e a quem caberia fazer a indicação do primeiro-ministro. Decidiu-se, então, a ida do avião presidencial a Montevidéu ou a Pôrto Alegre, levando Amaral Peixoto, Almino Affonso, e outros líderes partidários. Por razões até hoje não esclarecidas o tal avião, contrariando todos os planos, não foi até Brasília, partindo diretamente do Rio e com um único passageiro a bordo — Tancredo Neves.

Com a chegada de João Goulart a Brasília a batalha pelos cargos assume aspectos dramáticos. Reúne-se o PSD e após discussões acesas adota a seguinte decisão: o primeiro-ministro deve ser membro do Congresso Nacional ou presidente do Partido. A bôca pequena, comentava-se que só faltava acrescentar: além de ser almirante e ser de Niterói. Amaral Peixoto surgiu assim como candidato a primeiro-ministro imposto pelo PSD. Jango queria, no entanto, um homem de sua confiança e por isso enviou uma lista tríplice ao agrupamento majoritário, na qual evidentemente só poderia sair o nome de Tancredo, desde que Moura Andrade estava formalmente vetado (em vista de suas atitudes independentes e contra o golpe) e pela inexpressividade do nome de Capanema.

Vencida a parada do primeiro-ministro, com a votação interna no PSD pró Trancredo Neves, começa a luta-luta da composição do "gabinete de ministros. Reúne-se a UDN a fim de rejeitar os dois ministérios que lhe ofereciam: Relações Exteriores e Minas e Energia. A alegação do partido brigadeiristas era de que essas duas pastas só traziam ônus e nenhum resultado eleitoral. Implicitamente, assumindo tal atitude, vetaram a volta de Afonso Arinos ao Itamaraty. Ante a recusa udenista, Tancredo resolve entregar-lhes o Ministério mais cobiçado, o da Viação e Obras Públicas, com o que enche de contentamento os liderados de Herbert Levi.

Já no PTB as posições são equivocas. Enquanto Almino Affonso recusa o Ministério da Justiça e procura fazer com que a bancada assuma uma posição política de princípios, por trás, outros parlamentares do PTB solapam o seu trabalho, reivindicando isoladamente cargos e posições.

Os ministros militares são escolhidos por Kruel. Moreira Salles é apresentado como a única solução para o Ministério da Fazenda e a justificativa dessa escolha no argumento de que êle seria o único homem de confiança dos banqueiros dos Estados Unidos, sendo portanto a pessoa indicada para garantir que os empréstimos obtidos por Mariani não sejam cancelados. Na Câmara, portanto, todos eram unânimes! Moreira Salles foi indicado pela Embaixada norte-americana.

Mas, o oposto também verificou-se. Não por acaso, no dia da posse do presidente e dos ministros ante o Congresso, nenhum nome foi mais ovacionado do que o de Gabriel Passos. Todas as vêzes que o seu nome era proferido recebia uma aclamação ensurdecedora. Era a homenagem ao homem realmente representativo do Parlamento, das batalhas contra o impedimento de Jango e das grandes causas nacionalistas, e anti-Moreira Salles por excelência.

Escolhido o Ministério, só ficaram em Brasília os deputados e senadores que se julgam com chance de ainda conseguirem alguma posição secundária. Mas, a nova capital não ficou deserta. Muito pelo contrário. Foi inundada rápidamente pelos eternos candidatos às direções de emprêsas estatais, de autarquias e outros postos, e muitos pensam e em tôrno dêles agem com rapidez. Terminou, assim, melancólicamente no Parlamento a crise política, mas, os deputados mais argutos não escondem a sua preocupação diante do que virá agora com a luta do povo pelos seus problemas, reivindicações e exigências políticas.

REPÚBLICA POPULAR DA BURGARIA

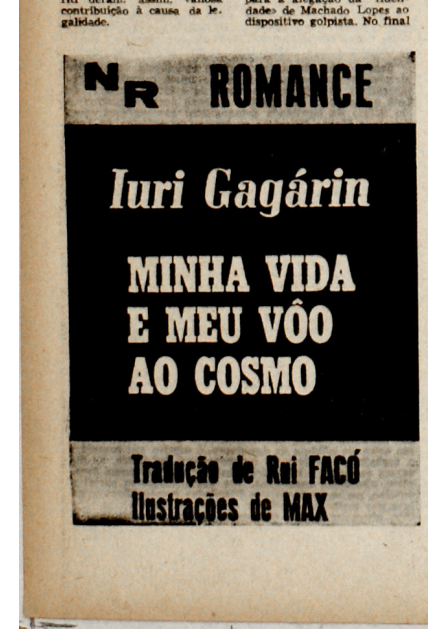
A República Popular da Bulgária viu passar, a 9 de setembro último, o seu 17º aniversário. E' oportuno, pois, ressaltar o profundo significado da revolução nacional que culminou com a queda da realeza e a proclamação da República, cuja direção passou às mãos do proletariado. A história da Bulgária encerra episódios de luta incessante e de indiscritiveis sofrimentos do povo. Submetida pelos romanos, subjugada por bizâncios, torturada pelos turcos durante cinco séculos, dominada pela Alemanha, sobreviveu a tôdas essas calamidades. Situada numa região que já foi a mais turbulenta da Europa, a nova Bulgária constitui hoje um exemplo de ordem, progresso e de povo amante da paz. Com pouco mais de 110 mil quilômetros quadrados e menos de oito milhões de habitantes, a República Popular da Bulgária constrói os seus navios, exporta material elétrico, máquinas, ferramentas, produtos químicos, extrato de rosa, conservas, verduras, flores, etc. Ao ensejo da data magna do povo búlgaro, os trabalhadores brasileiros saudam fraternalmente os seus irmãos daquele país — hoje uma nação rica e feliz — augurando-lhes novos êxitos em seu caminho de paz e de progresso.

Em Liberdade Jornalistas Presos Pelos Golpistas em Pernambuco

RECIFE — Após vários dias de detenção no Forte das Cinco Pontas, de onde foram conduzidos em aviões da FAB para o presidio da Ilha de Fernando de Noronha, foram finalmente libertados no dia 8 do corrente pela polícia pernambucana os jornalistas David Capistrano e Aluizio Falcão, presos juntamente com vários líderes sindicais durante a crise que ameaçou o país com a implantação de um regime de exceção. David Capistrano é diretor do semanario democrata "A Hora" e, pelo seu passado de luta em favor das causas populares, foi o mais visado pelos golpistas tendo sido transportado para Fernando de Noronha amarrado e dentro de um saco completamente vedado. Aluizio Falcão é diretor da Divisão de Divulgação e Recreação do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife. Ao serem sôltos declararam os conhecidos homens de imprensa: "Os democratas presos vieram da prisão ainda mais convencidos dos princípios que defendiam antes dela. Reafirmamos nossa posição contra o golpismo e de defesa da legalidade democrática. Protestamos contra a prisão ilegal e agradecemos a solidariedade que temos recebido". Juntamente com os jornalistas estiveram encarcerados os dirigentes sindicais Gilberto Agrevedo e José Raimundo da Silva, da Federação dos Bancários; João Barbosa de Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Comerciários; Agenor Duarte e Luis Serafim, do Sindicato dos Músicos.

NOVA DATA DA CONFERÊNCIA DA ULTAB

S. Paulo — (da Sucursal) — Adiada em face dos últimos acontecimentos que envolveram o país a I Conferência Estadual da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) terá sua data marcada em reunião da comissão preparatória do conclave a realizar-se amanhã nesta capital. Várias comissões de preparação da Conferência foram realizadas em cidades do interior, destacando-se, pelo número de lavradores presentes, a que teve lugar na cidade de Marília, Presidente Prudente, Getulina, Juquiá, e Sertãozinho. Mais de duas centenas de delegados já estão credenciados para o grande debate dos problemas camponeses, devendo êste número elevar-se ainda consideràvelmente. No processo de preparação da Conferência foram criadas novas associações de trabalhadores agrícolas nos seguintes municípios: Birigui e Andradina (na Noroeste); Ipuro Verde (na Alta Paulista); Ourinhos, Xavante, Salto Grande, Palmital, Paraguaçu Paulista, Presidente Prudente e Presidente Bernardes (na Sorocabana); Getulina, Mecedônia e Guarani do Oeste (na Araraquarense); e Sertãozinho (na Mogiana).



110

Toda uma tábua de letras e sinais do começo até o fim, desde as grandes às mais midas. Pesquisavam insistentemente se havia qualquer estrabismo oculto, punham à prova a visão à noite, examinavam detidamente o fundo do ôlho. Aconteceu que não apenas uma vez, como era comum, mas sete vêzes tive que ir ao oculista e depois de cada vez reconvaya tudo: novamente a tábua de letras e sinais, a análise do sentido das côres: olhe com o ôlho direito, agora com o esquerdo, olhe para cá, agora para lá... Em resumo, o médico "trabalhava segundo a formula: "Medir sete vezes antes de cortar". Procuru, procuru, mas nada encontrou em meus olhos.

Procederam a verificações quanto à capacidade de trabalhar em condições difíceis. Mandavam efetuar operações aritméticas com cifras que inicialmente deveriam ser procuradas numa tábua especial. Com isto comprovava-se a rapidez no trabalho, as respostas corretas. A primeira vista a solução da tarefa era simples. Mas logo ligava-se o alto-falante no qual uma voz monótona começava a buscar a solução. Entretanto, em lugar de ajudar, a voz impedia a concentração. A atenção começava a distrair-se e era necessário impor-se o prosseguimento do trabalho, sem prestar atenção no "amigo prestimoso". Era difícil. No entanto, isto eram apenas as flores, os espinhos viriam depois.

Os médicos eram numerosos, e cada um tão rigoroso como um promotor. Não havia recurso de apelação: os candidatos a cosmonautas voavam pelas comissões numa roda viva. Eram postos à margem pelos terapeutas, e neuropatólogos, cirurgiões e laringologistas. Mediam-nos de alto a baixo e de lado a lado, percutiam-nos por todo o corpo, giravam-nos em aparelhos especiais... Objeto de especiais atenções era o nosso coração. Por êle, os médicos liam tôda uma biografia de cada um de nós. E era impossivel ocultar o que quer que fôsse. Um instrumental complexo localizava tudo, até mesmo os mínimos defeitos de nossa saúde.

111

A comissão era dirigida por um médico experiente, Evgueni Alexéievitch, homem de grande erudição e saber. Belo, de olhos azuis, bem-humorado, imediatamente captou as simpatias de todo o nosso grupo, e mesmo aquêles que não haviam passado no exame de saúde saiam com a melhor das impressões sôbre êle.

— Não se zanguem com a medicina, meninos, pilheriava êle ao examinar-nos; continuem a roar, mas não na estratisfera superior.

A seleção foi rigorosa. De uma dezena de homens restava apenas um. Mas êste mesmo não estava convencido de que passaria pela proxima comissão indicada ao despedir-se de Evgueni Alexéievitch. Êle me aconselhou a preparar-me para essa comissão.

Estava vencida a primeira etapa, e eu tinha esperanças. Voltara ao regimento e passei os dias aguardando. O tempo corria rápidamente. Como antes, pela manhã eu la para o aeródromo, voava sôbre as montanhas e o mar, dava plantão, ia esquiar nas horas livres, deixava Lêna aos cuidados do vizinho, e juntamente com Vália dava umas voltas pela pista da guarnição, como antes redigi aa "Fôlha Militar", brincava com minha filha, lia as tragédias de Shakespeare, os contos de Tchékhov, relia, pela segunda vez, o romance de Victor Hugo "Os Homens do Mar".

Cansei de esperar uma segunda chamada. Era difícil, porque esperava sòzinho. Eu tinha guardado silêncio sôbre a minha primeira visita à junta médica, dizendo que se tratava de uma comissão comum para assunto de serviço. A consciência me doia — pois nada ocultávamos um ao outro. Mas aquêle era um assunto multissimo invulgar e, por enquanto, o melhor era guardar silêncio. Assim havia aconselha-

112

do Evgueni Alexéievitch, o comandante do regimento.

E os dias se passavam. Já me parecia que se haviam esquecido de mim, que eu não passara. Minha estatura não é alta, tinha apenas 1,68, não podia me vangloriar de meus músculos. E, no entanto, juntamente comigo tinham sido examinados pela junta rapazes vigorosos, de elevada estatura, ombros de carregadores, vendendo saúde... Como podia eu competir com êles? Tentava esquecer-me de meu pedido, da comissão, mas não podia.

Vália cuidava de nossa filha, vivia muito ocupada com os encargos do Conselho Feminino, sonhava em poder ingressar no Instituto de Medicina. À noite, quando nos encontrávamos em casa, ela às vêzes me olhava de maneira estranha, com um olhar interrogativo, como se tentasse advinhar o que se passava em minha alma.

— Será que não estás doente, Iura? indagava ela, e, como todos os médicos, aconselhava-me a medir a temperatura.

Eu punha o termômetro, mas a coluna de mercúrio persistia em ficar nos 36,6. E no entanto eu estava enfêrmo, de uma doença que não tem denominação na medicina: a atração pelo Cosmos continuava a inquietar-me. Mas sabia que desta doença nenhum médico poderia curar-me.

E quando finalmente havia perdido as esperanças, quando me parecia que não restava mais nenhum recurso, chegou um dia uma carta.. Chamavam-me novamente à junta médica. E fui mais uma vez sem dizer nada a Vália para onde nem para que me chamavam.

E as coisas recomeçaram. A exigência do médico era agora duas vêzes maior. Tôdas as análises eram boas, nada se modificara em meu organismo. Evgueni Alexéievitch estava contente, esperançoso.

Continua

Mais de 60 Mil Operários em Greve

Proletariado Fluminense Liderou Luta Pela Legalidade no E. do Rio

Mais de sessenta mil operários declararam-se em greve no Estado do Rio durante os dias em que o país estêve ameaçado pelo fantasma do golpe militar. Os trabalhadores lideraram a resistência democrática e foram fator decisivo do movimento pela legalidade na terra fluminense. Além dos ferroviários, marítimos e operários navais (categorias que paralisaram suas atividades durante tôda a crise) cruzaram os braços após a palavra-de-ordem de greve geral até que fôsse dada posse a Jango os trabalhadores dos seguintes ramos: metalúrgicos de Niterói e São Gonçalo, operários da construção civil e empregados nas emprêsas do fabrico de vidro e fábricas de sabão das duas cidades, trabalhadores da fábrica de cimento Mauá, da Usina de Açúcar de Niterói e da fábrica de sardinhas de São Gonçalo. A classe operária estêve à frente de todos os comitês de defesa da democracia instalados no Estado do Rio e de todos os comícios e passeatas realizados nos dias de transe.

Logo no sábado (26 de agôsto), dia imediato ao da renúncia do sr. Jânio Quadros, cinco mil trabalhadores na grande maioria ferroviários e operários navais, marcharam em passeata até a Assembléia Legislativa, onde foi realizado um comício no decorrer do qual os oradores denunciaram o intento golpista dos ministros militares e dos políticos filofascistas e exigiram a posse, sem protelações, do vice-presidente João Goulart. Um dos oradores mais aplaudidos na ocasião foi o presidente do Legislativo fluminense. Da Assembléia a massa continuou em passeata pelas ruas principais de Niterói.

No mesmo dia, às 18 horas, efetuou-se, com a presença de milhares de pessoas, grande comício na Praça Martim Afonso. Foram oradores diversos líderes sindicais e o deputado federal Tenório Cavalcanti. Na segunda-feira (28 de agôsto) nova passeata foi realizada. Desta feita, compareceu um contingente de aproximadamente doze mil trabalhadores. Quarta-feira, dia 30, verificava-se uma das maiores manifestações populares já registradas no Estado vizinho: uma caudal de vinte mil pessoas, na quase totalidade trabalhadores e estudantes, exigindo-as nas ruas, em passeata que durou várias horas, o respeito à legalidade constitucional expresso na entrega da presidência da República a Jango e repudiando a tentativa de implantação de um regime de exceção, objetivo das ações que tramavam o "impedimento" do substituto legal do presidente que renunciara. Ao final da passeata foi realizado um vibrante comício no qual usaram da palavra nada menos de doze dos deputados estaduais fluminenses.

A CONDUTA DO SR. PEÇANHA

Na sexta-feira, 1º de setembro, nova passeata se concretizava. Uma multidão calculada em quinze mil pessoas percorria as ruas de Niterói portando faixas e cartazes legalistas. O auge do entusiasmo dos participantes da marcha foi bruscamente cortado: pelotões da polícia Militar do Estado, a mando do governador Celso Peçanha, apareceram inopinadamente e, investindo a tiros contra os populares, dissolveram a manifestação pacífica e ordeira. Várias prisões foram efetuadas na ocasião e mais de duas dezenas de manifestantes foram feridos.

Na tarde e noite do corrente, quando a situação já estava claramente definida em favor das fôrças legalistas, realisou-se grande comício na praça do Rink. Só então a polícia do sr. Celso Peçanha passou a respeitar o direito de manifestação do povo.

O exposto dá bem uma medida do comportamento adotado pelo sr. Celso Peçanha durante a crise. De início apresentou-se numa atitude que tramavam o acontecimeitos, como quem olha para ver de que lado fica. Em meio aos acontecimentos, calculando erròneamente que o bando golpista consumaria a sua tentativa de sufocar a democracia, o governador do Estado do Rio desencadeou violenta repressão aos movimentos populares de luta pela preservação da legalidade constitucional e democrática. Só mais tarde, quando delineada a derrota da conspirata ditatorial, decidiu-se a respeitar a liberdade de manifestação.

ESTUDANTES

A mocidade das escolas foi outro grande baluarte da luta pela legalidade no Estado do Rio. Foi calorosamente apoiada pela União Fluminense dos Estudantes a decisão de greve geral tomada pela UNE, o que redundou na paralisação das aulas nos estabelecimentos de ensino superior de Niterói, Campos e Nova Friburgo. Na capital, os estudantes participaram ativamente de todas as manifestações de rua, promovendo êles próprios passeatas e comícios, distribuindo manifestos de defesa da Constituição e pela posse de Jango, e organizando comitês de defesa da democracia. O presidente da UFE, acadêmico Cláudio Moacir de Azevedo, em nome da entidade que dirige, foi orador em todos os grandes comícios antigolpistas.

A RESISTÊNCIA NO INTERIOR

Sempre com a classe operária à frente as populações do interior estiveram presente na refrega que rechaçou a investida golpista da minoria reacionária e pró-imperialismo. Em inúmeras cidades, o povo organizou comitês de resistência democrática e pela posse daquele que a Constituição consagrava presidente legal da República.

Em Nova Iguaçu foram realizadas grandes manifestações nas sedes dos sindicatos operários, que fizeram mais de vinte comícios-relâmpago em portas de fábricas, além de dois grandes comícios centrais e passeatas pelas ruas principais. Os operários da fábrica de pneus "General" paralisaram totalmente as atividades daquela emprêsa norte-americana, tendo havido greve também na fábrica de produtos farmacêuticos "Bayer", na "Forjas Brasileiras" (parede de duração de 4 horas, com caráter de advertência) e em várias outras emprêsas. Tôda a indústria de laminação do município sofreu uma paralisação da ordem de 30 por cento.

Em São Gonçalo, além da parede da fábrica de cimento "Mauá", que foi a primeira a ocorrer na história daquela unidade industrial, houve greve total na "Covibra" e na "Hime", tendo o número de emprêsas paralisadas parcialmente ascendido a 24. A Câmara Municipal local fez veemente pronunciamento pela legalidade. Os manifestos de Lott e de Prestes foram largamente difundidos em São Gonçalo e foi enorme o número de gonçalenses que se deslocaram para Niterói tôdas as vezes em que fôram realizados comícios na capital.

CAMPOS: GREVE GERAL

Em Campos, houve um dia em que a cidade parou completamente, tendo o comércio cerrado suas portas ante a negativa dos comerciários de comparecerem ao trabalho. Neste dia pararam os serviços de carris e "troley-bus" e até os motoristas de táxis não trabalharam. Nos outros dias estiveram parados os ferroviários (1.300 trabalhadores) e os servidores municipais. A indústria têxtil deixou de funcionar por um dia. Durante a luta, formou-se a Comissão Campista pela Legalidade, com a participação dos líderes sindicais, de edis municipais e do prefeito Jose Alves.

Nos municípios onde os canaveiros possuem alguma organização, êstes estiveram na linha de frente do movimento pela garantia de continuidade das conquistas democráticas asseguradas na Constituição. Assim foi, por exemplo, em Pedra Lisa e Japeri, município de Nova Iguaçu.

Em quase tôdas as cidades do interior as emissões da "Rêde da Legalidade" foram retransmitidas por serviços de alto-falantes. Isto foi notado sobretudo em Duque de Caxias, após o fechamento arbitrário da Rádio Difusora local por haver-se incorporado às emissoras que pregavam o respeito à Constituição. Digna de registro em Duque de Caxias foi a paralisação parcial dos trabalhos na Fábrica Nacional de Motores. Houve operários em greve, ainda, em todos os lugares servidos pela Estrada de Ferro Leopoldina.

LEGISLATIVO

Atuação destacada deve ser creditada às casas do Legislativo fluminense. Na capital, os membros da Assembléia, a começar pelo presidente, estiveram na vanguarda dos protestos contra as tentativas de esmagamento da Carta Magna e foram lutadores incansáveis pela posse do sr. João Goulart. No interior, particularmente em Duque de Caxias, Campos e Macaé, as câmaras de vereadores foram verdadeiros quartéis da legalidade, onde só encontraram guarida as atitudes em favor da democracia.

REPRESSÃO

Foi violenta a repressão policial em todo o Estado. Nos dias em que o governador via a situação de um ângulo em que lhe parecia evoluir favoràvelmente às fôrças do golpe, sua polícia desmandou-se em arbitrariedades as mais inconcebíveis. Além de tirotear o povo na passeata do dia 1º de setembro, os policiais efetuaram um sem número de prisões e procederam à apreensão de amplo material de propaganda legalista. A polícia do sr. Celso Peçanha não se pejou, inclusive, de maltratar os presos, como é o caso das violências cometidas contra o líder ferroviário e suplente de deputado Aristóteles Miranda Melo. No tocante às represálias contra os trabalhadores, várias emprêsas, como a fábrica de cimento Mauá, estão despedindo em massa seus operários. Esta a razão da greve prosseguir, mesmo após a posse do presidente. As entidades sindicais, porém, já articulam um movimento para defesa dos direitos dos trabalhadores.

COMUNISTAS

Várias correntes políticas tiveram destaque na luta pela sobrevivência do regime democrático. Devem-se citar, por exemplo, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Trabalhista Brasileiro, apesar das vacilações iniciais dêste último. E' inegável, todavia, que na vanguarda da organização da resistência ao golpe estiveram os comunistas que, na hora mesma em que foi deflagrada a crise, já conclamaram o povo a exigir, unido, a posse do sr. João Goulart e o mais irrestrito respeito às liberdades democráticas e constitucionais, ameaçadas pelos golpistas. O povo, sentindo a justeza da posição dos comunistas, prestigiou em tôda a linha a orientação preconizada pelos militantes engalados em todos os setores da luta legalista. As edições extraordinárias do NOVOS RUMOS, contendo os manifestos de Prestes e do Marechal Lott, esgotaram-se ràpidamente em Niterói e cidades do interior fluminense onde a circulação do nosso jornal não foi impedida pela polícia.

Canto de Página

Ensida

GUERRA PSICOLÓGICA

Darwin Brandão, do "O Correio da Manhã" contou uma história que merece ser reproduzida: "um oficial do exército chegou numa estação de rádio com uma notícia alarmista para ser divulgada e entregou-a ao encarregado dos jornais falados. O locutor, depois de ler a notícia — que falava no envio de armas por parte de Fidel Castro para as tropas de Brizola, achou que era mais prudente não lê-la. Começou a ganhar tempo conversando com o oficial que insistia na leitura da notícia. Não resistindo mais o locutor pediu ao oficial que se identificasse. Se era do Estado Maior ou do gabinete do ministro da Guerra. Afinal o homem acedeu e revelou ser do "Bureau da Guerra Psicológica".

Há pequeninas notícias muito importantes neste momento brasileiro tão sério, tão grave e tão triste. Estamos fartos de ouvir falar, sempre que o povo defende seus direitos, em ameaças comunistas, em perigo comunista. Cemo já está sediça, não mete mais mêdo e não é mais aceita essa fórmula, estão êles, os de bureau da guerra psicológica a inventar tantas asneiras que chegariam a provocar risos não fôsse esta hora demasiado séria. A tal ponto êsse bureau está desesperado que até um colunista social comentou pelo seu jornal que qualquer dia dêstes vão dizer que Kruschiov velo para o Rio Grande numa nave cósmica com Titov ou Gagarin.

E olhem que o colunista tem razão, pois até em aviões Migs no R. G. do Sul já falou êsse tal bureau. Mas não é por acaso que êles — bureau, lacerda, infâmias, mentiras — estão tentando subsistir. O que o povo brasileiro em tôdas as suas camadas, em tôdas as suas corporações, através de todos os seus órgãos está fazendo desde o momento em que o sr. Jânio Quadros abandonou o poder (sejam quais foram as razões de sua renúncia ninguém me convencerá jamais que êle não foi, principalmente, um covarde) é demonstrar em manifestações pacíficas, mas eloqüentes que nossa consciência democrática está formada, que sabemos que nosso papel é defender por todos os meios e modos, os princípios que asseguram ao país, leis e respeito aos direitos humanos.

Tomando conhecimento dêsse Bureau da Guerra Psicológica não devemos temê-lo (parece que êle usa vários nomes) pois acabou nossa infância, época em que se ateemoriza crianças com bichos papões. Nosso povo, todos nós, atingimos nossa maturidade política e quando se chega a essa etapa os bichos papões e os fantasmas viram estórias da carochinha. Sabe bem, o povo brasileiro que nada deve temer e que êle e só êle pode e deve defender nossa independência, nossa liberdade, nosso direito à Democracia.

Um Livro Oportuno

Uma coletânea de mais de 600 páginas de escritos de Lênin sôbre o problema agrário, nos seus mais diversos aspectos, acaba de ser editada pela *Vitória*. O título não diz tudo: *Aliança Operário-Camponesa*, que é título do original russo organizado pelo Instituto de Marxismo-Leninismo, de Moscou. Não se trata só da questão política da aliança entre operários e camponeses. Nestes trabalhos de diversas épocas e diferentes situações da vida e da atividade de Lênin, são minuciosamente discutidos inúmeros problemas econômicos e políticos, estratégicos e táticos, que enfrentaram os comunistas russos, tanto antes como depois da revolução.

Como é natural, muito de polêmico se encontra aí, com os mais eminentes teóricos marxistas de época, tais como Kautsky e Plekhanov. Embora lançados por Marx os princípios que deveriam orientar a luta dos comunistas nesta questão importantíssima, os comunistas russos se defrontavam com as particularidades de seu país, do seu tempo, e com problemas concretos, depois da vitória da revolução na Rússia. Desta forma, os princípios marxistas foram extraordinàriamente enriquecidos na base mesma das polêmicas travadas por Lênin e seus companheiros, assim como da aplicação prática daqueles princípios.

A simples formulação de algumas perguntas, de grande atualidade para nós, mostra o valor desta coletânea. Senão vejamos.

Qual a posição dos comunistas em face da pequena e da grande propriedade rural?

Tem o proletariado interêsse na revolução agrária? Por quê?

As transformações no regime de propriedade territorial são transformações revolucionárias?

Devem os comunistas apoiar a pequena propriedade? Em que condições?

É possível proceder-se à revolução agrária sem a destruição do latifúndio semifeudal?

Podem os camponeses e assalariados agrícolas levar a cabo a revolução agrária sòzinhos?

O movimento camponês por si só é um movimento socialista?

Deve admitir-se a divisão da grande propriedade organizada em bases capitalistas?

Quais os elementos fundamentais do programa agrário dos comunistas russos antes da revolução?

Em que circunstâncias devem os comunistas apoiar a burguesia rural?

Estes e muitos outros problemas são exaustivamente debatidos por Lênin nos seus trabalhos fundamentais, que estão reunidos neste volume, dedicados à questão agrária. Alguns dêstes problemas parecem já hoje indiscutíveis em todo o mundo. Mas não é assim. Entre nós, por exemplo, ainda há quem pretenda a reforma agrária conservando o latifúndio semifeudal. Como é possível o camponês sobreviver em seu pedaço da terra, fazê-lo imediatamente rentável, quando o latifúndio permanece com o seu poder econômico intacto? E isto ainda hoje se discute entre nós, quando Lênin, antes mesmo da revolução socialista na Rússia, já afirmava que "para um marxista o movimento camponês não é de forma alguma um movimento socialista, mas um movimento democrático" e que "êste movimento absolutamente não é dirigido contra as bases do regime burguês, contra a economia mercantil, contra o capital. Pelo contrário, orienta-se contra as velhas relações pré-capitalistas, feudais, no campo, e contra a grande propriedade territorial, principal sustentáculo de tôdas as sobrevivências do regime de servidão".

A prática revolucionária destes 40 e tantos anos depois da revolução bolchevique, mostrou, nos diversos países, que não pode ser diferente a solução do problema agrário neste ponto. Sem a destruição do latifúndio semifeudal não há reforma agrária. Tudo o que se argumente em contrário é mistificação.

Mas a verdade é que continua a discutir-se êste e outros aspectos do problema agrário. Não vamos, de certo, transplantar literalmente os ensinamentos leninistas. Estes, porém, permanecem de todo válidos quando se trata de princípios marxistas que a prática só tem feito confirmar. Não temos porque constituir uma exceção.

R. F.

Tópicos Típicos

Pedro Severino

Durante tôda a crise provocada pelo veto de Denys, Heck e Moss à posse do presidente João Goulart, o jornal que teve a atuação mais sordida talvez tenha sido "O Globo". Admito que o órgão do reboludo dos irmãos Marinho não tenha assumido uma posição tão francamente reacionária quanto a do "Estado de São Paulo" e da "Tribuna da Imprensa", porque a franqueza não faz parte dos seus hábitos; mas dificilmente se pode concluir que aquêles dois jornais o tenham excedido no afã de prestar serviços ao imperialismo. O estilo de "O Globo" é mais discreto apenas porque pretende ser mais eficiente.

* * *

Procurando dar sempre um certo ar de isenção, "O Globo", não obstante tenha sido uma de suas edições providencialmente apreendida durante a crise, apoiou o governador responsável pela censura, isto é, beijou o chicote da agressão. Fê-lo como quem pretende estar acima das paixões partidárias e dos interêsses particulares, alegando — vejam que poderoso argumento! — que na pessoa do sr. Carlos Lacerda não se deveriam confundir o governador e o jornalista; e o jornalista não deveria pagar pelos atos do governador.

* * *

O estilo solene e pedante dos editoriais do jornal que escolhe "O Rei dos Viraltas" visa disfarçar a falta de seriedade do seu pensamento. Lembro-me de três editoriais publicados durante a campanha eleitoral de 1955: no primeiro, o jornal que promove a escolha da "A Mãe do Ano" defendia a candidatura do sr. Etelvino Lins e ridicularizava os partidários do sr. Juscelino Kubitschek por serem capazes de imaginar que o general Juarez Távora se pudesse decidir a aceitar o lançamento da sua candidatura; no segundo, já o general Juarez Távora tinha lançado a sua candidatura, o vespertino de Ibrahim Sued via a candidatura do general Távora marchar para o fracasso, encalhada ante a indiferença do povo; no terceiro, poucos dias antes das eleições, quando o sr. Etelvino já retirara a sua candidatura, o órgão que procina a "Mãe do Ano" "Senhorita Tijuca" rejubilava-se em face daquilo que julgava serem as possibilidades de vitória do sr. Juarez. "Mudar para servir", deveria ser seu lema.

* * *

Quem melhor falou a respeito de "O Globo" e de seu diretor foi o jornalista Carlos Lacerda, que aquêle vespertino agora defende das acusações lançadas contra o governador lacerda. Na "Tribuna da Imprensa" de 18-5-1950, Lacerda chamou "o ignóbil Roberto Marinho de 'O Globo' de "vendido à Prefeitura". Em 7-11-50, disse que "O 'Globo' é o respeitoso da imprensa brasileira". E que "tão baratas foram as bofetadas que o sr. Benjamim Vargas deu no sr. Roberto Marinho que êle está ansioso por voltar à senzala". E em 23-11-50: "O Globo", cavalheiro da fôrça de piratas que fazem do destino do seu país um motivo para se vender".

* * *

OS JORNALISTAS PROFISSIONAIS E SUA FEDERAÇÃO

J. A. Mesplé

Setembro é tradicionalmente o mês dos jornalistas. A 8 comemora-se, internacionalmente, o "Dia da Solidariedade", dedicado à luta pela libertação dos profissionais da imprensa presos ou perseguidos pelo seu amor à liberdade e sua dedicação à paz e à emancipação dos povos. A 10 festeja-se, nacionalmente, o "Dia da Imprensa", destinado a exaltar o jornalismo, que, como assinala o sr. Herbert Moses, há de ser entendido não apenas como Informação, mas acima de tudo como serviço, ao povo e ao Brasil. No ano em curso, no entanto, setembro adquire para os jornalistas significado ainda maior. É que nele teremos, a 18, as eleições para a Federação Nacional de Jornalistas Profissionais e a 21 o IX Congresso Nacional de Jornalistas. São dois acontecimentos capitais para o desenvolvimento do nosso movimento jornalístico e de cujo tratamento adequado dependerá, nos dois anos próximos, a pujança das fôrças sindicais dos profissionais da imprensa e o seu adequado entrosamento com as demais organizações sindicais de trabalhadores e com as fôrças progressistas do povo brasileiro.

Em relação às eleições na Federação é oportuno dizer que o interêsse dos jornalistas está em preservar a atual orientação, aperfeiçoando os métodos de trabalho da diretoria cujo mandato está a terminar e, conseqüentemente, tornando mais proveitoso para a categoria profissional o trabalho da entidade. Pode-se, é natural, pretender que a nossa diretoria devia ter feito mais e melhor. O que, no entanto, de modo algum se poderá honestamente dizer é que a diretoria não se manteve fiel aos princípios votados no VIII Congresso Nacional de Jornalistas, reunido em Fortaleza, em setembro de 1959, ou que não tenha aplicado, com rigor, o programa com que foi eleita. De fato, a orientação que agora desejamos preservar esforçou-se, no biênio 1959/61, por dignificar a profissão de jornalista (melhores salários, moralização do registro profissional, respeito às categorias profissionais, defesa do mercado de trabalho, amparo à indústria do jornal, defesa da liberdade de imprensa, etc.) e por ampliar o entrosamento entre os jornalistas e os demais trabalhadores brasileiros (defesa conjunta dos posicões fundamentais dos trabalhadores, luta por melhores condições de existência para os que vivem de salário, luta pela preservação da unidade do sindicalismo brasileiro, participação efetiva nas campanhas em prol da solução dos problemas fundamentais do país).

Ao abordar o problema das eleições na Federação, em janeiro de 1961, sustentamos a tese de que havia condições para a composição de uma chapa unitária, apoiada pela totalidade dos sindicatos filiados, a qual vitoriosa apresse um programa capaz de satisfazer os interêsses dos jornalistas e de bem enfrosa-los com os dos demais trabalhadores. E qual há de ser êsse programa? Em suas linhas gerais pode ser definido como visando: 1) — fortalecimento da Federação, através do fortalecimento dos Sindicatos filiados e da preservação do conteúdo nacional da entidade, de cooperação com todos os trabalhadores, pois só na medida em que os trabalhadores se unirem, sem distinção de categorias profissionais, lograrão êles defender os seus interêsses; esta verdade é particularmente aplicável em relação aos jornalistas que sabem, por experiência própria, como as suas fôrças se multiplicam quando unidas às dos grafícos; 2) — defesa da profissão, com o objetivo de ver votado no Parlamento o projeto 1314, e de lutar, em cada caso, na defesa do direito ao trabalho e do exercício em tôda plenitude da profissão; 3) — unidade dos jornalistas em escala brasileira e mundial, dessa unidade resultando sempre vantagens para os profissionais; 4) — defesa da imprensa, os acontecimentos recentes mostrando que há interesses prontos a dificultar a missão dos jornais e dos jornalistas, quer limitando do a liberdade de imprensa ou restringindo o livre acesso às fontes de informação, quer criando condições materiais difíceis ao normal funcionamento dos órgãos de imprensa, especialmente os do interior e os de opinião.

Essa proposição unitária, razoavel e proveitosa, mereceu a melhor compreensão dos delegados presentes a reunião na qual fora formulada. Apenas uma voz se fez ouvir em contrário, sob a alegação de que a chapa unitária era antidemocrática, onde melhor a disputa para definir os rumos acertados. Argumento frágil desde logo pois o que se queria com a unidade era organizar uma chapa que a todos satisfizesse, precisamente como forma de demonstrar a coesão da Federação e dar a nova Diretoria uma fôrça tal que lhe permitisse resolver com ampla margem de segurança, o programa esbocado. A fragilidade do argumento não tardou a se evidenciar e, sem demora, cuidaram os seus autores de substitui-lo por outro, êste o verdadeiro, o real.

Agora falam em "mudar a orientação" da Federação, em "renovar a sua linha de ação", em modificar por completo as "normas da atual diretoria", que até hoje mereceram plena e cabal aprovação do Conselho de Representantes, inclusive dos atuais "renovadores". Cientes da fragilidade da sua posição não demoraram em desnudar todo o seu pensamento. Os "renovadores" insinuam agora a discriminação ideológica e fazem promessas de aliciamento sedutoras. A uns dizem se preciso "mudar a orientação da Federação" o que significa proclamar o desejo de ver a Federação mais dócil aos manejos dos que tudo têm a recear da unidade dos trabalhadores; a outros prometem financiamento para a construção de sedes sociais como se os dinheiros da previdência social devessem arrolar a Federação para as campanhas de necessidade nas sinecuras previdenciárias.

É claro que não nos atemorizamos com tais manobras. Em primeiro lugar confiamos na justeza da nossa causa. Em seguida confiamos no bom senso dos dirigentes sindicais dos jornalistas profissionais. Nestes dois anos de mandato (que pessoalmente não desejamos ver recordado) puderam fases dirigentes medir o grau da fidelidade da diretoria aos princípios votados no *forum* máximo da classe, o Congresso Nacional de Jornalistas; puderam, sobretudo, apreciar a justeza da orientação que desejamos preservar e que êles, melhor do que ninguém, sabem ser a mais ajustada aos legítimos interêsses da nossa categoria profissional. Da nossa parte, os que levantaram a bandeira da unidade e da preservação da presente linha de ação, não discriminamos contra ninguém. A nossa primeira decisão foi considerar o companheiro Benedito Ribeiro, de São Paulo, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, e seu delegado ao Conselho de Representantes para encabeçar a chapa unitária. Se tal não foi possível, muito embora êsse nosso colega houvesse se identificado com o programa que defendemos, a culpa não nos cabe, e nem a êle, diga-se a bem da verdade. Por isso vamos à luta tranquilos na certeza de vencermos com uma chapa integrada por nomes expressivos da nossa profissão, da qual não estará excluido certamente um do Estado de São Paulo, que possa e saiba fazer do seu mandato na Federação um programa de trabalho proveitoso para a nossa profissão.

BANCÁRIOS RECOMEÇAM CAMPANHA SALARIAL

Prosseguindo em sua campanha salarial, interrompida por alguns dias em virtude dos acontecimentos políticos, quando chegou a ser impedida pela polícia de Lacerda a realização de uma assembléia no Sindicato, os bancários farão realizar no dia 14 importante reunião no Automóvel Clube, à rua do Passeio. Nessa oportunidade, os empregados em estabelecimentos de crédito deverão apreciar a seguinte tabela de aumento, aprovada em importante encontro da Comissão de Salário, representantes sindicais nos Bancos e a Diretoria do Sindicato: 50% sôbre todos os salários até Cr$ 10.000,00 e mais 20% sôbre o excedente para os salários acima dessa importância, além de Cr$ 200,00 por ano de serviço, com vigência a partir de 1º de setembro.

Ao apresentar essa tabela à consideração dos bancários, a Diretoria do Sindicato esclarece, em comunicado amplamente distribuido, que a Comissão de Salário teve em mira, propondo uma tabela decrescente, "atender os bancários na razão inversa dos seus salários, evitando distorsões como aquela a que ficavam expostos os companheiros que percebiam salários intermediários, nivelando-se aos mais novos e se distanciando daqueles que percebiam proventos mais elevados".

PALESTRAS SÔBRE PROBLEMAS NACIONAIS

Na próxima têrça-feira, às 18 horas, no 8º andar da A. B. I., serão reiniciadas as PALESTRAS SÔBRE PROBLEMAS NACIONAIS, do CEDPEN.

E' a seguinte a programação do mês de setembro:

Dia 19 — (Têrça-feira), às 18 horas: CUBA E NÓS — Lincoln Oest.

Dia 26 — (Têrça-feira) às 18 horas: O COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL E A CARTA DE PUNTA DEL ESTE: José de Campos Mello.

X

Chamamos a atenção para a palestra de JULIÃO, que será na sexta-feira, dia 15 às 18 horas e não na têrça-feira, como as demais.

Juraci Lançou Cães Policiais Sôbre o Povo em Praça Pública



Festa Nacional da Bulgária

Nos salões do Hotel Glória, decorados com as bandeiras do Brasil e da Bulgária, realizou-se no dia 8 último, a solenidade comemorativa da festa nacional da República Popular da Bulgária. Durante o ato ouviram-se músicas típicas búlgaras. Estiveram presentes numerosas personalidades, entre as quais os srs. Boudin Keremidarov, encarregado de Negócios, John Dobrev, secretário da Associação Cultural Brasil-Bulgária, o pianista Arnaldo Estrela, o escritor Aparício Torelly.

SALVADOR (do Correspondente) — Enquanto fazia alguns pronunciamentos em favor da legalidade e outros conciliando com o golpe, o governador da Bahia, sr. Juraci Magalhães, durante os dias em que o país estêve ameaçado de mergulhar na ditadura fascista que lhe queria impor o grupelho militar direitista, desenvolveu a mais brutal repressão às manifestações em defesa da Constituição levadas a efeito pelo povo baiano. Para abafar os movimentos populares o governador baiano levou seu barbarismo policial a requintes que nem o paranóico governador da Guanabara ousou praticar. Concentrações populares foram dissolvidas em Salvador a cassetetes, gás lacrimogêneo, rajadas de metralhadoras e até a dentadas de cães policiais amestrados. Sitiando estudantes dentro de suas escolas, como já o fizera há 30 anos, quando interventor, prendendo operários até mesmo nos locais de trabalho, espancando nas ruas pacatos cidadãos, a polícia baiana logrou ser a mais eficiente no cerceamento às manifestações do povo, de seu desejo de ver cumprida a Constituição. O episódio da prisão do médico Herval Pina Ribeiro dá bem uma medida da truculência juracisista. Foi, aquêle conhecido facultativo, arrancado de dentro do seu próprio consultório pelos beleguins da polícia quando, no exercício de suas atividades, atendia a clientes. O lançamento da malta de cães policiais contra o povo que protestava sua fidelidade à democracia causou profunda indignação e desmascarou de uma vez por tôdas o caráter de inimigo das liberdades democráticas do sr. Juraci Magalhães.

VIOLOU A CONSTITUIÇÃO

Não permitindo a livre realização de concentrações públicas de repúdia ao golpismo, acossando os estudantes no interior da tradicional Faculdade de Medicina e tentando impedir até que os jovens se dirigissem ao povo através do serviço de alto-falantes que instalaram na fachada do prédio, prendendo operários, estudantes, jornalistas e quem quer que fôsse que se pronunciasse legalista, fechando órgãos do Poder Legislativo (a Câmara Municipal de Feira de Santana teve reuniões impedidas pelo comando do batalhão local da polícia militar) Juraci violou dispositivos constitucionais e cometeu crimes pelos quais deverá responder na Justiça comum.

ASSEMBLÉIA REPUDIOU-O

Na Assembléia Legislativa, deputados de quase todos os partidos verberaram as atitudes arbitrárias e condenaram as manobras governistas de apresentar como subversivas as manifestações do povo, em defesa do regime democrático. Os parlamentares Hamilton Cohim (líder do PTB), Moitinho Dourado, Djalma Bessa, Heraldo Guerra, Bolivar Santana, Henrique Lima Santos, Antônio Brito e o padre Palmeira, protestaram contra o sufocamento pela fôrça das manifestações populares pela posse do sr. João Goulart e pela garantia de continuidade da democracia.

DCT COM O GOLPE

Mesmo depois da chegada do presidente João Goulart a Brasília o Departamento dos Correios e Telégrafos na Bahia continuou a negar-se a transmitir mensagens telegráficas de cunho legalista. Um telegrama dos jornalistas e gráficos baianos dirigido ao presidente da República, pedindo que não fôssem incluídos no Gabinete de Sua Excia. elementos que hesitaram em assumir uma posição clara, inequívoca em defesa da Constituição, não foi aceito pela direção do DCT em Salvador.

PARCEIRO DE LACERDA QUIS DAR GOLPE BAIXO NO PIAUÍ

TERESINA (do Correspondente) — Tão logo circulou neste Estado a notícia da renúncia do sr. Jânio Quadros, os operários e estudantes piauienses, antevendo o golpe que, à margem dessa atitude do ex-presidente, se tramava contra a legalidade, lançaram vibrante manifesto ao povo. Nesse documento, subscrito pelos dirigentes de todas as organizações estudantis do Estado e pelos presidentes dos sindicatos de comerciários, trabalhadores na construção civil, calçados, panificação, oficinas mecânicas, lustradores de calçados, carregadores e indústria do vestuário, os operários e estudantes condenam enèrgicamente a interferência do imperialismo americano em nosso país, através de seu agente Carlos Lacerda, para cujos grupos "Jânio aparecia como entrave incômodo e hostil, desde quando, livre dos compromissos com os poderosos", procurou realizar reformas indispensáveis à independência do Brasil, colocando um "freio na rapinagem internacional que degradava a nossa soberania e as nossas riquezas". O documento denuncia, particularmente, o sr. Carlos Lacerda, "que urdiu e conseguiu a demissão do presidente Quadros, como responsável direto pela intranquilidade ora reinante, jogando com o desvario da validade nacional pelo fracas administrativo de sua gestão na Guanabara".

Atendendo à convocação dos operários e estudantes, que conclamavam o povo a defender nas ruas a legalidade, cêrca de 2 mil pessoas participaram de grande comício, que teve lugar na Praça Pedro II, onde usaram da palavra oradores de todas as condições sociais e credos políticos, condenando enèrgicamente a trama golpista.

GOLPE ESTADUAL

Aproveitando a ausência do governador e vice-governador do Estado, o deputado udenista Milton Aguiar, 1º vice-presidente da Assembléia Legislativa, ensaiou um golpe perante os seus colegas, visando assumir o govêrno do Estado e promover, depois, o impedimento do governador. Discípulo fiel de Lacerda, não escondendo as suas acentuadas inclinações fascistas, o sr. Milton Aguiar procurou lançar a confusão no seio do povo, visitando os bairros da cidade, para proclamar que o govêrno do Estado estava acéfalo. Interpelado pelo deputado João Climaco D'Almeida da tribuna da Assembléia sôbre sua atividade golpista, o sr. Milton Aguiar, visivelmente perturbado, ensaiou pálida desculpa que não convenceu a ninguém. Em defesa da ordem e da legalidade, manifestaram-se, de pronto, os deputados do PSP, do PSD, do PTB e da própria UDN, como o sr. Nazareno Arnôso, caindo no vazio a pregação antidemocrática do sr. Milton Aguiar.

Maranhão:

ESTUDANTES E TRABALHADORES FORAM ÀS RUAS CONTRA O GOLPE

São Luís — (do Correspondente) — Empossado o sr. João Goulart na Presidência da República, com a derrota do grupo golpista que pretendia implantar no país uma ditadura militar, o povo maranhense reiubila-se por essa vitória, pela qual lutou bravamente desde o primeiro momento da recente crise.

Os maranhenses decepcionaram-se com a instituição do parlamentarismo, pela forma como se processou, sob virtual estado de sítio e consideram o fato como uma inadmissível concessão aos inimigos da democracia. Contudo, revigorados pelas magníficas experiências acumuladas durante os dias que sucederam à renúncia do sr. Jânio Quadros, estão firmemente dispostos a consolidar e aprofundar a vitória, embora parcial, alcançada pelas fôrças mais progressistas de nossa Pátria.

Depois que os estudantes universitários, por iniciativa dos acadêmicos de direito, deflagraram a greve geral pela posse do sr. João Goulart, erguendo com desassombro a bandeira da legalidade, multiplicaram-se as iniciativas das diferentes organizações populares, com o mesmo objetivo. A Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão empossou sua nova Diretoria no dia 26 de agôsto, sob o signo da legalidade e da reforma agrária. O padre Allpio de Barros, o deputado Vera Cruz Marques, acadêmicos, dirigentes sindicais e camponeses, o dr. William Moreira Lima e outros fizeram uso da palavra. A bandeira da legalidade foi também desfraldada na posse da nova Diretoria da União dos Ferroviários do Maranhão e na Assembléia Legislativa Estadual.

VOLUNTARIADO

Aberto o voluntariado pela legalidade, no sábado, poucas horas depois centenas de inscrições já se haviam realizado, enquanto dirigentes da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão seguiam para o interior do Estado, num amplo trabalho de esclarecimento e mobilização dos homens do campo. A União dos Ferroviários, por sua vez, tomou tôdas as medidas para a imediata deflagração de greve geral, caso não fôsse respeitada a vontade popular, com a posse do sr. João Goulart.

GOVÊRNO OMISSO

O govêrno do sr. Newton Belo, apavorado, encolheu-se inicialmente. Depois que os estudantes ganharam as ruas e quando os golpistas pareciam dominar a situação, o governador tentou, lançando mão de sua polícia, impedir as manifestações pela legalidade. Recuou, entretanto, dêsse propósito deixando tal tarefa a cargo do 24º Batalhão de Caçadores. Contudo, ante a firmeza com que estudantes, operários, camponeses e o povo em geral se colocaram em defesa da democracia ameaçada, o comando militar decidiu retirar das ruas os soldados daquela unidade.

MILHARES DE VOLANTES

Cêrca de oitenta e cinco mil volantes foram impressos e distribuídos em todo o Estado durante os dias da crise destacando-se os que reproduziam as proclamações do marechal Lott, de Luís Carlos Prestes, a carta do general Machado Lopes ao marechal golpista Odílo Denys, os manifestos da ATAM, dos universitários, ferroviários, secundaristas, movimento nacionalista, sem contar a ampla divulgação dêsses históricos documentos através da imprensa local.

Êsse o sentimento e a disposição de luta do povo maranhense que não ensarilhou armas com a simples posse de João Goulart na Presidência da República, mas que está firmemente disposto a prosseguir em sua luta pela mais ampla democratização de nossa pátria e pela definitiva derrota dos inimigos do povo.

Pará: Fábricas, Escolas e Bairros Centros da Resistência Democrática

BELÉM, setembro (do Correspondente) — Dias de vibração patriótica e de resistência democrática ergueu o povo do Estado, que foi entregue por uma comissão ao chefe do executivo estadual. O comitê da Cremação realizou também diversas manifestações públicas em defesa da posse do presidente João Goulart e divulgou diversos apelos e manifestos ao povo conclamando-o a participar ativamente da resistência contra o golpe.

O exemplo dos moradores da Cremação espalhou-se rápidamente pela capital paraense, onde numerosos outros comitês de resistência democrática surgiram. No bairro do Jurunas os moradores também se organizaram em comitê e, além de atos e reuniões legalistas, enviaram ao presidente da República memorial com centenas de assinaturas manifestando sua disposição de lutar em defesa da Constituição e pela posse do presidente João Goulart. Em Marambaia, outro populoso bairro da capital paraense, os moradores enviaram um abaixo-assinado de milhares de pessoas exigindo a imediata reabertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado, que se encontravam paralisados desde o início da crise. Além, foram em grande número os pronunciamentos de entidades, associações e sindicatos do Pará exigindo dos deputados que fôssem para o seu pôsto de luta, o legislativo estadual, defender a legalidade contra o golpe.

GREVES PELA LEGALIDADE

Greves diversas de trabalhadores registraram-se em todo o Estado durante os dias da crise, tôdas elas em apoio à posse de João Goulart. Os estudantes, como os demais Estados do Brasil, decretaram a greve geral que foi seguida à risca pelos universitários e pela imensa maioria dos secundaristas.

A União Acadêmica Paraense, órgão que congrega os universitários do Estado, declarou-se em sessão permanente a partir do momento em que foi conhecida a renúncia do presidente Jânio Quadros e convocou um Constituinte uma diretoria e iniciaram sua atividade em defesa da legalidade dirigindo um memorial ao governador do Estado, que foi entregue por uma comissão ao chefe do executivo estadual. O comitê da Cremação realizou também diversas manifestações públicas em defesa da posse do presidente João Goulart e divulgou diversos apelos e manifestos ao povo conclamando-o a participar ativamente da resistência contra o golpe.

O exemplo dos moradores da Cremação espalhou-se rápidamente pela capital paraense, onde numerosos outros comitês de resistência democrática surgiram. No bairro do Jurunas os moradores também se organizaram em comitê e, além de atos e reuniões legalistas, enviaram ao presidente da República memorial com centenas de assinaturas manifestando sua disposição de lutar em defesa da Constituição e pela posse do presidente João Goulart. Em Marambaia, outro populoso bairro da capital paraense, os moradores enviaram um abaixo-assinado de milhares de pessoas exigindo a imediata reabertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado, que se encontravam paralisados desde o início da crise. Além, foram em grande número os pronunciamentos de entidades, associações e sindicatos do Pará exigindo dos deputados que fôssem para o seu pôsto de luta, o legislativo estadual, defender a legalidade contra o golpe.

GREVES PELA LEGALIDADE

Greves diversas de trabalhadores registraram-se em todo o Estado durante os dias da crise, tôdas elas em apoio à posse de João Goulart. Os estudantes, como os demais Estados do Brasil, decretaram a greve geral que foi seguida à risca pelos universitários e pela imensa maioria dos secundaristas.

A União Acadêmica Paraense, órgão que congrega os universitários do Estado, declarou-se em sessão permanente a partir do momento em que foi conhecida a renúncia do presidente Jânio Quadros e convocou um Congresso Estadual extraordinário da entidade para decidir a greve geral. Através de manifesto ao povo, os universitários paraenses anunciaram sua disposição de lutar em defesa da Constituição ameaçada pelos golpistas e resolveram, além de deflagrar a greve geral, o seguinte: a) — repudiar a prisão do marechal Lott; b) — tomar intransigente posição de luta em defesa dos princípios democráticos e constitucionais que devem nortear a atitude de todos os brasileiros; c) solidarizar-se com a posição de luta adotada pela UNE; e d) — conclamar os estudantes, os operários e o povo em geral a manterem-se vigilantes em defesa dos princípios democráticos e constitucionais para que o espectro da ditadura não venha oprimir a consciência do povo livre".

Os secundaristas, através de sua entidade, a UECSPP, tomaram resolução idêntica à dos universitários e conclamaram todos os estudantes e o povo em geral a realizar manifestações conjuntas de protesto nas ruas de Belém. As duas entidades, durante todo o tempo de crise, ornamentaram as fachadas de suas sedes com cartazes e faixas alusivas à defesa da legalidade, de denúncias dos golpistas e exigindo a posse do presidente João Goulart.

VOLUNTARIADO

"Está aberto no Pará o voluntariado da Legalidade" — assinado por intelectuais, parlamentares, líderes estudantis e sindicais, foi divulgado, durante o auge da crise político-militar que abalou o país, um vigoroso manifesto conclamando o povo paraense a se alistar no corpo de voluntários da legalidade. O movimento logo empolgou a população de Belém e grande número de pessoas atendeu ao apêlo legalista dos signatários do documento. A solidariedade à luta de todos os brasileiros contra o golpe militar-fascista manifestou-se assim através da abertura do voluntariado, solidariedade essa particularmente ao heróico povo gaúcho que se colocara à frente da luta contra a clique de militares e civis reacionários que procurava mergulhar o país numa ditadura terrorista.

NA FRENTE POLÍTICA

A batalha legalista também foi travada com intensidade na frente política. Diretórios dos partidos políticos, deputados estaduais, entre os quais destacou-se sobremaneira a participação do vereador Benedito Monteiro e do socialista Cléo Bernardo), vereadores de Belém e de outras cidades pronunciaram-se desde os primeiros momentos da crise em favor da posse do presidente João Goulart e contra a clique golpista que tentava impedir a sua posse. Manifestação firme, que logo recebeu o apoio maciço da população, foi também a do governador Aurélio do Carmo, pronunciando-se favoràvelmente à manutenção das liberdades, pelo respeito à Constituição e por uma solução da crise que atendesse ao clamor da Nação pela posse do sr. João Goulart.

NO CAMPO MILITAR

Papel destacado desempenharam o comandante da base aérea, brigadeiro Cabral, coronel Fausto Gerp, a maioria da oficialidade e a totalidade dos sargentos e praças daquele estabelecimento militar, durante a crise. Conhecedor da decisão dos ministros militares de impedir a posse do presidente constitucional, o coronel Gerp reuniu a oficialidade e deu a conhecimento logo em seguida a prisão daqueles que discordavam.

O comando da Primeira Zona Aérea, entretanto, com o apoio de outras corporações da Marinha e do Exército, ordenou o cêrco da base aérea e a prisão do coronel Gerp. Este, para evitar derramamento de sangue, entregou-se. Sua atuação, entretanto, alcançou a mais viva repercussão no Estado, principalmente na capital, onde diversas manifestações de solidariedade à oficialidade e aos praças legalistas da importante base aérea foram realizadas.

ASSINATURAS DE REVISTAS CHINESAS PARA 1962

Estêve em visita à redação de NOVOS RUMOS o sr. Jurandir Guimarães, diretor da Agência Intercâmbio Cultural, de São Paulo, representante de revistas editadas na República Popular Chinesa em vários idiomas. Em palestra com o repórter, informou o sr. Jurandir Guimarães que a Agência por êle dirigida acaba de lançar a campanha de assinatura das revistas chinesas para 1962.

Inicialmente, assinalando o crescente interêsse despertado por essas publicações em nosso país, disse o sr. Jurandir Guimarães:

— É perfeitamente compreensível que o interêsse de todo o nosso povo por conhecer as coisas referentes à China aumente cada dia. É que a importância da República Popular dentre os grandes nações do mundo é cada vez maior. Nem podia ser de outra forma, dado que a China é um grande país, com mais de 650 milhões de habitantes contando com uma cultura milenar, em que se destacaram eminentes sábios, políticos, artistas, chefes militares, etc. O seu desenvolvimento atual, em todos os terrenos, assombra o mundo. Por essa razão, torna-se sempre maior o empenho em conhecer a realidade chinesa: sua indústria, agricultura e comércio, sua vida social, artística e literária, sua política interna e externa, as finanças, a educação, o cinema e a arte, os esportes, etc. Do outro lado, todos desejam conhecer as tradições chinesas, seus recantos pitorescos, seus monumentos e palácios antigos, suas lendas, suas belas cidades e regiões. E para facilitar êsse conhecimento nada melhor que as notáveis revistas chinesas.

«CHINA ILUSTRADA»

— À mais procurada das revistas chinesas — diz o sr. Jurandir Guimarães — é, sem dúvida, «China Ilustrada», pela riqueza de seu conteúdo e pela sua beleza gráfica. É uma revista mensal, que aparece em 17 idiomas, inclusive espanhol, inglês, francês, alemão, japonês e árabe.

As assinaturas dessa revista para 1962, assim como de tôdas as demais, podem ser feitas desde já, nas seguintes condições:

a) As pessoas que fizerem as assinaturas no período de 15 de setembro a 30 de outubro receberão gratuitamente os números correspondentes a novembro e dezembro próximos, além naturalmente dos exemplares correspondentes a 1962. O preço dêsse tipo de assinatura é 500 cruzeiros;

b) As pessoas que fizerem as assinaturas durante o mês de novembro receberão gratuitamente o número de dezembro, os 12 números correspondentes a 1962 e terão um desconto de 16%. O preço será de 450 cruzeiros.

c) As pessoas que fizerem as assinaturas durante o mês de dezembro (ou desde agora, se assim o preferirem — 12 números de 1962) terão o desconto de 20%, isto é, a assinatura anual custará 400 cruzeiros. Os que fizerem a assinatura por 2 ou mais anos terão o desconto de 30%, isto é, custará 700 cruzeiros por 2 anos ou 1 050 cruzeiros por 3 anos. Essas ofertas são válidas para as renovações de assinaturas.

d) Todos os que fizerem assinaturas da revista «China Ilustrada» de setembro a 31 de dezembro, receberão uma coleção de maravilhosas pinturas chinesas.

«PEKING REWIEV»

O sr. Jurandir Guimarães chama a atenção para o semanário «Peking Rewiev», esclarecendo o seguinte:

— Este é um semanário editado em inglês, contendo notícias do ponto de vista da República Popular Chinesa sôbre problemas da atualidade, do país e do mundo. Além disso, além disso, artigos e documentos teóricos e oficiais, assim como comentários, caricaturas, ilustrações, mapas, etc. O preço da assinatura anual é 750 cruzeiros. Aos subscritores de «Peking Rewiev» será oferecido como brinde um exemplar do livro de contos «Não Temer os Fantasmas», agora editado em inglês.

OUTRAS REVISTAS

Continuou o sr Jurandir Guimarães:

— Além de «China Ilustrada e «Peking Rewiev», ofereceremos aos leitores brasileiros as seguintes revistas: «Chinese Literatures, em inglês, mensal, custando a assinatura anual 450 cruzeiros; «La Chine Populaires, em francês e japonês, mensal, assinatura anual de 300 cruzeiros; «El Popola Cinos, em espanhol, bimensal, 240 cruzeiros a assinatura; «Women of China», em inglês, bimensal, assinatura anual 150 cruzeiros; «China Reconstruyes, em espanhol e inglês, mensal, 300 cruzeiros a assinatura anual; «Evergreen», em inglês, bimensal, 150 cruzeiros a assinatura anual; «Chinas Sports», em inglês, bimensal, 150 cruzeiros a assinatura anual.

Os assinantes de tôdas essas revistas contarão com um desconto de 20% nas assinaturas anuais que fizerem de 30% para 2 anos ou mais, além de valioso brinde.

PEDIDOS

Por fim, esclareceu o sr. Jurandir Guimarães:

— Não existe nenhuma dificuldade para os leitores subscreverem essas revistas. E bastante dirigir pedidos para Jurandir Guimarães, Agência Intercâmbio Cultural rua dos Estudantes nº 81, sala 28 São Paulo. Os pedidos devem ser acompanhados por cheque ou vale postal.

Lavradores Fluminenses Vão Reunir-se

NA DATA MARCADA A II CONFERÊNCIA

Apesar dos últimos acontecimentos políticos, que prejudicaram em parte os atos preparatórios da II Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Fluminenses, êsse importante conclave deverá realizar-se na data programada, ou seja nos dias 15, 16 e 17 de setembro, no Ginásio Cáio Martins, em Niterói.

Conforme tem sido amplamente divulgado, a II Conferência debaterá o seguinte temário: a) situação dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Estado do Rio de Janeiro e a luta por suas reivindicações e direitos; b) aplicação do Plano de Colonização e aproveitamento das terras devolutas e próprias do Estado, Portaria número 8 de 1960, liberação e proteção das terras disponíveis e ocupadas, cadastro, critério e sistema, processos de distribuição e administração das terras, assistência social e de crédito e cooperativismo; c) legislação agrária brasileira e estrutura rural brasileira; d) unidade e organização dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, as atuais organizações, as associações civis e a organização sindical rural.

ELEIÇÃO DE DELEGADOS

A fim de eleger seus delegados à Conferência Estadual e debater os pontos do temário, reuniram-se cêrca de 500 camponeses em Duque de Caxias, 300 em Cachoeira de Macacu, 250 em Casemiro de Abreu, 50 em Valença e 200 em Vassouras, além de outros. Quando estiver circulando a presente edição, outros encontros de camponeses já se terão realizado com o mesmo objetivo nos municípios de Nova Iguaçu, Campos, Cabo Frio, Maricá, Macaé, Itaboraí, Itaguaí.

Os lavradores e trabalhadores agrícolas fluminenses estão contando, para a realização de sua IV Conferência, com o decidido apoio dos operários e estudantes, tendo sido programadas medidas práticas de ajuda pelo movimento sindical, através do Comando Unificado Sindical e Estudantil, que lideram heròicamente a luta em defesa da legalidade no Estado do Rio. A II Conferência deverá eleger expressiva delegação ao Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, a realizar-se nos dias 1, 2 e 3 de outubro, em Belo Horizonte.

BATALHA SALARIAL EMPOLGA TRABALHADORES DE SÃO PAULO: SINDICATOS EM AÇÃO COMUM

Centenas de milhares de trabalhadores, representados por dezenas de órgãos sindicais do Estado de São Paulo, deram início, domingo último, a uma campanha reivindicatória de grande envergadura, constante dos seguintes itens:

1) aumento geral de salários; 2) elevação do salário mínimo; 3) abono de Natal de acôrdo com projeto existente na Câmara Federal; 4) direito a um mês de férias.

O salão do Sindicato dos Metalúrgicos, onde se realizou a reunião, ficou superlotado, com a presença de dezenas de dirigentes sindicais e de grande número de operários. Em meio ao intenso debate em tôrno das citadas reivindicações, destacou-se a unanimidade com que os oradores, intensamente aplaudidos, marcaram a posição dos trabalhadores em face da recente crise político-militar, denunciando o clima de terror implantado em São Paulo contra o povo, particularmente contra os líderes operários, pelo govêrno do sr. Carvalho Pinto.

A presença do ministro do Trabalho, deputado Franco Montoro, provocou vivo interêsse, tendo êste assumido, perante o movimento sindical, o solene compromisso de manter e ampliar as liberdades sindicais e de encarar sempre de modo favorável as reivindicações dos trabalhadores.

Falando em nome dos sindicatos, o sr. Francisco Floriano Dezen situou a posição dos trabalhadores com relação ao Ministro, de confiança e de apoio a tôdas as medidas que satisfaçam as necessidades dos operários, em suas lutas pela independência econômica do país, pelo fortalecimento do regime democrático e pela melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

Os dirigentes sindicais decidiram que o desenvolvimento da campanha se fará efetuado através de assembléias por setor, a fim de que cada categoria profissional trace seu plano de luta e entre na luta contra os reajustes específicos. No próximo dia 8 de outubro será efetuada nova reunião intersindical, para apreciação do trabalho até então desenvolvido. Êste será coordenado por uma comissão de dirigentes sindicais, eleita na ocasião.

RESISTÊNCIA

Cremação, populoso bairro da capital paraense, deu o exemplo. Seus moradores, após uma reunião da qual participaram centenas de pessoas, organizaram o primeiro Comitê de Resistência Democrática na cidade.

PERNAMBUCANOS SOUBERAM LUTAR CONTRA O GOLPE

RECIFE (do Correspondente) — Algumas horas depois de o Parlamento aceitar a renúncia do sr. Jânio Quadros, iniciaram-se na capital pernambucana as manifestações de protesto contra o golpe. Os estudantes realizaram comícios nas escadarias da Faculdade de Direito e na praça da Independência e, em seguida, rumaram em passeata até à Assembléia Legislativa. A União dos Estudantes declarou greve geral. Os alunos das escolas superiores só retornaram às aulas depois de o sr. João Goulart tomar posse.

O Conselho Sindical dos Trabalhadores, numa reunião com a participação da maioria dos sindicatos, resolveu permanecer em assembléia permanente, publicou uma nota de protesto contra o golpe, conjuntamente com a União dos Estudantes, e deliberou que os sindicatos convocassem assembléias a fim de tomarem posição contra os golpistas, defender a Constituição e a posse do sr. João Goulart e promover uma campanha de esclarecimento da opinião pública. No Sindicato dos Bancários foi instalado o "Quartel General" dos trabalhadores na luta pela legalidade democrática. Líderes de vários partidos promoveram encontros com estudantes, dirigentes operários, deputados, prefeitos, vereadores e intelectuais, acertando medidas de resistência aos golpistas e de defesa da Constituição. Inúmeras personalidades e organizações profissionais pronunciaram-se em defesa da legalidade democrática: o vice-governador do Estado, sr. Pelópidas da Silveira, os prefeitos do Recife, Caruaru, Olinda, Palmares e muitos outros se pronunciaram pela posse do sr. João Goulart e em defesa da Constituição. A Associação de Imprensa, o Sindicato dos Jornalistas, o Clube de Imprensa, a União dos Escritores, seção de Pernambuco e a Ordem dos Advogados local desmascararam o golpe e defenderam vigorosamente as liberdades democráticas asseguradas na Constituição, violadas, pisoteadas e suspensas em Pernambuco pelo grupo golpista, tendo à frente o governador Cid Sampaio.

CID TRAIU O POVO

Com a violenta e arbitrária censura imposta pelos fascistas aos jornais, estações de rádio e televisão e demais meios de comunicação, Pernambuco por vários dias ficou pràticamente isolado do país. Os jornais não publicavam nem um simples edital de convocação de assembléia sindical. Os jornais e emissôras de rádio se esforçavam a fim de convencer a opinião pública de que nada havia de grave no país, de que a renúncia de Jânio tinha sido um episódio rotineiro e que o país estava em completa calma.

Nessas condições, os patriotas pernambucanos buscaram outras formas de propaganda, a fim de esclarecer o povo quanto aos verdadeiros rumos que tomavam os acontecimentos.

Centenas de milhares de volantes e manifestos foram distribuídos durante os dias da crise. As ruas da capital ficaram cobertas de inscrições murais como: "Constituição ou Revolução", "Posse a Jango", "Paredão para Lacerda", "Abaixo os Golpistas e a Ditadura", "Cid Traiu o Povo". Os estudantes realizaram considerável número de comícios-relâmpago nas filas de ônibus e demais concentrações.

A Assembléia Legislativa reuniu-se em sessão permanente e se tornou um ponto de concentração dos patriotas, que das galerias exigiam dos deputados pronunciamentos e atitudes em defesa da Constituição. Realizou-se uma concentração nas escadarias da Assembléia Legislativa, falando estudantes, operários, o prefeito e o vice-prefeito da Capital.

Momentos antes da realização da concentração os policiais do governador Cid Sampaio prenderam um estivador no recinto do Palácio Joaquim Nabuco, em flagrante desrespeito ao Poder Legislativo. Houve protesto da massa que, indignada, apedrejou os 'tiras', que de arma em punho, assaltaram o trabalhador e o levaram prêso.

Os estudantes realizaram nova concentração no pátio da Faculdade de Direito. Apesar da Polícia Militar, embalada de fuzil e metralhadora, ter cercado a Faculdade e as vias de acesso a mesma, o comício foi realizado com êxito. Os oradores denunciaram o sr. Cid Sampaio como um dos golpistas e violador das liberdades democráticas, como que se demonstrava no fato de a polícia ocupar o jardim da Faculdade com o objetivo de impedir a realização de uma passeata programada de acôrdo com a Constituição.

NOS MUNICÍPIO

Em muitos outros municípios realizaram-se manifestações de protesto contra o golpe, em defesa da Constituição e pela posse de Jango. Em Olinda, no dia 2, o prefeito Barreto Guimarães proferiu um enérgico discurso em defesa da Constituição e da posse de Jango, em Caruaru, Palmares, Pesqueira, Goiana e outros locais realizaram-se protestos contra os golpistas.

Comissões de prefeitos, industriais e parlamentares foram ao comando do IV Exército, expressando a decisão do povo de ver respeitada a Constituição com a posse de Jango na Presidência da República e fazendo ver ao comando que o IV Exército devia colocar-se contra o golpe.

GREVE NO PÔRTO

Mas o ponto alto da luta pela Constituição foi a greve política deflagrada na zona portuária, no dia 3, às 8 horas da manhã, só voltando os portuários ao trabalho pela manhã do dia 8, depois de o sr. João Goulart haver tomado posse e os dirigentes sindicais serem libertados.

Os portuários, em assembléia conjunta com os estivadores, resolveram decretar a greve até que o sr. Goulart tomasse posse e os operários e jornalistas fôssem libertados. Com êsses objetivos forjou-se a unidade das duas categorias da orla marítima — estivadores e portuários — que em seguida conseguiram a adesão dos marítimos. A greve afetou os funcionários das Docas, conferentes e arrumadores, num total aproximadamente de sete mil pessoas. Vinte e cinco navios ficaram paralisados.

No decorrer da greve o capitão dos Portos e o governador Cid Sampaio e seus secretários discutiram com os diretores dos Sindicatos dos Portuários e Estivadores, em busca de uma solução que findasse a greve. Mas os trabalhadores não aceitaram nenhuma proposta conciliatória, mantendo a decisão de só voltarem ao trabalho quando o sr. João Goulart tomasse posse e os presos fôssem libertados.

Apesar de pressionado pelo govêrno e oficiais da Marinha de Guerra, o sr. Cícero Targino Dantas não cedeu um só milímetro e afirmou, firmemente: Podem me fuzilar, mas eu não trairei aquêles que me elegeram para dirigir os destinos da nossa classe. Só ordeno a volta ao trabalho depois que Jango assumir a Presidência da República e os presos forem libertados. Essa firmeza do sr. Cícero Targino Dantas, seguida pelo presidente do Sindicato dos Estivadores, sr. José Osvaldo Gomes, na defesa da Constituição e contra os golpistas, foi saudada com entusiasmo e alegria por todos os patriotas.

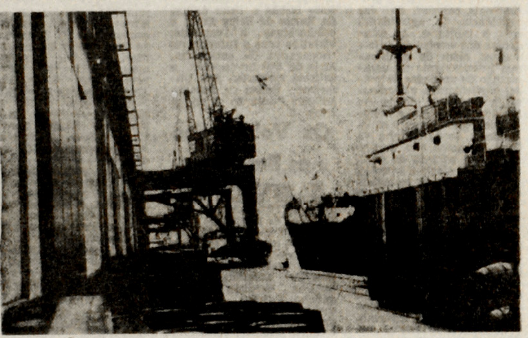


O sr. Cícero Targino Dantas, presidente do Sindicato dos Portuários, falando à reportagem

COMICIO, DIA 18

Pressionados pelas firmas exportadoras de abacaxi, sentindo a firmeza e a unidade inquebrantável dos trabalhadores da Orla Marítima, os comandos militares não tiveram outra saída: mandaram buscar apressadamente os presos na Ilha de Fernando de Noronha que, às 18 horas do dia 7, foram postos em liberdade na sede do Terceiro Distrito Naval, saindo ao lado dos presidentes dos sindicatos dos portuários, estivadores, bancários e outros. Depois da grande assembléia realizada no Sindicato dos Portuários, em que falaram diversos oradores, a greve foi encerrada. Os trabalhadores da Orla Marítima retornaram ao trabalho, com grande entusiasmo e satisfeitos por terem dado uma grande contribuição na luta em defesa da legalidade democrática.

Os trabalhadores, os estudantes e as demais fôrças patrióticas e populares de Pernambuco estão vigilantes e no firme propósito de não permitir que haja nenhum retrocesso nas vitórias conquistadas. No próximo dia 18 de setembro promoverão um grande ato público comemorando a vitória e exigindo a punição dos golpistas.



Pôrto parou até a posse de Jango

COMUNICADO

A AGENCIA INTERCAMBIO CULTURAL — JURANDIR GUIMARAES, rua dos Estudantes, 84 sala 28 — São Paulo, tem a satisfação de comunicar a todos os seus amigos e clientes que continua recebendo novidades em livros soviéticos, em espanhol, inglês e francês, sôbre política, economia, filosofia, medicina, direito, e ciência e técnica, atualidades, linguística, etc., diretamente de Moscou. A todos os que solicitarem, forneceremos relação de todos os livros que temos em estoque.

Como sempre, atenderemos com presteza os pedidos que nos forem dirigidos pelo nosso serviço de REEMBÔLSO POSTAL. As taxas postais sôbre livros foram congeladas. Por essa razão, a aquisição de livros por êste sistema continua muito favorável para todos os leitores. Todos os pedidos de valor superior a Cr$ 500,00, de taxas postais, pelo Reembôlso Postal simples, serão atendidos sem a cobrança

Aos nossos clientes do Nordeste e Norte do país, que solicitam livros pelo Reembôlso Postal AÉREO, informamos que as taxas postais dêste serviço foram aumentadas exageradamente. Por essa razão, faremos remessas pelo REEMBÔLSO POSTAL SIMPLES, a não ser para os que expressamente nos autorizem a remessa AÉREA.

Comunicamos também que continuamos a aceitar pedidos de assinaturas das revistas soviéticas. Estas revistas são enviadas diretamente de Moscou, por via aérea, aos assinantes no Brasil. É um serviço que já conta com centenas de assinantes, na sua imensa maioria inteiramente satisfeitos com a exportadora soviética «Mezhdunarodnaia Kniga», que representamos.

Aproveitamo-nos do ensejo para agradecer a preferência de todos os nossos amigos e clientes e colocamo-nos à sua inteira disposição.

AGENCIA INTERCÂMBIO CULTURAL
Jurandir Guimarães

CID SAMPAIO: GOVÊRNO DO GOLPE E DO SUBÔRNO

Amaro Valentim

Com justa razão, os pernambucanos estão decepcionados com a conduta do sr. Cid Sampaio à frente do govêrno do Estado.

Durante a greve dos estudantes, em junho p. p., o Govêrno federal de então interveio indèbitamente nos assuntos internos do Estado. O sr. Cid Sampaio não defendeu a autonomia de Pernambuco. Pelo contrário, procurou justificar por todos os meios aquela arbitrariedade.

Agora, ao se iniciarem as articulações golpistas, mais abertamente com a propalada renúncia do sr. Carlos Lacerda, o sr. Cid Sampaio implorou a Lacerda que não renunciasse, isto é, tomou uma atitude que visava fortalecer um dos cabeças do golpe.

Com a renúncia de Jânio, Cid Sampaio passou a colaborar com os golpistas, razão porque a sua polícia, em viaturas do Estado, cometeu uma série de violências, sem que o governador tomasse qualquer medida que viesse coibir tais arbitrariedades. A polícia assaltou por duas vêzes o Sindicato dos Bancários, prendeu vários dirigentes sindicais que ali se encontravam e invadiu a sede da União dos Estudantes de Pernambuco prendendo vários jovens. Assaltou a residência do jornalista David Capistrano e espancou sua filha, uma criança de 11 anos de idade.

Na Mustardinha várias pessoas foram prêsas, o sr. Raul Feitosa, funcionário público, foi espancado no comissariado local. O sr. Osório Gomes, estivador, prêso dentro da Assembléia Legislativa, foi espancado, quebraram-lhe os dentes, quase vazavam-lhe os olhos, pelo simples fato de defender a Constituição.

A polícia portuária, em virtude de uma simples discussão, assassinou em via pública um operário do Sindicato dos Arrumadores. Agricultores foram perseguidos, suas organizações varejadas pela polícia e seus dirigentes presos. Foi no govêrno do sr. Cid Sampaio que um camponês foi ferrado como se estivéssemos ainda no tempo da escravidão. Dezenas de casebres em Santo Amaro foram destruídos pela Rádio Patrulha do sr. Cid, o «defensor» dos pobres e humildes.

O secretário da Segurança do govêrno estadual foi pessoalmente censurar nas oficinas o jornal «A Hora» durante a crise. Pessoas que saíam das oficinas gráficas onde é impresso êsse jornal eram revistadas. Através de nota oficial, o govêrno proibiu manifestações públicas e ameaçou com repressão policial.

O delegado de polícia de Garanhuns, com o destacamento local, perturbou a realização de um comício em homenagem à posse do sr. João Goulart na Presidência da República. Apesar de todos êsses desmandos, praticados pela polícia do Estado, o governador tenta fugir à sua responsabilidade.

Nós, pernambucanos, esperávamos que o governador cumprisse as promessas que fêz na sua plataforma de candidato a governador do Estado. Entre outras coisas, prometia êle respeitar as liberdades democráticas para o povo. Ao tomar posse, jurou cumprir e defender a Constituição.

O que observamos, entretanto, é o silêncio e a conivência do sr. Cid Sampaio em tôdas essas violências que a polícia pratica contra o povo. Que autoridade moral pode ter um governador que se acomoda frente à intervenção federal no Estado? O mesmo govêrno que prometeu combater o custo de vida passa a defender o aumento do preço do açúcar e eleva os impostos, criando várias taxas e adicionais que são pagos pelo povo já esfomeado. Quando candidato o sr. Cid combatia o subôrno, o empreguismo, mas o seu govêrno é uma sucessão de escândalos, o paraíso da corrução.

Que fêz o governador Cid Sampaio para moralizar a administração pública nestes anos de sua gestão?

Cada dia que passa, o povo pernambucano vai se convencendo que políticos conservadores e reacionários não são capazes de governar os destinos do Estado, de acôrdo com os interêsses e os desejos das grandes massas populares. No momento oportuno de escolher os seus governantes o povo saberá dar a devida resposta a homens que traem os seus compromissos como o sr. Cid Sampaio.

A BANDEIRA DA CHANTAGEM

General Junot

O venenoso vespertino «A BOLA» (que assim se chama, embora use a máscara de um sinônimo, porque **come bola, solta bola, dá bola** e é **uma bola!**) está querendo **ganhar a paz, depois de haver perdido a guerra.**

Para isso, êsse jornal que sempre defendeu interêsses que não são os do Brasil, vem publicando ardilosos editoriais, pela manutenção do regime parlamentarista no nosso país.

No de hoje (9-set.), sob o título «A Bandeira da Paz» diz, entre outras coisas, que «falar em plebiscito neste momento é falta de patriotismo», e mais: «Foi (a emenda parlamentarista) uma solução de acôrdo em que todos cederam bastante para que **não se alterasse a ordem legal para** que fôsse afastada a terrível ameaça da guerra civil **e pudesse ser empossado** na Suprema Magistratura, **aquêle que a ela tinha direito** (os grifos são nossos).

E' interessante que um jornal como «A Bola» fale em patriotismo, pois sempre pugnou por interêsses de fora... (só se se trata de um patriotismo às avessas!).

Quanto à posse do presidente João Goulart devemos dizer que ela se daria de qualquer maneira, isto é, com ou sem parlamentarismo. E, vamos provar a nossa afirmativa, mostrando que, ao lado da lei, isto é, da Constituição, estavam:

a) o povo brasileiro em sua quase totalidade, principalmente as massas trabalhadoras;
b) a maioria absoluta do Congresso;
c) a maioria dos juristas;
d) a maioria das Fôrças Armadas, em especial o Exército. Senão vejamos: o Exército Brasileiro é constituído de 7 Divisões de Infantaria, 4 Divisões de Cavalaria, 1 Divisão Blindada, além de outras tropas não divisionárias.

Em defesa da Constituição se manifestaram, imediatamente:

1º) o III EXÉRCITO (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) formado por 3 Divisões de Infantaria (as 3a., 5a., e 6a. D. I.), 3 Divisões de Cavalaria (as 1a., 2a. e 3a. D. C.), várias unidades não divisionárias e tôda a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, além da Polícia Militar de Santa Catarina;

2º) todo o povo gaúcho, em pé de guerra (o Rio Grande possui, no III Exército, armamento e munição para mais de trezentos mil homens);

3º) a 9a. Região Militar (1 D. C., reduzida, e 1 Brigada Mista);

4º) inúmeras unidades dos I, II e IV Exército, tanto assim que várias delas se recusaram a seguir para o sul (nós mesmo estivemos, inicialmente, prêso em um B.C.C., cuja oficialidade, exceção do Cmt., era tôda legalista). A maioria absoluta dos generais, em comissão no E. da Guanabara, dos oficiais em geral e a totalidade dos sargentos.

Dessa forma, 80% (oitenta por cento) das fôrças de terra estavam obedientes à lei.

Com que contavam, pois, os golpistas? A nosso ver, apenas com o general Cordeiro — o verdadeiro chefe da baderna — os 3 ministros militares e a garganta (os golpistas estavam fazendo o papel do sapo-boi!).

A vitória, portanto, teria de ser — como de fato o foi — da lei e da ordem!

Estamos com tudo. Ganhamos a guerra **e não devemos perder a paz**, acreditando em chantagens de «A Bola», «Tribuna da Imprensa», etc. etc.

Perguntas — Por que será que «A Bola» (ou será globo?), durante a crise político-militar, noticiou incêndios de igrejas e conventos no sul, com estupros de freiras etc.? Qual teria sido sua fonte de informação? A que credo político dizem, os defensores da democracia cristã-ocidental, pertencer os que usam tais processos?

Responda-nos «A Bola».

Povo Paulista Protestou Nas Ruas Contra o Golpe

São Paulo viveu intensamente as grandes jornadas do povo brasileiro, que se ergueu, com impressionante unidade, contra as manobras golpistas. Desde os primeiros momentos da crise, um clima de terror, jamais presenciado no Estado, foi implantado pelo governador Carvalho Pinto, que se enclausurou no Palácio dos Campos Elísios, isolando-se do povo e negando-se a adotar posição definida contra o golpe em marcha, ao mesmo tempo em que "em defesa da ordem" instaurou o Estado policial. Depois — de maneira dúbia — quando sentiu que não havia futuro para os que procuravam liquidar a Constituição e implantar a ditadura, declarou-se "a favor da legalidade". Mas a ditadura já existia de fato, desde a renúncia de Jânio Quadros.

A censura ilegal ao rádio e à TV, o clima de insegurança vivido pela imprensa, as prisões em massa de dirigentes sindicais, estudantis e camponeses, a invasão de sindicatos e outras entidades, não intimidaram, entretanto, a população da capital e do interior, que manifestou, através de centenas de organizações, das mais variadas formas — desde as greves e as passeatas, até aos manifestos de repúdio aos golpistas e pela posse do presidente João Goulart, sua firme determinação de defender a Constituição.

Ao mesmo tempo, expressando de maneira comovente o sentimento popular, soldados e oficiais do II Exército, contrariando a posição golpista assumida pelo alto comando, demonstraram a êste que não estavam dispostos a lutar contra seus irmãos, fardados ou não, por uma causa inglória. Barueri, São Vicente, Itu, foram exemplos dêsse tipo. Setores importantes da Fôrça Pública, principalmente os oficiais reformados, ombreados com o povo, denunciaram a conspiração. Oficiais do CPOR ficaram detidos por se negarem a pactuar com o golpe. Não foram, portanto, apenas operários, estudantes e camponeses que encheram as prisões do Estado. As cadeias dos quartéis também se transformaram em símbolo da resistência que se espraiou do Rio Grande do Sul a tôdas as partes do país.

BAIXADA SANTISTA

Nos municípios da Baixada Santista também se realizaram várias manifestações contra o golpe.

Assim que se confirmaram as notícias de que os ministros militares "vetavam" a posse de Jango, foram decretadas greves no pôrto de Santos, na Faculdade de Direito, na cidade e nas indústrias petroquímicas e de petróleo de Cubatão.

O prefeito da cidade, sr. José Gomes, colocou-se a favor da Constituição e participou de várias reuniões políticas que trataram das formas de luta a serem usadas para enfrentar o golpe.

A Câmara Municipal, que a princípio mostrava-se desinteressada pelo problema, após uma reunião com uma comissão de dirigentes sindicais — em que foi esclarecida da verdadeira situação — resolveu manter-se em sessão permanente de vigília democrática.

O movimento grevista foi reprimido com inaudita violência pela polícia sob as ordens do sr. Carvalho Pinto (que fazia declarações de fidelidade à Constituição), tendo mesmo, no caso de Cubatão, invadido o Sindicato dos Químicos e prendido os seus diretores, sob forte fuzilaria. Fato inédito na greve dos químicos foi que, presos os principais diretores do Sindicato, esta prosseguiu sob a direção de uma funcionária do Sindicato, numa demonstração do patriotismo e da disposição de luta das mulheres do Brasil.

Em Santos também foram presos vários dirigentes sindicais mas o movimento foi vitorioso, conquistando, inclusive, a soltura dos líderes presos e ainda mais, levando à direção do Fôro Sindical de Debates, uma Junta Governativa composta de verdadeiros dirigentes sindicais, em substituição à diretoria que desertou da luta.

Para coroar os exemplos de luta do povo da Baixada, o II Batalhão de Caçadores, sediado em S. Vicente, ao receber ordens dos ministros golpistas, de marchar em direção ao sul, contra o III Exército, resolveu, pela unanimidade da tropa — oficiais e soldados — negar-se a cumprir a ordem, ficando a favor da posse de Jango.

Uma comissão de dirigentes sindicais estêve no quartel, e ali confraternizou com a oficialidade e todos os soldados.

ESTUDANTES

Apenas foi divulgada a notícia do golpe em marcha, a União Estadual dos Estudantes assumiu seu pôsto de luta, conclamando os universitários a defender a Carta Magna. A entidade foi atendida. 30 mil estudantes fizeram ouvir a sua voz: "Golpe não, Constituição!" Entoando o Hino Nacional saíram às ruas, avenidas e praças denunciando de público a tirania. Aplaudidos pelo povo, improvisaram comícios que se transformaram em vibrantes manifestações democráticas. Assim foi em frente do Sindicato dos Metalúrgicos e na Assembléia dos Deputados.

A polícia foi impotente para sufocar as manifestações, não obstante terem fechado a sede da União Estadual dos Estudantes detendo 36 líderes que lá se achavam. Tropas do Exército, Fôrça Pública e policiais do DOPS cercaram e interditaram com metralhadoras, a Universidade Mackenzie, única Faculdade de que tinha suas portas abertas, pois uma determinação oficial do govêrno fechara tôdas as casas de ensino.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

A Assembléia Legislativa de São Paulo, sob a presidência do sr. Roberto de Abreu Sodré, teve destacada atuação contra o golpe. Exceção de sòmente dois parlamentares (srs. Antônio Mastrocola, da UDN, e Roberto Mayer Filho, do PSP), todos os deputados manifestaram-se pelo absoluto respeito ao artigo 79 da Carta Magna, exigindo a posse do sr. João Goulart. Houve completa unidade de tôdas as bancadas nesse sentido. Na sessão realizada logo após os primeiros indícios da crise, antes que a Asssembléia se declarasse em reunião permanente, usaram da palavra quarenta oradores, de tôdas as bancadas e tendências políticas, não havendo porém divergência quanto à defesa da legalidade democrática e pela posse de Jango.

LEPERA CONCLAMA

Dentre os discursos dos quarenta parlamentares, sobressaiu o do deputado Luciano Lepera, vice-líder da bancada do PTB, que, além de defender a posse do sr. João Goulart, denunciou as violências da polícia do sr. Carvalho Pinto, com a prisão de líderes operários e estudantis, afirmando que os deputados todos deviam sair às ruas para, juntamente com êsses líderes, conclamar a classe operária a cruzar os braços e realizar uma greve geral em São Paulo, pois, conforme acrescentou o orador, "os ministros militares golpistas não suportarão dois dias de greve na capital".

«VIGÍLIA DEMOCRÁTICA»

Os parlamentares não saíram às ruas e não ajudaram a classe operária a fazer a greve geral, de acôrdo com o que pretendia o deputado Luciano Lepera, mas, por decisão da presidência, com o apoio da maioria, permaneceram em sessão permanente, numa "vigília democrática", que se prolongou desde o dia 27 de agôsto até 10 do corrente. Durante tôda a crise, até a posse do sr. João Goulart, os parlamentares paulistas não arredaram o pé do Palácio 9 de Julho, revesando-se dia e noite, seguindo os acontecimentos, atendendo a comissões de estudantes, operários, etc.

POSIÇÃO DE SODRÉ

Elogiada por todos foi a atuação do deputado Roberto de Abreu Sodré, que, não obstante ser adversário político do sr. João Goulart, manteve-se firme na defesa da Constituição e tomou providências no sentido da libertação de quantos eram presos pelo DOPS. O presidente da Assembléia Legislativa atendia aos pedidos dos deputados que se interessavam pela soltura dos detidos, bem como atendia às comissões que batiam às portas do Palácio 9 de Julho com idêntico objetivo, tomando medidas, ora pessoalmente, ora nomeando comissões parlamentares para que se entendessem com as autoridades policiais.

DETENÇÃO DE DEPUTADOS

No dia 30 de agôsto, pela manhã, houve grande assembléia universitária no Colégio Mackenzie. Estavam os estudantes, com o apoio de todos os seus colegas, dispostos à realização de uma passeata que se dirigiria ao Palácio de Campos Elísios, a fim de solicitar do governador Carvalho Pinto que assumisse uma posição concreta diante dos fatos. O policiamento diante daquela escola atingiu ao máximo, com tropas de choque da Fôrça Pública, com dois veículos "Brucutu", além de elementos da Guarda Civil e do DOPS, fortemente armados. Em seguida, chegou um grande contingente do Exército. Falaram aos estudantes inicialmente os deputados Jétero de Faria Cardoso, Farabulini Júnior e Luciano Lepera. Logo a seguir chegava ao local o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Abreu Sodré, acompanhado dos deputados Jacob Salvador Sveibel, Nunes Ferreira, Silva Azevedo, Chaves de Amarante e Bento Dias Gonzaga. Os policiais afirmaram que tinham ordens superiores para impedir, pela fôrça, a passeata. Houve proibição da saída ou entrada de qualquer outro estudante no local, o que fêz os deputados se considerarem simbòlicamente detidos. O sr. Abreu Sodré e os parlamentares que o acompanhavam deixaram a escola, afirmando aos universitários que iriam parlamentar no sentido da retirada das tropas. Permaneceram na assembléia estudantil os deputados Luciano Lepera, Farabulini Júnior, Jétero de Faria Cardoso, Chaves de Amarante e Nunes Ferreira.

Quando êsses deputados tomavam parte em uma assembléia de líderes estudantis, foram convidados para que se dirigissem à Reitoria do Mackenzie. Aí, os aguardava um tenente do Exército, de metralhadora em punho que disse ter ordens para impedir que os parlamentares continuassem em contato com os estudantes. Os parlamentares reagiram, dizendo que ali se encontravam a convite dos estudantes e também representando a própria presidência da Assembléia. Quiseram telefonar para o Palácio 9 de Julho, no que foram impedidos. Às 15 horas, o tenente do Exército recebeu ordens telefônicas para retirar as tropas.

A convite do deputado Abreu Sodré, os estudantes do Mackenzie, com a participação de elementos de outras escolas, concentraram-se na Assembléia Legislativa, à noite do mesmo dia 30.

A EPOPÉIA GAÚCHA



PORTO ALEGRE, setembro (Correspondência especial para NR) — A reação foi imediata. Impressionante mesmo pelos rumos que tomou a medida que a situação se esclarecia e se desenhava nitidamente no panorama nacional a tentativa de golpe contra as instituições do país. A renúncia de Jânio Quadros, conhecida ao entardecer na capital gaúcha, explodindo como uma bomba na cidade que vivia a rotina do quotidiano, despertou na população um sentimento inapitável de defesa das liberdades e marcou o início de uma batalha memorável que mobilizou durante 12 dias uma coletividade inteira, batalha empolgante que teve a comandá-la um governador que soube se identificar desde o primeiro momento com os sentimentos e a disposição de luta do povo, dos trabalhadores e estudantes, dos oficiais e soldados do bravo III Exército, dos lavradores e trabalhadores agrícolas. Batalha que assumiu durante o seu transcorrer as mais diversas formas, revelando de maneira até certo ponto surpreendente a capacidade de organização e mobilização do povo, a noção de responsabilidade e o tamanho de liderança de dezenas de líderes sindicais, estudantis e populares. Foi uma batalha que começou em Pôrto Alegre e se espraiou rapidamente por todo o Estado. Horas depois de conhecida a renúncia do presidente Jânio Quadros a opinião pública já estava mobilizada para o que desse e viesse e se iniciava a grande preparação para a luta legalista.

O Povo Toma Posição

As notícias divulgadas pelo rádio, depois das 15 horas, provocaram os primeiros sintomas do que estava para acontecer. Pequenos multidões se reuniam nos principais logradouros públicos de Porto Alegre procurando entender o fato. Jânio renunciara, era o que se sabia no primeiro instante. Logo depois estavam nas ruas os jornais com edições extras. Narravam em detalhes o episódio, divulgavam a declaração da renúncia, a viagem do ex-presidente para Cumbica (os boatos diziam estar êle lá prisioneiro), a decisão de empossar o sr. Ranieri Mazzilli... enquanto Jango não vinha.

Verificaram-se, inicialmente, algumas manifestações isoladas exigindo a volta do renunciante. Isto momentos depois da renúncia. Lacerda, o calamitoso governador da Guanabara e traidor muitas vêzes, era responsabilizado pelo gesto do sr. Jânio Quadros. Comícios eram improvisados nas praças públicas por populares mais exaltados que denunciavam a natureza golpista da renúncia do presidente e acusavam os militares e círculos mais reacionários que se opunham à sua política externa como autores da manobra.

As 17,30 do dia 25 de agôsto reuniam-se, simultâneamente, o Conselho Sindical e os representantes das entidades estudantis da UNE (FEURGS, UEE e UGES). Os trabalhadores e estudantes começavam a organizar a campanha de esclarecimento popular e tomavam posição diante dos acontecimentos. As notas divulgadas pelas entidades revelavam a compreensão total do momento político e constituíam uma segura orientação para o povo: "Devemos estar alerta — diziam os líderes sindicais. A legalidade democrática está ameaçada. A renúncia do presidente Quadros é um fato consumado. Agora é preciso lutar para garantir a posse do presidente constitucional João Goulart". Os estudantes, ao mesmo tempo que deploravam a renúncia, conclamavam os gaúchos a se unirem em tôrno da bandeira da legalidade e concitavam à resistência contra qualquer tentativa golpista de instaurar-se no país uma ditadura militar.

A posição dos trabalhadores e estudantes estava assim definida e se concretizaria mais tarde, na noite do dia 25, quando do grande comício realizado no Largo da Prefeitura, com a proclamação da greve geral operário-estudantil para garantir a posse do presidente João Goulart. Vinte e quatro horas antes de se consumar a tentativa de golpe dos ministros militares, caracterizada pela declaração do marechal Denys de que "as Fôrças Armadas impediriam a posse de Jango", os gaúchos começavam a se preparar para a batalha que anteviam.

Faltava ainda o pronunciamento do governador Brizola. Para aquela noite estava anunciada uma palestra do chefe do Executivo, na sede do PTB gaúcho, comemorativa do aniversário da morte do presidente Vargas. A palestra não se realizou, mas através das emissoras rio-grandenses Brizola falou ao povo: "Estou com a legalidade. Lutarei com tôdas as minhas fôrças para que a Constituição seja cumprida. O Rio Grande do Sul não pactuará com golpes contra a legalidade". A mensagem do governador, que horas antes recebera o apoio maciço dos deputados estaduais de todos os partidos, definia bem o sentimento que dominava todos os gaúchos, de tôdas as cidades.

O dia 25 de agôsto terminava com o povo nas ruas. Com o dia 26 começava a vigília que só terminou quando a crise foi superada e os golpistas afastados dos postos que ocupavam.

O Primeiro Dia de Guerra

Durante o dia as notícias eram desencontradas. Jango estava a caminho do Brasil para tomar posse. Anunciava-se que o Congresso já marcara a data. Rumores também circulavam: os ministros militares não estão a posse, já estão se preparando para fechar a Câmara e o Senado e instituir uma junta governativa.

Pelo sim e pelo não, o povo continuava nas ruas, se aglomerava principalmente nas proximidades do Palácio Piratini onde o governador se encontrava desde o momento da renúncia do presidente Quadros. Manifestações e comícios eram improvisados. Grupos de líderes sindicais e estudantis percorriam os principais centros da capital dirigindo a palavra ao povo, orientando e proclamando a necessidade da unidade para a vitória. As escolas ficaram às moscas, estudantes e professores obedeceram unânimes à ordem de greve geral dada na noite anterior. Nas fábricas reinava o silêncio, os ferroviários se apresentavam para a paralisação geral. Em Santa Maria, a "cidade ferroviária", já na noite do dia 25, em grande assembléia da qual participaram ferroviários e milhares de pessoas, se decidira a paralisação geral das atividades. Nos bairros de Pôrto Alegre, o povo discutia e procurava se organizar para a batalha legalista. Nas outras cidades, em São Leopoldo, Novo Hamburgo, Caxias, Pelotas, Rio Grande as demonstrações do povo se sucediam, os estudantes abandonavam as salas de aula e os trabalhadores, reunidos em assembléias permanentes de suas entidades, preparavam a eclosão da greve geral decretada no dia 25 pelo Conselho Sindical.

O dia de sábado correu assim. A noite, as confusões e dúvidas que persistiram durante tôda a jornada desapareceram. Uma conversa telefônica do governador Brizola com o deputado Rui Lemos trouxe a verdade ao povo: os ministros militares haviam declarado ao parlamentar gaúcho que não permitiriam a posse do sr. João Goulart, e mais, que o prenderiam quando chegasse ao território nacional.

Eram 20 horas quando o governador, falando através das principais emissoras do Estado, comunicou ao seu povo que o golpe contra a Constituição fôra consumado. "Só nos resta resistir. Lutar para impedir que a democracia e as liberdades sejam banidas desta terra. A posse do presidente João Goulart é um imperativo e lutaremos por ela até o fim".

Brigada é Legalista

A partir daquele momento o Palácio Piratini se transformava no Quartel-General da Legalidade. O apêlo dramático do governador à resistência foi entusiàsticamente acolhido pelo povo. Milhares de pessoas após ouvirem a palavra de Brizola, acorreram ao Palácio Piratini que já se encontrava sob a proteção do batalhão Bento Gonçalves, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul conclamam o povo a se unir e se organizar. Cada bairro, fábrica, escola e repartição deve ser um Comitê de Resistência Democrática".

Começava o dia 27, quando o povo aclamou o pronunciamento do marechal Teixeira Lott: era o primeiro pronunciamento das Fôrças Armadas em favor da legalidade.

Um Movimento Irresistível

Os líderes sindicais, que se haviam avistado durante a noite do sábado com o governador Brizzola, reuniram-se pela madrugada a dentro. Amanhecia o domingo em Pôrto Alegre quando um a um dirigiram-se aos seus postos de luta. Haviam decidido construir o Comando Sindical Unificado para dirigir a luta dos trabalhadores contra o golpe. A ordem de greve geral fôra mantida, assim como a determinação de se organizarem milhares de comitês de resistência democrática em cada local de trabalho, em todo o Estado. Jorge Canpezzatto, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Energia Elétrica, dirigiu-se à Usina do Gasômetro com a determinação de paralisar totalmente o serviço de energia elétrica da capital e localidades próximas desde que fôsse necessário. Marítimos e portuários, ferroviários e estivadores se mantinham de prontidão. Tudo estava preparado.

O domingo foi de atividade febril, e também de expectativa. O povo se organizava em diferentes locais. Surgiu naquele mesmo dia o Comitê Central da Resistência Democrática, organismo que dirigiu e orientou durante todo o período de crise a organização e a atividade dos comitês. Dêle faziam parte líderes políticos, sindicais e estudantis, militares e intelectuais, professôres, engenheiros, médicos. Em todos os setores de atividade, o povo se apresentava para a luta.

Espontâneamente, pode-se dizer, surgiu o movimento de voluntários. Pessoas se apresentavam e diziam: "Quero me alistar. Dêem-me uma arma. Estou pronto a dar a vida pela legalidade". O movimento ganhou corpo e logo se organizou. Primeiro em Pôrto Alegre, depois nas outras cidades. Operários e estudantes, mais uma vez, estiveram à frente da iniciativa. Já no domingo a organização dos grupos de voluntários se transformava numa das atividades fundamentais dos comitês de resistência.

Horas Decisivas

O golpe denunciado, uma interrogação dominava a todos naquele dia 27. E o III Exército? Não se conhecia ainda a decisão do general Machado Lopes e dos seus subordinados. Esperava-se o melhor, mas ao mesmo tempo todos se preparavam para o pior. Nas ruas de Pôrto Alegre, por todo o domingo, foram erguidas barricadas. O povo se concentrava diante do Palácio Piratini, preparando a resistência contra qualquer ataque. A greve geral se seguiria à resistência a qualquer ação militar contra o Rio Grande do Sul.

Ao entardecer, os tanques entraram na cidade. Mas não se verificou nenhuma ação armada contra o povo e os soldados da Brigada. Apenas foram proteger alguns estabelecimentos militares em Pôrto Alegre. A noite, a expectativa cresceu. Denunciara-se que se preparava uma ação armada contra o Palácio Piratini. Soubera-se que o comando da Base Aérea de Gravataí recebera ordens de bombardear o Palácio e que os jatos estacionados naquele aeroporto se preparavam para a ação. Reforçaram-se as defesas do Quartel General da Legalidade. Centenas de populares, trabalhadores, estudantes, parlamentares, homens do govêrno, se postavam ao lado dos soldados do Batalhão Bento Gonçalves, nas barricadas, prontos para resistir ao assalto. Ninguém dormiu na noite de domingo em Pôrto Alegre.

A manhã do dia 28, da segunda-feira que marcou a completa unidade de pensamento e ação de todos os gaúchos, encontrou o povo firme em seus postos de luta. A cidade soube, porque a notícia correu como um raio, que o general Machado Lopes se dirigia ao Palácio Piratini. A vigília redobrou. Por volta das 10 horas, um contingente da Polícia do Exército, tendo à frente um jipe, aproximou-se do Palácio. O povo imediatamente atravancou a rua com o que tinha às mãos. Postou-se para a defesa. O jipe se aproximou. O oficial que nêle viajava, sentindo a ameaça que pairava no ar, se dirigiu aos populares. "Não façam nada. Deixem-nos passar. Nós estamos com vocês. Estamos com a legalidade". Foi o primeiro encontro do povo com os soldados do III Exército. Naquele momento se compreendeu que êles estavam pela posse de Jango; aliaram-se ao povo na luta legalista.

Exército e Povo na Mesma Trincheira

As demonstrações de júbilo foram emocionantes. O povo e os soldados confraternizaram.

Logo depois, chegava ao Palácio o general Machado Lopes acompanhado de numerosos oficiais do III Exército. Firmava-se, assim, o pacto legalista entre o comando civil e o comando militar. Brizola e Machado Lopes foram aclamados pelo povo que se concentrava diante do Piratini e logo depois, seguiram para o Q.G. da grande unidade.

O Povo na Batalha

Os dias subseqüentes registraram um esfôrço de mobilização popular jamais visto no Brasil. Todos se concentraram na grande batalha de organização do povo. O Comitê Central da Resistência Democrática desempenhou um papel fundamental durante os dias da crise, o mesmo ocorrendo com o Comando Sindical Unificado.

A organização e a constituição de resistência democrática em todos os locais e setores, foi marcada pela palavra de ordem legalista que uniu todo o povo gaúcho. Nos bairros, trabalhadores e industriais, comerciantes e donas-de-casa, jovens e velhos se reuniam e tomavam as medidas indispensáveis à organização e funcionamento dos comitês. Estes orientavam a instalação de postos de alistamento de voluntários, recolhiam donativos, organizavam serviços de enfermagem, mobilizavam médicos e enfermeiras, entravam em contacto com as autoridades civis e militares e, inclusive, procuravam controlar a distribuição de abastecimento à população.

Nas escolas, os comitês, principalmente universitários, organizavam-se e realizavam tarefas de acôrdo com a especialidade do setor. Assim, o comitê de resistência dos acadêmicos de medicina se concentrou na organização de unidades médicas prontas para atuar em qualquer emergência: os estudantes de engenharia organizaram comitês diversos, dos quais participaram inclusive, professores e profissionais, capazes de dar assistência às autoridades civis e militares. As estudantes das escolas de enfermagem, além de colaborarem intensamente na organização de unidades de saúde, participaram ativamente da campanha de doação lançada pelo Banco de Sangue de Pôrto Alegre e se ligaram à seção gaúcha da Cruz Vermelha que, durante todo o período da crise, se manteve alerta e a postos.

Nas fábricas, os trabalhadores, além de organizar grupos de vigilância e de participar ativamente dos grupos de resistência organizados para defender o Palácio Piratini, mobilizaram todos os seus esforços no sentido de constituir unidades capazes de entrar em ação, de acôrdo com os comandos militares, no momento que fôsse necessário. Constituíram-se assim, em Pôrto Alegre e diversas outras cidades do Rio Grande do Sul, os batalhões operários, reservas das tropas regulares.

Em Todo o Estado

A criação dos Comitês de Resistência e a abertura do voluntariado constituíram duas grandes experiências unitárias da luta dos trabalhadores e do povo gaúcho em defesa da legalidade. O movimento foi irresistível desde o primeiro momento, e não só em Pôrto Alegre. Em Caxias do Sul, por exemplo, um Comitê Central de Resistência foi organizado imediatamente após a conclamação dos comandantes da batalha legalista. O prefeito municipal cedeu a sede do Executivo para a instalação do mesmo e, juntamente com os vereadores, participou da sua organização. O Comitê de Caxias dirigiu e orientou a luta do povo da cidade, promoveu a constituição de dezenas de outros comitês no município e fêz um apêlo à organização de voluntários. Em Rio Grande e Pelotas, assim como em Novo Hamburgo e outras cidades registrou-se fenômeno idêntico. Comitês surgiram às centenas, aos milhares em todo o Rio Grande do Sul, agutinando desde trabalhadores e estudantes até industriais, comerciantes e lavradores.

Os Intelectuais na Luta

"Os intelectuais estão convocados para uma reunião, hoje, às 15 horas, no Teatro de Equipe" — a convocação feita na segunda-feira, dia 28, foi atendida por dezenas de escritores, artistas plásticos, atores e autores, radialistas e profissionais da televisão. Da reunião surgiu imediatamente um Comitê de Resistência Democrática dirigido entre outros, pelo escritor Dionélio Machado, pelo gravurista Vasco Prado, por Milton Matos (teatro), Adroaldo Guerra e Darcy Fagundes (rádio), Jorcely Marques (televisão), Miguel Pereira (arquiteto) e Demóstenes Gonzalez (compositor).

Em sua atividade os intelectuais organizaram 15 outros comitês de resistência, participaram ativamente e comandaram as transmissões da Rêde Nacional da Legalidade (a cadeia radiofônica que hoje tem um lugar na história das lutas do povo brasileiro), dirigiram tôda a propaganda gráfica da campanha legalista, executada pelos artistas plásticos da Sociedade Francisco Lisboa e pelos alunos da Escola de Belas Artes, e colaboraram ativamente, viajando para o Interior, na propaganda da campanha. Mais de 500 intelectuais e artistas estiveram nas primeiras linhas da batalha popular durante tôda a crise.

Os Voluntários e os Batalhões

Seu nome? Endereço? E' motorista? Conhece enfermagem? Tem condução própria? — as perguntas eram feitas em cada pôsto dos milhares existentes em todo o território do Rio Grande. O voluntariado foi uma das grandes experiências da batalha legalista do povo gaúcho. Revelou o sentimento democrático e o amadurecimento político de um povo. A acorrência aos postos foi impressionante. Milhares, diàriamente, se alistavam em Pôrto Alegre e outras cidades, dispostos a fazer qualquer sacrifício para defender a liberdade e a democracia no Brasil. Na cidade de Santa Maria, onde a resistência democrática foi comandada pelos bravos ferroviários, em menos de 24 horas mais de 10.000 pessoas se alistaram. O mesmo ocorreu em São Leopoldo, onde 6.000 voluntários se organizaram e se prepararam para a luta, em Caxias e Novo Hamburgo.

Em Pôrto Alegre, além das dezenas de milhares de voluntários que se inscreveram nos postos espalhados pela cidade, registrou-se a formação de batalhões operários formados por trabalhadores de diversas categorias que se organizaram em seus setores. A formação dêsses batalhões decorreu de uma decisão do Comando Sindical Unificado que, no mais aceso da crise, quando desenharam no asfalto, com boletins que também foram uma arma, a palavra que uniu a todos: LEGALIDADE.



Os golpistas derrotados, os soldados voltam aos quartéis. Terminara a grande batalha democrática que irmanara a todos. Agora, apenas a vigilância firme contra quem quer que tente levantar a cabeça para impedir que o povo brasileiro continue a avançar no caminho da democracia e da independência nacional.

Os Batalhões Operários

Os batalhões operários foram organizados com uma rapidez impressionante, e se apresentavam em seguida ao comando do III Exército ou ao Comando da Brigada Militar. Um dos momentos mais emocionantes vividos pela população de Pôrto Alegre durante a crise foi, indiscutìvelmente, o desfile dos batalhões operários. Os estivadores (3.100), tranviários (1.200), eletricistas (600) percorreram as ruas da capital gaúcha sob os aplausos entusiásticos do povo. Os tranviários, os primeiros a se organizar em batalhão, desfilaram inclusive com uma banda de música formada de trabalhadores da categoria. Batalhões também foram organizados por diversos comitês de resistência e por membros de entidades e associações tradicionais da vida gaúcha.

Firmes Até o Fim

A impressionante mobilização popular que marcou a vida gaúcha nos dias dramáticos da crise provocada pelos militares golpistas, só terminou com a posse de Jango e a constituição do novo govêrno. Terminou depois que a vitória foi conquistada, vitória dos gaúchos e de todo o povo brasileiro. Mas, a experiência dos dias de luta demonstrou o amadurecimento político e a consciência do povo que, desde os primeiros momentos, se levantou unânimemente em defesa das liberdades e da Constituição. A luta, como o disse o governador Brizola, era muito mais que uma simples defesa da posse do presidente João Goulart, era a defesa da liberdade e do direito do Brasil progredir como nação independente e livre da opressão externa.

OS HERÓIS DE GRAVATAI

A ordem viera — como se confirmou depois — diretamente do Ministério da Guerra, do marechal Denys. Os aviadores da Base Aérea de Gravataí deviam bombardear o Palácio Piratini. A oficialidade da base se preparou para a missão. Em sua quase totalidade golpista, não teve dúvidas em cumprir a ordem.

Os sargentos e praças foram chamados então a preparar os aparelhos. No início, não sabiam bem para que. Apenas desconfiavam. Depois, entretanto, informados por um dos oficiais, se aperceberam da tragédia que estava para ser desencadeada. Reuniram-se e decidiram então impedir que se consumasse o crime. Primeiro, tiraram as espoletas das bombas e se recusaram a preparar os aviões. Os oficiais insistiram, houve discussão e os aviões não partiram.

Esses fatos ocorreram durante a tarde do domingo, dia 27 de agôsto. A noite, entretanto, quando tudo era silêncio na base, os oficiais golpistas ressolveram realizar a missão de qualquer maneira. Abandonaram os seus alojamentos e se dirigiram para os aviões que se encontravam na pista. Prepararam-nos e quando se aprestavam para partir foram cercados pelos sargentos e praças que, empunhando metralhadoras e fuzis, impediram que levantassem vôo. Os oficiais ainda tentaram resistir, mas terminaram se entregando. Foram presos e desarmados pelos sargentos e praças que ocuparam a base e impediram assim o crime ordenado pelo irresponsável que ocupava o Ministério da Guerra.



Comovente e entusiasmadora lição deram os trabalhadores gaúchos. Quando a crise se aguçava, responderam ao apêlo dos seus líderes e organizaram os batalhões operários. Os tranviários de Pôrto Alegre foram os primeiros, e quando desfilaram o fizeram até com uma banda de música.

ARCHIVIO STORICO DEL MOVIMENTO OPERAIO BRASILIANO
ARQUIVO ASTROJILDO 1890-1965

NOVOS RUMOS